



PROFHISTÓRIA

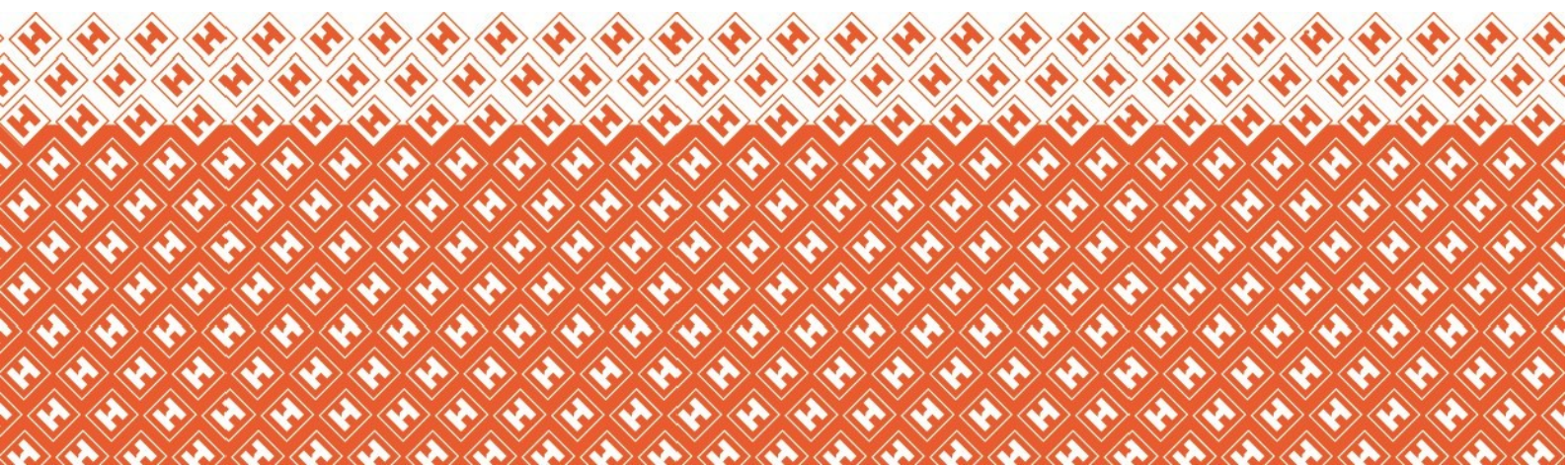
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ANTONIO JOSÉ LIMA PEREIRA

Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da
trajetória do tombamento às estratégias de
mediação em educação



Universidade Regional do Cariri-URCA
Julho/2021



Antonio José Lima Pereira
**Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às
estratégias de mediação em educação patrimonial**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História

Orientador/orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

Crato, 2021

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA
Bibliotecária: Ana Paula Saraiva de Sousa CRB: 3/1000

Pereira, Antonio José Lima.

P436i Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação/ Antonio José Lima Pereira. – Crato - CE, 2021

170p.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

1. Ensino de história, 2. Educação patrimonial, 3. Patrimônio cultural, 4. Memória; I. Título.

CDD: 907

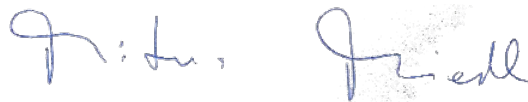
Antonio José Lima Pereira
Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias
de mediação em educação

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de
História-PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri-URCA para obtenção
do título de Mestre em História em: 22/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Amanda Teixeira da Silva (UFCA)



Prof. Dr. Titus Benedikt Riedl (URCA)



Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
Orientadora

À memória dos meus pais,
Olegário José Pereira e Maria José Lima Pereira

AGRADECIMENTOS

A conclusão da dissertação é um passo importante na minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal. Nesta caminhada muitos foram os que direta ou indiretamente colaboraram. É chegado o momento de agradecer.

Acima de tudo, sou grato a Deus, pelo dom da vida.

Dedico um especial agradecimento à minha família. Meus pais, Olegário José e Maria José, ambos falecidos, pelo exemplo de fé e determinação. Ao meu irmão Francisco José, falecido precocemente. Aos demais irmãos e irmãs, cada um sabe o quanto seu apoio é importante para as minhas conquistas. Aos cunhados e cunhadas pela atenção e colaboração. Aos amados sobrinhos, sobrinhas e afilhada, por serem motivo de alegrias.

Sou grato aos que pela amizade se tornaram família. À Vagna, Vanigna e família por possibilitar minha participação nas aulas presenciais no Cariri. Ao Galileu e André pela gentileza e receptividade.

Sou grato à Professora Ana Isabel Cortez Reis pela orientação na dissertação e pela condução sempre atenciosa, paciente, compreensiva e amiga, colocando minhas ideias nos trilhos e possibilitando a conclusão do trabalho. Sou igualmente grato aos professores Titus Benedikt Riedl e Iraê Lucas de Andrade pela avaliação no exame de qualificação, seus questionamentos e sugestões foram essenciais na condução da pesquisa.

Minha gratidão à Universidade Regional do Cariri - URCA e ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, que por meio de seu corpo docente, servidores e coordenação prestaram incondicional apoio. Menciono em especial os professores que tive a honra de conhecer e ser aluno. Aos citados anteriormente, Ana Isabel P. R. Cortez Reis e Titus Benedikt Riedl, ao Darlan de Oliveira Reis Júnior, Francisco Egberto de Melo, Rosilene Alves de Melo e Sônia Maria Menezes Silva. Há nesta dissertação um pouco do muito que aprendi com vocês.

Expresso minha gratidão também aos colegas do mestrado, pela partilha na busca do conhecimento e pelas relações de amizade que foram construídas.

Sou grato aos amigos Renato Abreu e Kacilda Nunes que sempre me incentivaram a dar continuidade à formação acadêmica. Como também aos amigos Carmem, Anarclebson, Neyrismar, Alan, Francivaldo e Janaína pela valorosa colaboração na troca de ideias, leituras e correções da dissertação. E aos demais amigos e amigas, com quem compartilho as conquistas e os bons momentos.

Agradeço à CREDE17/Icó - SEDUC-CE, instituição a que pertenço, por meio da Coordenadora Emanuelle Grace Kelly, pelo apoio e colaboração. Agradeço também ao Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS, instituição que também estou vinculado e aos Coordenadores Geralda Angelim e Adriano Alves, pela oportunidade de lecionar no ensino superior. Agradeço também às Escolas que colaboraram na pesquisa, às Escolas em que trabalhei, especialmente à Escola Vivina Monteiro, pelo espaço para realização de trabalhos em educação patrimonial.

Sou grato à Sra. Elisabete Rodrigues, bibliotecária do IPHAN-CE, pela colaboração ao disponibilizar os documentos imprescindíveis para a realização da pesquisa. Ao Lindevando Rodrigues Sousa, membro do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural - FUNPATRI - Icó/CE, pela cessão de arquivos. Ao professor Cláudio Pereira, servidor da Secretaria da Cultura de Icó, pela colaboração com materiais informativos. Aos poetas e amigos, Clairton Oliveira e Getúlio Oliveira, por permitirem fazer uso de suas palavras.

Minha gratidão ao Prof. Miguel Porfírio de Lima (*in memoriam*) pelo legado de registros da memória local e a todos os que se dedicam ao trabalho em educação patrimonial.

Ao povo icoense, aos colegas professores, aos estudantes que são meus alunos e alunas, como também aos ex-alunos e ex-alunas, e às demais pessoas que porventura não foram citadas nominalmente, mas que são fundamentais.

Minha sincera gratidão.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto a educação patrimonial. A demarcação espacial é a cidade de Icó, interior do Estado do Ceará. O estudo se insere na linha de pesquisa Saberes históricos em diferentes espaços de memória. Aborda a educação patrimonial como temática relacionada ao ensino de História. O objetivo foi investigar a trajetória do processo de patrimonialização que culminou com o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico como patrimônio cultural, as ações preservacionistas e os conflitos decorrentes desse fato, considerando as estratégias em educação patrimonial e o papel dos professores no contexto. Aborda conceitos como patrimônio, memória, monumento e documento histórico. É uma pesquisa de natureza básica, com objetivo exploratório a partir de questões sobre o objeto. Foram utilizados procedimentos de pesquisa documental, levantamento de dados e análise bibliográfica. Serviram de fontes de pesquisa o patrimônio cultural, documentos do processo de tombamento, legislação, materiais informativos, formativos e bibliográficos. Na realização do estudo, compreendemos o contexto em que ocorreu o processo de patrimonialização e as estratégias utilizadas para sensibilização da população em relação à preservação do patrimônio. Analisamos as relações de conflito em torno da proposta, as ações e materiais produzidos e o papel dos professores como mediadores, perpassando por um levantamento sobre sua formação inicial. Com base nos resultados que nos apontam a necessidade para superação de conflitos e para a possibilidade da população se tornar protagonista nas ações de preservação, construímos uma proposta para o trabalho de mediação em educação patrimonial para professores e demais interessados, a partir de estratégias didáticas em formato de oficinas.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação patrimonial. Patrimônio Cultural. Memória.

ABSTRACT

This dissertation has as its object the heritage education. The spatial demarcation is the city of Icó, heartland of the State of Ceará. The study is part of the line of research Historical knowledge in different memory spaces. It addresses heritage education as a theme related to the teaching of history. The objective was to investigate the trajectory of the patrimonialization process that culminated with the listing of the architectural and urban set as a cultural heritage, the preservationist actions and the conflicts resulting from this fact, considering the strategies in heritage education and the role of teachers in the context. It addresses concepts such as heritage, memory, monument and historical document. It is a basic research, with an exploratory objective based on questions about the object. Procedures for documentary research, data collection and bibliographic analysis were used. The cultural heritage, documents of the registration process, legislation, as well informational, training and bibliographic materials served as research sources. In carrying out the study, we understood the context in which the heritage process took place and the strategies used to sensitize the population in relation to the preservation of heritage. We analyzed the conflict relations around the proposal, the actions and materials produced and the role of teachers as mediators, going through a survey on their initial training. Based on the results that point to the need to overcome conflicts and the possibility of the population becoming a protagonist in preservation actions, we built a proposal for the mediation work in heritage education for teachers and other interested parties, based on didactic strategies in workshop format.

Keywords: History Teaching, Heritage Education, Cultural Heritage, Memory.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Fotografia do Largo do Theberge – Icó/CE	56
Imagem 2 -	Fotografia da Casa de Câmara e Cadeia – Icó/CE	61
Imagem 3 -	Fotografia do Teatro Municipal – Icó/CE	61
Imagem 4 -	Fotografia da Rua do Meio (General Piragibe) – Icó/CE	62
Imagem 5 -	Fotografia da Igreja de N. Sra. da Conceição – Icó/CE	62
Imagem 6 -	Fotografia do Mercado público – Icó/CE	64
Imagem 7 -	Fotografia da Rua Grande (Ilídio Sampaio) – Icó/CE	64
Imagem 8 -	Fotografia da Procissão da imagem do Senhor do Bonfim – Icó/CE	66
Imagem 9 -	Mapa com delimitação dos perímetros originais de tombamento e entorno – Icó/CE	70
Imagem 10 -	Mapa com delimitação dos setores a serem incluídos no perímetro de tombamento com a rerratificação – Icó/CE	71
Imagem 11 -	Mapa da poligonal de tombamento rerratificada – Icó/CE	71
Imagem 12 -	Fotografia da Rua Grande (Ilídio Sampaio) - Icó/CE	76
Imagem 13 -	Fotografia da Casa de Câmara e Cadeia – Icó/CE	76
Imagem 14 -	Fotografia do Teatro – Icó/CE	77
Imagem 15 -	Fotografia da Igreja Matriz – Icó/CE	77
Imagem 16 -	Mapa da poligonal de tombamento e entorno – Icó/CE	82
Imagem 17 -	Cartilha Icó, patrimônio de todos	92
Imagem 18 -	Cartilha Ribeira dos Icó	93
Imagem 19 -	Livro Bem vindo ao reino do louro e da peixada	95
Imagem 20 -	Cartão postal Icó, patrimônio nacional	96
Imagem 21 -	Folheto Guia do morador - Sítio histórico tombado	97
Imagem 22 -	Folheto Guia Cultural Icó, patrimônio nacional	97
Imagem 23 -	Cartilha Icó: História, cultura e tradição	99
Imagem 24 -	Cartilha Educação Patrimonial em Icó: conceitos e diretrizes	100

Imagem 25 - Livro Construindo Icó	101
Imagem 26 - Encarte Um passeio por Icó	103
Imagem 27 - Sala dos milagres do Santuário Senhor do Bonfim em Icó/CE	133
Imagem 28 - Barracão de Candomblé	134
Imagem 29 - Página do livro Irmandades religiosas do Ceará provincial	136
Imagem 30 - Fotografia da Igreja do Rosário – Icó/CE	137
Imagem 31 - Página do livro Construindo Icó	138
Imagem 32 - Mapa de setorização do conjunto tombado e do seu entorno - Icó/CE .	141
Imagem 33 - Página do encarte Um passeio por Icó	142
Imagem 34 - Carta Régia de Criação da Vila de Icó de 1736	144
Imagem 35 - Transcrição da Carta Régia Criação da Vila de Icó de 1736	144
Imagem 36 - Fotografia dos sobrados da Rua Ilídio Sampaio em Icó/CE	145
Imagem 37 - Manuscritos de Freire Alemão 1859	146
Imagem 38 - Anúncios do Icó no Jornal O Araripe	147
Imagem 39 - Manuscritos de Freire Alemão 1859	148
Imagem 40 - Cordel Icó: um museu a céu aberto	150
Imagem 41 - Cartão Eu, guia do patrimônio	151
Imagem 42 - Jornal O Povo de 27/04/ 2010	153
Imagem 43 - Recuperação de imóveis privados em Icó/CE – IPHAN	154
Imagem 44 - Projeto arquitetônico Cactus – Pedro Lucas Cândido	155
Imagem 45 - Projeto arquitetônico Centro de apoio à memória nordestina - Vinícius de Araújo Nunes	155

LISTA DE TABELAS

Tabela	1 -	Número de docentes por etapa e dependência administrativa	109
Tabela	2 -	Número de docentes por etapa, nível de escolaridade e formação acadêmica	109
Tabela	3 -	Percentual de funções docentes com curso superior por etapa/ modalidade de ensino	109
Tabela	4 -	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação docente	110
Tabela	5 -	Cursos de graduação dos docentes que atual em História	111
Tabela	6 -	IES de formação dos docentes em História	112
Tabela	7 -	Professores que lecionam História por formação inicial	113
Tabela	8 -	Instituições de ensino superior dos docentes com formação em História	113
Quadro	1 -	Disciplinas relacionadas à educação patrimonial no currículo da graduação em História	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMICÓ	- Associação Filhos e Amigos de Icó
APROARTI	- Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó
BIRD	- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CNRC	- Centro Nacional de Referência Cultural
COEPA	- Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
DPHAN	- Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGB	- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INTA	- Instituto de Teologia Aplicada
IPHAN	- Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional
IPHOCs	- Inspeção Geral de Obras Contra as Secas
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PCH	- Programa de Cidades Históricas
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PROURB	- Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEPB	- Universidade Estadual da Paraíba
UFCA	- Universidade Federal do Cariri
UFCG	- Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

URCA - Universidade Regional do Cariri

UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - ICÓ: A MEMÓRIA, O TEMPO, O PATRIMÔNIO E O DOCUMENTO	29
1.1 Memória e patrimônio	29
1.1.1 Memória, tempo e monumento	33
1.1.2 Patrimônio e memória	35
1.1.3 A cidade e os espaços sensíveis de memória.....	38
1.2 Memória e preservação	41
1.2.1 Cartas Patrimoniais: Recomendações para preservação da memória	41
1.2.2 Trajetória da patrimonialização no Brasil... ..	44
1.2.3 ...e no Ceará	48
1.3 Icó/CE: monumento e documento	50
1.3.1 Icó: o sertão, o Salgado e a gente	51
1.3.2 Heranças do passado: arquitetura, história e tradições	58
1.3.3 Icó e os lugares evocadores de memória sensível	62
CAPÍTULO 2 - ICÓ/CE UMA CIDADE PATRIMÔNIO NACIONAL	68
2.1 Tombamento oficial e a (não) participação da população	68
2.1.1 O tombamento em processo: o lugar na perspectiva do estrangeiro	71
2.1.2 O tombamento em processo: uma proposta técnica	77
2.2 Icó/CE uma cidade patrimônio: entre conflitos, ações de preservação e educação patrimonial	83
2.2.1 Ações de preservação: entre o espaço ideal e o vivencial	87
2.2.2 Ações de preservação: materiais informativos e a busca por uma educação patrimonial	90
2.2.2.1 Cartilhas de divulgação	91
2.2.2.2 Material informativo e de divulgação	94

2. 2. 2. 3	Cartilhas de História Local e Educação Patrimonial	98
2. 2. 2. 4	Livro de História do Icó para o Ensino Fundamental I	100
2. 3	Mediadores em educação patrimonial: o professor e a formação em História	105
2. 3. 1	Professores de História da cidade de Icó/CE: currículo da formação inicial	107
2. 3. 1. 1	Professores de História da cidade de Icó/CE: a desejada formação com ênfase no patrimônio cultural.....	115
CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO		118
3.1	O professor como mediador em educação patrimonial: estratégias didáticas	118
3. 1. 1	Construindo uma proposta didática em educação patrimonial	120
3. 2	Cartilha - Estratégias didáticas em educação patrimonial: Icó/CE um lugar de memórias	124
	APRESENTAÇÃO	124
	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	125
	CONCEITOS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	128
	ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM FORMATO DE OFICINAS	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS		157
REFERÊNCIAS.....		162
FONTES		162
BIBLIOGRAFIA		164

INTRODUÇÃO

Cenas do Icó Colônia

*Os sinos da Matriz
budejam um sinalzinho de tristeza
chamando fiéis para a missa
ou anunciando a morte de alguém*

*muares desfilam na rua larga
levando a produção escrava
e a carne de charque
repousada em seus lombos suados*

*coronéis, capangas, cavalos
jumentos e éguas
descansam à sombra imperial
das tamarinas*

*sobradões,
o mercado público
impestado de gente,
carne, frutas, fumo e aguardente*

*beatas no oitão
da igreja do bonfim
em credemcruzvirgemmaria
desconjuram pobres, pretos e quengas*

*largo do theberg,
casa de câmara e cadeia,
o glorioso teatro das ribeiras dos Icós
- meu prinspo - revelou ela
- minha prinspa - respondeu ele*

*o sol e a lua disputando carícias
no decote dos beribiques
do sobrado do barão do crato
onde seus contornos bordam um desenho
de riqueza imperial*

*e uma rica botija
enterrada no quintal das janocas
onde um penico de ouro
acolhe em sua alma
as moedas de ouro e prata
o orgulho e o preconceito
da burguesia icoense*

(Clairton Oliveira, 2000)

Em *Cenas do Icó colônia*, o poeta Clairton Oliveira revela a sensibilidade da relação entre a memória vivida e a memória construída com a história do lugar, expressa em seu patrimônio. O poeta mescla cenas do cotidiano da cidade que estão em sua memória pessoal, com um passado histórico, cujas marcas estão presentes em suas ruas e prédios, nos lugares que despertam uma memória sensível e colabora para a construção da identidade local. Nesta perspectiva, o patrimônio exerce a função de guarda da memória individual ou coletiva. Assim, ao se eleger bens como patrimônio cultural, principalmente os bens materiais, ao passo que são monumentalizados, estes enfrentam o desafio de permanência no presente das características históricas, arquitetônicas e urbanísticas do passado que os tornam significativos. Quando estes bens são tombados, são promovidas ações em prol da manutenção, recuperação, preservação e de educação, geralmente envolvendo diferentes agentes, sentidos e conflitos.

Considerando o patrimônio cultural como objeto de análise, este estudo se insere na linha de pesquisa dos Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, do Programa de Pós-Graduação do Centro de Humanidades, do curso de Licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri - URCA. Aborda a educação patrimonial como elemento de ligação entre o ensino de História com os conhecimentos sobre o patrimônio cultural. E decorre das experiências e vivências pessoais como professor de História, dos estudos sobre o patrimônio local e como cidadão.

A minha aproximação com o tema de estudo no curso de Mestrado é resultado de uma trajetória iniciada ainda no Ensino Médio, nos primeiros anos da década de 1990, quando durante a semana de comemorações pela emancipação da cidade de Icó/CE¹ os professores de História e Geografia propuseram atividades de pesquisa sobre a história local e os bens arquitetônicos. Posteriormente, nos estudos de graduação em Licenciatura em História na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no centro de formação de professores na cidade de Cajazeiras/PB

¹As comemorações pelo Dia do Município eram realizadas em 25 de outubro, uma alusão à data de denominação da vila à como cidade no dia 25 de outubro de 1842. Em novembro de 2016 a Câmara Municipal aprovaram a modificação da Lei Orgânica e passou a considerar o dia 04 de maio de 1738, data em que se deu a instalação da Vila conforme Carta Régia de 1736.

optei em produzir um trabalho de conclusão de curso sobre a história local, num recorte temporal dos séculos XVII e XIX, período que compreende da formação à decadência da cidade de Icó/CE como polo político e econômico cearense, aprofundando o conhecimento sobre o tema.

O meu ingresso na docência em História no ano de 1998 no Colégio Senhor do Bonfim, instituição privada de educação, trouxe além dos desafios de iniciar a carreira no magistério, a oportunidade de lecionar a disciplina de Estudos Regionais, em que pude aprofundar os conhecimentos sobre a história regional e local, bem como desenvolver atividades didáticas com abordagem sobre a educação patrimonial, umas primeiras experimentações com a temática. Estes conhecimentos e práticas foram levadas para o exercício da docência no ensino médio nas escolas públicas da rede estadual, quando ingressei como professor efetivo em 2004, ao promover cursos de educação patrimonial em horários de planejamento individual ou formando grupos de estudantes para a participação em projetos ou concursos nacionais com ênfase em patrimônio cultural.

Outra significativa experiência com a temática se deu no ano 2000, quando tive a oportunidade de participar da oficina para elaboração do plano de ações do Projeto MONUMENTA. O evento foi conduzido por técnicos do Ministério da Cultura, representantes do BIRD e IPHAN, com a participação da sociedade civil local - professores, proprietários de bens tombados, representantes do poder executivo e legislativo municipal, comerciantes, dentre outros. Foi uma semana de aprendizados e discussões, de um aprofundamento sobre o que se pensava sobre a preservação de bens tombados e as demandas locais. Na verdade, após o tombamento do conjunto urbanístico e arquitetônico na cidade de Icó, no ano de 1997, esta oficina foi a primeira vez em que a sociedade, por meio dos seus representantes, pôde buscar compreender e se posicionar sobre os destinos de uma cidade que abriga um patrimônio cultural nacional².

Delimitei como campo de estudos, a cidade de Icó, localizada no sertão cearense, às margens do Rio Salgado, distante 380 km da capital Fortaleza, teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado como Patrimônio Nacional, por força da Notificação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

²O projeto apresentado ao programa MONUMENTA não foi resultado da oficina, mas elaborado por uma empresa.

publicada no Diário Oficial da União n. 218 de 11 de novembro de 1997, resultado do Processo de Tombamento n. 968-T-78, homologada pela Portaria Ministério da Cultura n. 237 de 10 de julho de 1998, publicada no D. O. U. n. 131 de 13 de julho de 1998. O Tombamento reconheceu a materialidade dos prédios como documentos e registros de um passado da história nacional, dos séculos XVII, XVIII e XIX, como marco da expansão territorial do Nordeste, da economia baseada na criação de gado bovino e algodão, além de ter sido um importante centro de trocas comerciais.

O tombamento alcançou o chamado conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE, objeto deste estudo e cuja expressão será assim tomada por nós como referência à área tombada. O conjunto³ é formado por duas grandes áreas: a poligonal de tombamento composta por 26 quadras e a poligonal de entorno composta por 48 quadras, correspondendo a um total de 428 imóveis. A poligonal tombada corresponde ao núcleo original da cidade e os principais exemplares arquitetônicos dos séculos XVIII e XIX. E a poligonal de entorno, área de proteção, composta por ruas, praças, imóveis e áreas nas imediações dos bens de destaque, cuja proteção se justifica pela possibilidade de dar visibilidade aos bens e a manutenção da harmonização do conjunto.

Como a área tombada compreendia uma considerável parte do perímetro urbano da cidade, as limitações ao direito de propriedade impostas principalmente sobre imóveis privados, residenciais ou comerciais, se tornou um fator de descontentamento e de conflitos. Resultando na atual edição de normativas específicas para a cidade de Icó, por meio da Portaria IPHAN n. 211/2019 de 08/08/2019, que estabeleceu diretrizes e critérios para a preservação da área tombada, diferenciando as limitações aos bens tombados e para a área de proteção, estas últimas mais flexíveis em relação às alterações, reformas, ampliações e usos de elementos como placas, toldos, dentre outros.

A eleição do conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE como bem tombado, guardou singularidades pela extensão da área de proteção, pelos marcos de memória impressos nos seus imóveis, por ser resultado de um processo técnico sem a participação da comunidade, pela abertura de possibilidades

³Dados do Processo de Setorização de 2012, realizado pela Superintendência do IPHAN no Ceará através da empresa Memória Arquitetura que subsidiou a elaboração das Normas de Preservação e que resultou na Portaria IPHAN n. 211 de 08 de agosto de 2019, publicada no D. O. U. de 12 de agosto de 2019.

de desenvolvimento econômico e social, pelas relações de conflitos entre os diferentes agentes envolvidos e pela demanda por ações preservacionistas, que incluíram processos informativos e formativos, em especial o trabalho com história local e de educação patrimonial.

Ao ingressar no curso de mestrado em Ensino de História, percebi a possibilidade de realizar um estudo sobre educação patrimonial, numa busca pela compreensão sobre o contexto em torno do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE. A aproximação com o objeto, as inquietações em relação à forma como esta foi pensada e aplicada neste campo, numa trajetória marcada por conflitos e singularidades, foram se somando e motivando a conhecer sempre mais. Não faço esta investigação com a pretensão de encontrar um fim para os conflitos, mas, para encontrar meios para que nós, professores e demais interessados, possamos assumir nosso papel nas ações educativas para e com o patrimônio cultural.

Assumi o desafio em trabalhar com este objeto, mas sabia que estava entrando num campo de disputas. Pois, em relação ao patrimônio cultural, processos de patrimonialização, de preservação e de educação patrimonial, estão sempre envolvidos em relações de conflitos, entre diferentes agentes e interesses, coletivos ou individuais. Mas na medida que o desafio era posto, aumentava o meu interesse pela descoberta. Assim, o estudo não se restringiu aos aspectos didáticos e pedagógicos do trabalho em educação patrimonial, mas, numa investigação sobre como esta estratégia pedagógica foi pensada e imersa no contexto da patrimonialização e tombamento do conjunto de bens culturais localizados na cidade de Icó/CE, para com isso, propor meios ou instrumentos para subsidiar práticas educativas.

As propostas de conservação dos monumentos históricos foram vinculados à educação formal, em meio ao processo de patrimonialização, como exposto na Carta de Atenas (1931) que recomendou aos educadores o papel de conscientizar crianças e jovens para não danificar os monumentos, respeitando e conservando a memória local. A concepção sobre patrimônio histórico e o papel da educação para preservação sofreu alterações ao longo do tempo, como efeito das novas demandas, como exposto na Carta de Petrópolis (1987) em que recomendou

ações públicas com a participação da comunidade dos centros históricos para preservação, num exercício de cidadania.

Neste contexto, a educação patrimonial, como estratégia para a compreensão sobre patrimônio e para a construção de uma consciência preservacionista, assumiu o caráter de política pública relacionada ao ensino da História, congregando educadores, instituições e comunidade local, com o objetivo de preservar e conservar o patrimônio histórico e cultural, mas também, numa reflexão sobre o uso do patrimônio como recurso para o desenvolvimento social, econômico, cultural e turístico. Destarte, como o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE, no ano de 1997, foi parte de um processo de políticas preservacionistas dos monumentos e das cidades como documentos, da memória e construção da identidade nacional. Assim, a adoção de estratégias de educação patrimonial se tornou um dos mecanismos para viabilizar a aplicação das políticas preservacionistas e de conscientização para o uso do patrimônio cultural.

Percebendo o cenário de conflitos em torno das consequências advindas do tombamento, tracei algumas trajetórias que pudessem situar o estudo no contexto do processo de patrimonialização, tombamento, das estratégias de preservação e de educação patrimonial relacionadas ao conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE. Considerando que a cidade figurou como um dos centros políticos e econômicos cearenses, nos séculos XVIII e XIX, e ao final deste último enfrentou sérias crises, enquanto outras cidades do interior e a própria capital Fortaleza estavam em processo de crescimento urbano e econômico. E que, além disso, durante o século XX apesar das influências dos processos de modernização, a cidade manteve preservado o seu acervo arquitetônico, possivelmente em razão do empobrecimento da população, mas que foi mantido íntegro, apesar da ação do tempo, despertando interesses por sua guarda e preservação.

Pude observar também que a manutenção da integridade do acervo arquitetônico foi um fator determinante para a busca pelo reconhecimento como patrimônio, imerso num contexto nacional e internacional de busca pela eleição de monumentos históricos, da criação de órgãos públicos e do desenvolvimento de políticas preservacionistas, iniciadas na década de 1930, com o objetivo de fomentar

a construção de uma identidade a partir dos marcos de memória. Em que, posteriormente, durante os anos de 1990, com a ampliação na concepção de patrimônio para aspectos culturais, passou-se a considerar conjuntos arquitetônicos e urbanísticos como documentos de memória.

A partir destes elementos, busquei a compreensão sobre o processo de patrimonialização e tombamento, como resultado de um processo técnico iniciado no ano de 1974 e apenas concluído no ano de 1997, baseado em relatórios e pareceres, sem a participação da população, diretamente ou por meio dos seus representantes. Assim coube aos órgãos fiscalizatórios, sob força de normativas, desenvolver ações para coibir as ameaças de descaracterização e alterações nos bens tombados, e promovendo projetos para recuperação e restauro, além de fomentar ações informativas e de educação patrimonial, mas sempre de forma concêntrica, ou seja, partindo das instituições.

Neste cenário marcado por compreensões, interesses e objetivos distintos, tendo em comum um patrimônio cultural tombado e uma memória a ser preservada, ações concêntricas de educação patrimonial e o aumento do controle sobre o uso dos bens tombados, por si, não geraram os efeitos pretendidos, ante a consciência em preservar e o desafio de promover o desenvolvimento da cidade. Neste ínterim, procuro a analisar a trajetória do processo de tombamento ao desenvolvimento de ações preservacionistas em educação. Para tanto, discuto conceitos como patrimônio, memória, monumento e documento histórico e educação patrimonial, a partir de autores que abordam e possibilitam a compreensão sobre o objeto,

Assim, busquei nas lições de François Hartog sobre os *Regimes de Historicidade* (2013) a compreensão sobre o processo de patrimonialização, como fruto da forma como o homem contemporâneo, tão imerso no tempo presente, busca nos marcos do passado uma forma de construção de sua identidade e de manter viva a sua memória. Neste processo, patrimonializar passa a ser a própria construção de mecanismos de preservação do passado, elegendo marcos de memória, lhes atribuindo sentido de identidade e valor histórico.

Para compreender a concepção sobre a cidade, espaço físico, como um marco de memória patrimonializado, recorri às cognições de Jacques Le Goff (1990)

sobre *A Nova História* ao tratar da perspectiva de monumentos e documentos. Percebendo sobre como a produção histórica recorre aos documentos e monumentos para a construção de uma memória coletiva e recurso para evocação do passado. De forma que os monumentos produzidos involuntariamente são representativos do passado e guardam suas marcas, que após intervenções dos historiadores, se tornam documentos para a produção historiográfica.

Nas lições de Françoise Choay (2001) em *Alegoria do Patrimônio* e Aloïs Riegl (2014) em *O culto moderno dos monumentos* encontrei formulações sobre os diferentes interesses e finalidades na relação do homem com aquilo que é eleito como patrimônio. Destarte, ao eleger um patrimônio, a sociedade constrói uma complexa rede de interesses formada por diferentes atores, sejam públicos, privados ou organizacionais. E o modo como estes atribuem valores, leituras e destinações diferentes ao patrimônio que se deseja preservar, guardando a estes, o papel de marcos de memória.

Busquei também compreender a educação patrimonial como resultado de diferentes concepções que subsidiam as ações de tombamento e preservação. Dessa forma, as Cartas Patrimoniais (1995) possibilitou uma análise histórica da construção do conceito de patrimônio e das conseqüentes ações de eleição, recuperação e preservação. Assim como, do papel das instituições sociais e educacionais no processo de construção da identidade e da formação de uma consciência para a preservação.

Para conhecer os processos de tombamento, na perspectiva de política estatal e os impactos gerados sobre o direito de propriedade, tomei como base a cognição de Sônia Rabello (2009) na abordagem dos parâmetros do diploma constitucional e cível. Neste sentido, foram necessárias as reflexões de Márcia Chuva (2012) sobre o ideal de patrimônio cultural no Brasil na sua construção histórica e de Roberto Conduru (2012) sobre a seleção dos bens a serem preservados e dos recursos empregados nas políticas públicas.

Na abordagem didática deste estudo recorri à lição de Circe Bittencourt (2008) sobre o Ensino de História na abordagem sobre a história local, que possibilitou contextualizarmos as estratégias de educação patrimonial como recursos para a aprendizagem e formação da consciência histórica, por contemplar

o local como meio para a construção da identidade. Principalmente na apresentação de uma proposta da aprendizagem de História fora da sala de aula, tendo no patrimônio cultural elementos para o fazer didático, como preconizam os parâmetros curriculares nacionais.

Tratei sobre educação patrimonial a partir da obra *Guia Básico de Educação Patrimonial* de Horta; Grumberg e Monteiro (1999) que assumiu um significativo papel nas discussões deste estudo, por fornecer elementos para compreender e desenvolver propostas didáticas sobre a temática. Assim, como a abordagem de Sônia Regina Rampim Florêncio (2012, 2015), que permitiu perceber a transição entre o modelo centrado na valorização dos monumentos para uma concepção de uma educação mediadora entre políticas públicas e aprendizagens. Desse modo, refleti sobre as possibilidades de uma educação patrimonial participativa, como recurso para interlocução entre diferentes atores envolvidos com o patrimônio, como o poder público e a sociedade.

Neste mesmo sentido, Florêncio (2012, 2015) me levou a perceber a complexa teia de relações em torno do patrimônio cultural, por se tratar de um objeto em que estão presentes sentidos, vivências e vínculos, refletindo nas possibilidades de interação entre as políticas para o patrimônio com ações para o turismo, cultura, saúde, meio ambiente e educação. Esta abordagem, reforçada pelas lições de Simone Scifoni (2015), apontou a relação afetiva entre a população e o patrimônio, em ações de preservação que não podem ser neutras ou meramente técnicas, mas que consideram as experiências e expectativas com o local.

Na realização do estudo, adotei uma trajetória metodológica como uma pesquisa de natureza básica, com objetivo exploratório, partindo de questões sobre a educação patrimonial, relacionadas ao processo de tombamento e ações de preservação desenvolvidas para o conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE. Dessa forma, levantei fontes que pudessem dialogar com o objeto e fornecer pistas para a sua compreensão. Em seguida, parti para a investigação sobre o processo de tombamento e das estratégias de educação patrimonial adotadas na cidade de Icó/CE. Assim, o fenômeno foi descrito e interpretado a partir de uma pesquisa documental, utilizando como fontes, o patrimônio tombado, os documentos do processo de tombamento, as normas para preservação e os materiais

produzidos para educação patrimonial. No desenvolvimento do estudo, se tornou necessária uma análise sobre a formação de professores em História de modo a perceber a educação patrimonial no currículo de graduação. Assim, realizei um levantamento de dados sobre os professores que atuam na disciplina, através do Censo da Educação Básica do INEP e um levantamento direto com Escolas.

Ao realizar procedimentos de pesquisa documental, utilizei fontes diversas, pertencentes a arquivos públicos, que possibilitaram a obtenção de informações e evidências sobre o objeto estudado. No trato com as fontes documentais, considerei a lição de Samara e T. Tupy (2007) de que os documentos podem assumir os mais diferentes tipos e funções, conforme a direção para o objetivo proposto na pesquisa. Assim, na organização da documentação, considerei os requisitos como a relação com o tema, as informações disponíveis e o período de referência. Uma vez que para as autoras, a operação do historiador reside na análise, na crítica, no encadeamento das informações com o tema estudado e na forma como os documentos colaboram com as respostas aos questionamentos da pesquisa.

Por ter a educação patrimonial de Icó como objeto e fonte, no estudo o patrimônio cultural foi considerada como fonte de pesquisa. A respeito dos estudos sobre patrimônio, Martins (2009) ressalta a complexidade da tarefa em reunir fontes. Desse modo, ao tratar de estudo que envolve memória e história, do construído para o vivido, cabe ao pesquisador reunir um *corpus* documental relacionado à perspectiva em relação ao objeto. Assim, como investigar políticas públicas para o patrimônio cultural, são utilizadas fontes diversas e interdisciplinares, abrangendo o patrimônio e sua constituição, a legislação, o processo de tombamento, relatórios, atas, pareceres, dentre outros materiais que guardam relação com o tema e serviram à finalidade do estudo.

Neste sentido, ao considerar como fonte o conjunto arquitetônico e urbanístico, considerei a representação do espaço vivido, a relação dos monumentos com o espaço geográfico e sua evolução urbana ao longo do tempo, bem como as relações deste patrimônio com o presente na perspectiva de sua preservação. Sobre este procedimento de pesquisa, Martins (2009) elucida que um trabalho historiográfico que adota o patrimônio material como fonte de pesquisa,

deve considerar os múltiplos significados que o bem construído expressa e a relação dos sujeitos com o patrimônio, na perspectiva da sua manutenção no presente.

Após traçar a trajetória metodológica, parti para reunir as fontes que subsidiaram o estudo. Para tanto, organizei o material coletado em quatro grupos de fontes. No primeiro, o conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE tombado como patrimônio cultural, as informações sobre bens tombados, plantas arquitetônicas, mapas da área tombada e registros históricos. Sobre o uso de fontes desta natureza, Martins (2009) afirma que os bens que compõem o patrimônio cultural são o ponto de partida para os estudos de educação patrimonial. Contemplando além da arquitetura como fonte e exemplar da história como na visão preservacionista, tudo o que estiver disponível para compor o patrimônio cultural como fonte de compreensão sobre os processos históricos, simbólicos e culturais.

No segundo grupo de fontes, os documentos referentes aos processos de Tombamento, Rerratificação e Setorização do conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE, a legislação que normatiza as ações de tombamento e preservação, Atas do Conselho do Patrimônio de Icó/CE e matérias jornalísticas relacionadas ao objeto. Ao utilizarmos estas fontes, consideramos a lição de Martins (2009) de que num trabalho sobre patrimônio é necessário percorrer arquivos permanentes de Instituições, Poderes Públicos e Privados, para além dos arquivos tradicionais como cartórios e da diversificação dos olhares sobre a paisagem, objetos e saberes históricos, abrindo um leque de possibilidades de uso destes materiais.

O terceiro grupo, materiais informativos e educativos destinados à preservação do patrimônio cultural em Icó/CE. Reuni livros, guias, folders, panfletos, cartilhas, cartões postais, dentre outros materiais elaborados por instituições e órgãos públicos, com a finalidade de orientar as ações de preservação e uso do patrimônio. No trato com estas fontes, considerei a cognição de Samara e T. Tupy (2007) em que é possível num trabalho historiográfico a utilização de fontes diversas para a pesquisa, com o uso de materiais diferentes dos registros escritos considerados como fontes primárias. Exigindo do historiador um olhar interdisciplinar, utilizando de métodos e técnicas de outras ciências para estudo e análise.

No quarto e último grupo, materiais bibliográficos como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outras publicações com abordagem sobre patrimonialização, história local, tombamento e educação patrimonial, alguns destes relacionados diretamente ao patrimônio de Icó/CE. Ao trabalharmos com estas fontes Samara e T. Tupy (2007) afirmam que o pesquisador ao selecionar as fontes deve escolher conforme a interação entre o objeto e as questões de pesquisa, agrupando-as em dois conjuntos: primárias e secundárias. Compreendendo como primárias as de testemunho direto e secundárias as de testemunho indireto. Assim, produções científicas como artigos, dissertações e teses de doutorado que são consideradas como fontes secundárias, podem ser utilizadas como fontes primárias.

Assim, a dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo *Icó: a memória, o tempo, o patrimônio e o documento* discuto inicialmente os conceitos que embasam a educação patrimonial como objeto de estudo, dada a necessidade de compreensão da relação do tema com a pesquisa e ensino da História. Em seguida, discorro sobre o processo de patrimonialização no Brasil e no Ceará, situando no contexto internacional de busca pela constituição de marcos de memória e de construção de identidade, como meio de situarmos o processo de patrimonialização dos bens que formam o conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE. Concluo o capítulo situando o estudo na cidade de Icó com um lugar de memória. Para tanto, faço um breve relato sobre a história, os bens que constituem o patrimônio cultural e os lugares de memória sensível. Apresentando elementos que sustentaram a defesa da patrimonialização e do tombamento do conjunto de bens como patrimônio cultural, para a compreensão do leitor sobre como o lugar se tornou ao mesmo tempo monumento e documento histórico.

No segundo capítulo, *Icó/CE: uma cidade patrimônio nacional*, apresento a análise sobre o processo de tombamento iniciado no ano de 1974 e concluído no ano de 1997, destacando as razões técnicas que motivaram a eleição do conjunto de bens e todo o processo de construção da proposta de tombamento, bem como, refletindo sobre a falta de participação da população local na elaboração da proposta. Abordo como a eleição da cidade como um lugar de memória foi fruto de olhares estrangeiros e não por motivação local. Sigo com uma abordagem sobre as ações preservacionistas decorrentes do tombamento oficial, para assegurar a

integridade dos bens tombados e coibir ações de descaracterização do patrimônio por seus proprietários. Neste ponto, cito os conflitos e tensões geradas em torno do patrimônio, a partir da constituição de um espaço de memória ideal e os impactos para a população, principalmente aqueles que são proprietários de bens tombados. Assim, traço um relato sobre as ações preservacionistas por meio de estratégias de informação e educação patrimonial voltadas para a população. E para compreendermos as estratégias, analiso os materiais produzidos para esta finalidade, buscando perceber os elementos apresentados e a forma de abordagem didática. Com isso, busco compreender os impactos das estratégias e materiais produzidos para a educação patrimonial, percebendo como as relações de conflitos influenciam diretamente no processo de preservação do patrimônio cultural. Por fim, apresento uma relação entre o ensino de História com as estratégias em educação patrimonial, a partir da compreensão sobre como os professores podem se tornar mediadores. Assim, apresento um levantamento de dados amostrais sobre a formação e atuação de ensino dos professores de História na cidade de Icó/CE, analisando sua formação inicial a partir do currículo das instituições, buscando uma relação entre a formação e o trabalho com a temática.

No último capítulo, *Educação para o patrimônio*, discuto sobre a educação patrimonial como estratégia didática para o ensino de História. Discutindo marcos conceituais e aspectos curriculares que fundamentam a proposta. Propondo aos professores o papel de agentes e mediadores em educação para e com o patrimônio. Em seguida, apresento como um produto didático, textos para a composição de um livro digital em formato de *e-book*, com estratégias em formato de oficinas. No produto, situo o trabalho educativo em educação patrimonial em relação à pesquisa em História, na proposta curricular para a disciplina e como estratégia didática como tema transversal. Faço uma abordagem sobre conceitos necessários para a compreensão e trabalho sobre a temática, como meio para subsidiar os professores e demais interessados na proposta. Por fim, apresento nove estratégias didáticas em formato de oficinas, organizadas em três blocos. No primeiro, atividades que abordam aspectos da memória local, discutindo com o presente. No segundo, atividades em torno do patrimônio e elementos que constituem objeto para a compreensão do valor cultural dos bens tombados. No

terceiro e último, atividades que dialogam com o sentido de preservação, das possibilidades de diálogo do presente com o patrimônio, na superação dos conflitos e das estratégias para sensibilização para uso do patrimônio cultural preservado. Para finalizar, retomo as questões fundamentais da pesquisa, tecendo considerações sobre os resultados alcançados com a investigação, bem como, abordo aspectos que apontam para como a população age na superação dos conflitos e no convívio com o patrimônio e a memória local.

CAPÍTULO 1 - ICÓ: A MEMÓRIA, O TEMPO, O PATRIMÔNIO E O DOCUMENTO

Neste capítulo abordamos o patrimônio sob as perspectivas da memória, tempo e documento, numa busca sobre como o processo de patrimonialização no século XX influenciou o tombamento de monumentos e de cidades como espaços de memória. Assim, buscamos apresentar a cidade de Icó/CE como patrimônio cultural, seus bens e elementos que justifiquem a sua preservação.

1.1 - Memória e patrimônio

Em busca de compreender o processo de patrimonialização que culminou com o tombamento do conjunto urbano da cidade de Icó/CE como patrimônio cultural, bem como as ações, educativas e legais, para a preservação e manutenção dos bens tombados, encontramos nas lições de François Hartog, elementos que estabelecem a relação entre memória e patrimônio. Esta relação é um dos recursos para a compreensão sobre como a pessoa concebe sua relação com o tempo e algumas de suas categorias (passado, presente e futuro), o modo que afeta a sociedade no trato com os marcos de memória, a formação de sua identidade e adoção de políticas preservacionistas.

Assim, François Hartog oferece os Regimes de Historicidade⁴ como um conceito heurístico, ou seja, uma ferramenta para compreensão da relação do homem com o tempo, que embora tenha formulado, considerando uma realidade europeia de relação com a memória, têm influenciado diferentes trabalhos historiográficos, por permitir a utilização de um modelo e perspectiva para compreender a realidade no atual regime, por ele denominado de Presentismo, que apresenta como um dos elementos:

uma manifestação urbana da incidência do tema do patrimônio e destes jogos do tempo se observou nas políticas de reabilitação, renovação,

⁴Conforme François Hartog (2003) as experiências do tempo em que há uma dominância entre as instâncias temporais - passado, presente ou futuro - são compreendidas a partir dos Regimes de Historicidade. Um conceito heurístico, apresentado na obra Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.

revitalização dos centros urbanos. Deseja-se museificar, mas mantendo vivo, ou melhor, revitalizar reabilitando. Ter um museu, mas sem o fechamento do museu: aqui ainda, um museu "fora dos muros"? Um museu propriamente de sociedade, senão um museu social. É claro, este projeto implicava, ultrapassando a noção de monumento histórico, a tomada de consciência de que a proteção do patrimônio devia se conceber como um projeto urbano de conjunto (François Hartog, 2006, on-line)

Para construir o conceito de Regimes de Historicidade, Hartog (2006) apresenta a forma como a sociedade se estabelece no tempo a partir das experiências adquiridas e na expectativa do que pode acontecer, assumindo diferentes ritmos e espaços. É a concepção sobre seu passado e a relação com os signos criados no tempo, que influenciam na tomada de consciência sobre si e a forma como estabelece sua continuidade no espaço. Assim, ao buscar "museificar" os marcos do passado estão se estabelecendo um jogo histórico-temporal, de articulação entre categorias de tempo (passado, presente e futuro), ao definir a tomada de consciência sobre si e influenciar a formação da identidade social e cultural.

Na concepção de Hartog (2003) o tempo não se resume a um recorte linear e progressivo, mas em um regime marcado pelas experiências vividas num determinado espaço, que possibilitam perceber as marcas e estruturas que indicam a ordem dos olhares que estabelecem o regime. Assim, a partir do modo como a sociedade olha para as categorias de tempo, Hartog concebeu como três os regimes de historicidade, o Antigo, o Moderno e o Presentismo, não estabelecidos de modo absoluto, objetivo e uniforme entre as sociedades, mas assumindo ritmos diferentes conforme a realidade observada.

O regime passadista ou antigo regime de historicidade foi definido por Hartog como o período em que a história assumia o caráter de mestra da vida, marcando a antiguidade até os fins do século XVIII, em que o horizonte de experiências era evidenciado para garantia de boas ações no presente e no futuro. Resultando numa concepção de tempo linear e duradouro, incumbindo à memória assegurar a continuidade do tempo, definindo o ritmo dos fatos no presente.

A alteração do horizonte de experiência para a expectativa sobre o futuro marcou a modernidade a partir do século XVIII, definindo um novo regime de historicidade. O regime moderno para Hartog teria ampliado a expectativa de um tempo linear e progressivo. A história se configurava como a busca de um fim único

e distinto, sem uma repetição dos fatos do passado. Para estabelecimento desta visão, a ciência positivista e as estruturas do capitalismo moderno foram essenciais, para que o passado se tornasse um elemento do trabalho histórico e a identidade projetada do presente para o futuro.

O regime moderno de historicidade teria como marco final a queda do Muro de Berlim em 1989. Para Hartog (2003) este fato teria sido a culminância de um período de crises na perspectiva sobre o tempo e a memória. As críticas ao modelo de produção historiográfica positivista, a superação dos ideais nacionalistas e os olhares voltados para as sociedades e culturas, possibilitaram a observação do tempo em ritmos diferentes, cabendo ao presente assumir a perspectiva da compreensão sobre os fenômenos no tempo.

Os anos oitenta do século XX inauguram o regime de historicidade que Hartog (2003) denominou de Presentismo. Sob efeito deste regime, a categoria de tempo presente assume o horizonte de concepção da memória, legitimado pelo passado e pressionado pelo futuro para que o fim não se consolide. Com efeito, o presente não ofusca o passado e futuro, mas na medida em que estes se distanciam do horizonte de observação, cabe ao presente a tarefa de produzir a partir da memória, o passado e futuro.

A forma como a sociedade contemporânea estabelece sua relação com o tempo e a memória são as bases para a consolidação do presente como horizonte de observação. As produções midiáticas, o crescente processo de informatização, o modo de lidar com a morte, a supervalorização da juventude e busca pela longevidade, a proliferação de museus, a transformação de espaços urbanos em lugares de memória, a seleção e preservação das manifestações culturais, são para Hartog (2003) sinais do presentismo, principalmente por evidenciar a necessidade no presente de tudo registrar e monumentalizar.

Há, portanto, nos anos finais do século XX e início do século XXI uma evidente universalização da patrimonialização, marcada pela nostalgia da busca pelo passado, sua conservação e utilização como fonte de conhecimento histórico. Nesse processo, Hartog (2006) salienta a forma como os lugares de memória são transformados em patrimônios históricos como elementos para formação de uma identidade histórica, social e cultural, como parte de projetos de políticas públicas

estatais. Este fenômeno, resulta na reafirmação histórica e política da sociedade contemporânea, por meio da utilização dos marcos do passado vistos na perspectiva do presente.

Neste período, a identidade passa a ser palavra-chave na construção da memória nacional, relacionando com a história, evidenciando os processos de monumentalização e patrimonialização. Segundo Hartog (2006), o sentimento comum de pertença, como efeito de um projeto político público, toma o patrimônio como um mecanismo para evocar a memória e história. Desta forma, o sentimento de pertença e identidade se ancoram na identidade revelada pelo patrimônio cultural, como um sinal de representatividade.

O uso dos marcos de memória como mecanismos para construção de identidade não é uma exclusividade do regime de historicidade presentista, posto que nos demais regimes, os olhares para o passado também eram evidenciados. Contudo, o diferencial reside no fim que a conservação do passado assume, ao se tornar um elemento político para evocar um sentimento comum de pertença, produzindo uma função de anamnese coletiva, que Hartog (2006) afirma resultar numa exacerbada busca pela seleção, reabilitação, conservação e comemoração do patrimônio.

Hartog (2006) ainda assevera que a patrimonialização e monumentalização se amplificam ao ponto de tudo se tornar patrimônio, transformando centros urbanos em museus vivos e sem muros, na busca pela reconstrução do passado, no preenchimento das lacunas da memória coletiva e na reinvenção dos lugares de memória, para fins de estabelecer uma identidade comum, permeando o lugar com valores, signos e costumes que justifiquem o modo de ser no presente.

Como evidência deste processo, Hartog (2006) apresenta as Jornadas de Patrimônio realizadas durante o século XX e os documentos resultantes dessas jornadas, as Cartas Patrimoniais, como elementos fundantes do processo de patrimonialização. São estes instrumentos internacionais que dão o tom para as ações de seleção, manutenção e preservação dos patrimônios culturais como políticas públicas. Asseverando também a ampliação do conceito de patrimônio durante o século XX, resultando na produção dos museus do presente que

preparam a sociedade para o futuro.

1.1.1 - Memória, tempo e monumento

Para melhor operar com os regimes de historicidade, sobretudo com o presentismo, convém buscarmos nos conceitos de tempo, memória e documento, elementos que subsidiem este estudo. Assim, recorreremos às lições de Jacques Le Goff (1990) como subsídio para o entendimento não de uma definição de conceitos, mas sobre a forma como estes colaboram com a compreensão sobre o objeto de estudo, o patrimônio cultural, de modo a facilitar a nossa apropriação e utilização no estudo sobre o fenômeno da patrimonialização.

Desta forma, distinguir passado e presente é fundamental para uma tomada de consciência sobre o tempo, uma vez que o presente não se limita a um instante e suas estruturas são parte da operação histórica, seja consciente ou inconsciente. O recorte do tempo assume, por vezes, um caráter ideológico e oficial, para selecionar os fatos e personagens necessários para a construção de uma consciência histórica, permeando a consciência coletiva e conduzindo para um propósito (LE GOFF, 1990).

Assim, a relação com as categorias de tempo que definem o horizonte de observação, conforme as lições de François Hartog, perpassam a distinção entre o tempo passado e presente como afirma Le Goff, uma vez que o recorte temporal assume não somente o caráter de consciência histórica, mas sendo esta consciência por vezes desveladas sob um propósito de opor passado/presente ou com a finalidade de manter presentes os signos do passado.

Sobre a permanência dos signos do passado, Le Goff (1990) afirma que há no presente uma “devoção”, dado o caráter que algumas sociedades atribuem a estes signos. Esta devoção seria percebida na evocação de personagens e fatos, ou, na reestruturação de lugares do passado para justificar as ações do presente. Sendo esta devoção ao passado um elemento comum em movimentos nacionalistas e identitários.

Neste sentido, o fenômeno da busca pelos signos do passado para melhor consciência sobre o presente, para Le Goff (1990), assim como afirma

Hartog (2003), teria se intensificado durante o século XX. Os acontecimentos deste século gerou incertezas sobre o futuro, ao passo que ampliou o olhar para o presente e buscou no passado elementos que o justificassem. Le Goff (1990) ainda assevera que a aceleração do presente acabou por influenciar a busca nostálgica do passado, a valorização da história, a criação de memórias e o “prestígio da noção de patrimônio”. Resultando numa institucionalização da memória para servir a interesses políticos e públicos.

Em relação ao objeto de estudo, a forma de evocação do passado por meio do patrimônio e da memória, tomam um lugar essencial em nossa reflexão. Principalmente pelo caráter institucionalizado que esta ação assume. Assim, o trabalho com a memória, com os signos do passado, com a construção da consciência histórica, para fins de construção de uma consciência e identidade coletiva, são primordiais para percebermos como o presente produz o passado e, de certo modo, causa influência na produção da história.

Conforme Le Goff (1990) a memória coletiva se torna produção histórica ao assumir um caráter científico e cujos materiais para o trabalho do historiador são os documentos e monumentos. Compreendendo os monumentos como produções, voluntárias ou involuntárias, que possuem, dentre outras, a capacidade de perpetuar a memória e evocar recordações. Enquanto por documentos, os testemunhos escritos e produzidos sem intencionalidade como os monumentos, o que lhes conferem legitimidade. Ambos, portanto, ao sofrerem intervenção do historiador, se tornam documentos para a produção da memória histórica.

A visão de Le Goff (1990) sobre a função de documento/monumento supera a perspectiva do positivismo histórico do século XIX, que considerava como documento o testemunho imparcial e objetivo a ser trabalhado pelo historiador. Para Le Goff é falsa a dicotomia entre documento e monumento, uma vez que, ao serem produtos do passado, permitem que a memória coletiva seja recuperada. Ocorrendo uma movimentação em que o documento ao ter seu reconhecimento como histórico se torna um monumento do passado, ao passo que um monumento por guardar a memória se torna um documento e fonte histórica não escrita. Ambas resguardam a capacidade de transmissão de dados representativos da ação e cultura humana.

Nesta perspectiva, as cidades podem ser vistas como monumento e

documento, reunindo elementos que guardam a memória coletiva, seus costumes e tradições, possibilitando estudos sobre a trajetória humana num determinado espaço e tempo. Dessa forma, a crescente patrimonialização se justifica a partir de uma valorização dos monumentos como marcos de memória, da possibilidade de evocar o passado coletivo e produzir uma história no presente.

1.1.2 - Patrimônio e memória

O conceito de patrimônio segundo Françoise Choay (2001) se tornou um conceito “nômade” pelos adjetivos e objetivos que assumiu ao longo do tempo. A autora relembra a origem da palavra tradicionalmente como elemento das estruturas familiares, mas que ao longo do tempo se revestiu de sentido econômico, genético, natural, histórico, dentre outros. Desta forma, aquilo que determinava o que estava sob poder do pai ou “*pater*” na antiga Roma e que podia ser legado para a família por meio da herança, como bens materiais e elementos tradicionais, passou a designar o conjunto de bens legados pelas comunidades às futuras gerações.

No âmbito restrito, o patrimônio é um conceito relacionado à economia e ao direito de propriedade, o que lhe confere uma íntima relação aos interesses aristocráticos. Numa visão mais ampla, se reveste do sentido de herança ou legado cultural que uma comunidade transmite para as gerações, lhes conferindo um sentimento de identidade e unidade. Em relação ao patrimônio histórico, segundo Choay (2001), constituem como os bens acumulados pelas comunidades ao longo do seu passado comum, resultados dos saberes e fazeres, que ganham sentido por sua representatividade e pela forma como a própria comunidade o cultua.

Importante considerar a distinção entre patrimônio histórico e monumento. Choay (2001) define como monumentos as obras construídas por uma determinada sociedade, num espaço e tempo, legadas para as gerações futuras. Numa visão ampla, os monumentos se tornam patrimônio histórico a partir da capacidade de manter viva a memória, produzindo afetividade e unidade entre os membros da sociedade que o erigiu. Em que, sua manutenção se torna necessária, ante a angústia da morte ou das incertezas sobre o futuro.

Contudo, esta função de afetividade e unidade defendida por Choay

(2001), a depender do caráter que assume como política patrimonial, pode gerar outros sentimentos como de pertença, de símbolos de memória, mas também, pode gerar conflitos, uma vez que em torno do patrimônio há jogos de interesses entre o particular e o público, o direito de propriedade e a necessidade de preservação, bem como, da necessidade de manutenção e o desejo de acompanhar o curso da modernização.

Nesta perspectiva, Aloïs Riegl (2014) reforça a ideia que os monumentos são produções humanas para que se conserve no presente os elementos do passado. O destino dos monumentos é a manutenção da memória coletiva, seja de uma sociedade, de um povo ou um grupo, de modo que o passado se mantenha vivo na consciência das gerações futuras. Esta memória depende dos signos criados em torno deste marco, dos valores e significados que foram construídos ao longo da história.

A concepção dos monumentos como mecanismos para evocar a memória e impedir que as realizações do passado fossem esquecidas, se materializam em ações preservacionistas e como política de salvaguarda na França do século XVIII no período revolucionário. Segundo Choay (2001) o ideal nacionalista dos revolucionários legitimou as práticas conservadoras a partir de valores educativos, econômicos e artísticos. Assim, a memória a ser evocada tinha por finalidade educar para o civismo, para justificar o processo econômico e criar bases de uma nova concepção de arte. Desta forma, a Revolução Francesa não inaugurou os princípios conservadoras, mas a partir deste evento a conservação se tornou uma ação estatal e uma política com finalidade nacionalista.

A autora ressalta que as primeiras ações preservacionistas remonta ao século XV pelos humanistas, principalmente os ligados ao clero católico, cujo objetivo era impedir o esvaziamento da memória romana e justificar o uso dos monumentos. Esta visão, supera o ideal de preservação da antiguidade baseado no valor artístico e estético, e do início da idade média, cujo ideal estava relacionado apenas à sua reutilização, uma vez que não havia sensibilidade em relação ao tempo cronológico. Mencionando também os antiquários na modernidade europeia como ideais de preservação de objetos antigos, sem uma preocupação com a história e originalidade.

Para Choay (2001) nos séculos XIX e XX houve uma consagração do monumento histórico motivado pelos ideais da Revolução Industrial e da modernidade, que conferiu um caráter científico ao modo de pensar os monumentos e sua preservação. Para a autora, houve a inserção de um estatuto jurídico e um tratamento técnico que disciplinou a seleção, uso e preservação dos monumentos, imprimindo valores pela manutenção dos monumentos como necessários à permanência do passado e continuidade no presente, com o objetivo de combater danos à história e à memória.

A impressão do valor histórico aos monumentos culminou no que Choay (2001) denomina como “invenção do patrimônio histórico”. Assim, leciona que este processo ocorre em três abordagens: memorial, histórica e historial. A abordagem memorial se assenta na concepção das cidades antigas como objetos de valor arquitetônico que devem ser protegidos. Enquanto a abordagem histórica percebe as cidades como resultado de um processo de urbanização e que ao se tornarem históricas, vistas como objetos de arte, perdem o sentido da historicidade.

A superação dessas abordagens se encontra na concepção historial que integra a preservação e manutenção das cidades antigas em seus aspectos estruturais e concilia com as demandas do presente, prevendo a inserção de áreas de entorno para proteção dos monumentos e evitar sua perda ou descaracterização. Nesta concepção, as cidades se tornam unidades de preservação a partir da aplicação de leis de proteção e uso, aplicadas aos monumentos históricos e a área de entorno.

Por fim, vale considerar o que Choay (2001) chama por “culto ao monumento histórico” como efeito da indústria cultural e do predomínio estatal sob a gestão de cidades e monumentos na contemporaneidade, consoante a lição de Riegl (2014) de que há uma busca pela manutenção da integridade das cidades criando um aspecto de algo intocável. Apesar do contexto a que os autores se referem ser o da Europa contemporânea, esta perspectiva é tomada por diferentes realidades no mundo, inclusive no Brasil. Dessa forma, os monumentos e o patrimônio histórico assumem a função econômica como destino de ações consumeristas no âmbito artístico, cultural e turístico. Mas por outro lado, pode resultar em efeitos como a desfiguração, o desgaste gerado pela não utilização ou

mesmo a exclusão dos moradores das áreas protegidas, o que exige políticas para sua preservação e manutenção.

1.1.3 - A cidade e os espaços sensíveis de memória

Historicamente as cidades se tornaram símbolos da civilidade e desenvolvimento social humano. Os espaços de convívio se tornaram expressões da capacidade de produção, onde estão imbricados elementos da cultura e identidade de um povo. São, portanto, espaços que ganham o status de lugar e passam a fazer parte da vida e história das pessoas.

Reconhecendo estes aspectos, as cidades vistas como lugares de memória⁵ ganham status de patrimônio histórico e se tornam marcos de memória e identidade. As cidades são portanto territórios qualificados e dotados de significados, fruto das memórias e narrativas daqueles que passaram e viveram no território e compõem uma comunidade simbólica, capaz de expressar o sentimento de pertença e identidade de um povo ou comunidade (PESAVENTO, 2007).

A transposição do espaço territorial para um lugar de memória, perpassa a perspectiva geográfica e assume características antropológicas, em que o significado é atribuído ao lugar por meio do convívio do grupo social e que posteriormente estes significados passam a orientar aqueles que moram no local, numa relação entre as temporalidades e experiências (BORGES, 2010).

Dessa forma, os signos presentes no lugar permitem ao homem reconhecer a si e ao grupo de convívio. Do mesmo modo, são os signos que conectam os indivíduos do grupo, lhes dão uma estabilidade e servem de orientação, conferindo sentido à vida e construindo uma identidade. Assim, o lugar assume a característica cultural e como suporte existencial para indivíduos e grupos, num contínuo entre passado e presente. Neste caso, o ambiente, os objetos e fatos refletem a essência do lugar (BORGES, 2010).

Compreender o lugar e seus aspectos simbólicos como patrimônio histórico e cultural é possível na perspectiva da patrimonialização das variadas

⁵Pierre Nora formulou o conceito de Lugares de Memória a partir da experiência na França sobre a relação da sociedade contemporânea com o passado. Concebe o lugar como símbolos criados para revelar os processos sociais e históricos, bem como para alicerçar memórias ou sentimentos de identidade.

formas de manifestações culturais, saberes, vivências e criações, que superam os limites dos significados que os monumentos representam. A preservação dos significados do lugar como elementos do passado se justifica na concepção de patrimonialização, ao possibilitar a memória e guarda dos elementos simbólicos do passado para serem evocados no presente, evitando seu esquecimento e a perda da identidade. Deste modo, ao aproximar o passado do presente, os marcos de memória protegem a identidade cultural dos grupos (NOGUEIRA, 2015, p. 40).

O processo de identificação com o lugar pode ser um exercício individual, a partir das vivências e memórias de fatos ocorridos ou repassados pelo coletivo, por meio da indução e educação das referências do grupo. Assim, não somente o conjunto urbano carrega significados, mas diferentes lugares dentro do espaço urbano possuem signos e memórias distintas (PESAVENTO, 2007).

Os lugares de memória numa cidade dependem do seu desenho e podem se constituir por ruas, monumentos, cemitérios, igrejas e praças. Nestes lugares são escritas as histórias que ganham formas e imagens, retratando as construções do passado e permitindo ao presente a leitura sobre o passado, constituindo como um espaço de aprendizados e portanto, lugares de sensibilidade (NOGUEIRA, 2015, p. 40).

Para Pesavento (2007) a construção das identidades urbanas estão associadas à paisagem natural, assim, cidades de memória e identidades foram construídas próximas ao mar, rio ou lago, formando um conjunto paisagístico e associando construções humanas às formações naturais. Os núcleos urbanos originários ao longo do tempo assumem o status de centros, guardando os registros da formação urbana e social do lugar. Dessa forma, os centros originários de uma cidade possuem características e desenhos próprios, com contornos definidos conforme o espaço geográfico. Mas é a partir do centro, núcleo principal que se torna histórico, que a cidade se expande e as camadas da história empreendem suas marcas.

A leitura das imagens da cidade se dá por meio da arquitetura, as edificações que apresentam as marcas culturais e artísticas das diferentes camadas de tempo, seus contrastes, representações e remetem ao modo de vida daqueles que viveram e vivem no lugar (PESAVENTO, 2007). São nos centros históricos que

se encontram ruas, praças, monumentos, prédios públicos, prédios residenciais, dentre outros elementos que formam o desenho urbanístico e arquitetônico do lugar, seja este desenho planejado ou não, mas que representam as camadas de tempo e os significados neles construídos, dentre estes se destacam os espaços sagrados e de cultos.

A respeito da religiosidade na formação dos primeiros núcleos urbanos no Brasil, Borges (2010) ressalta a importância dos primeiros colonos tiveram na formação urbana, social e religiosa. Estes reportaram para o novo lugar as suas crenças e símbolos de devoção, refletidas nas construções de locais de cultos como igrejas, capelas e oratórios domésticos. Dessa forma, a criação dos locais de culto refletem a sacralização do lugar, separado do profano, capaz de evocar o sagrado para superar as adversidades da vida. As manifestações de cultos como as romarias e procissões, se estabeleceram ao longo do tempo e agregam significados à história das comunidades.

A prática de construir locais de culto no Brasil colonial também se deve ao ato de sepultar os mortos. Algumas capelas foram erguidas com a função de sepulturas, que ao longo do tempo se transformaram em igrejas e serviram como locais para sepultamentos ou depósitos de restos mortais. O costume de enterrar os mortos em igrejas em substituição dos enterros em via pública era comum na Europa medieval, e segundo Andrade Júnior (2017), foi trazido para a colônia e deu origem aos primeiros cemitérios.

Os cemitérios surgem na Europa como parte de políticas higienistas e da necessidade de um espaço reservado para as sepulturas, em alguns casos como extensão dos templos, ampliando o espaço para cultos e ritos em torno da morte e do divino. Para Andrade Júnior (2017), nestes espaços o desenho do território sagrado, as construções dos túmulos, os objetos de culto e os ritos fúnebres refletiam os símbolos da religiosidade, as diferenças sociais, a cultura e a aproximação com o sagrado e a compreensão da finitude humana. Assim, também no Brasil, a construção de cemitérios refletiu não somente uma ação higienista, mas como uma opção para sepultar os mais pobres e criar um espaço para culto ao sagrado.

1.2 - Memória e preservação

Apontado por François Hartog como um dos sintomas do Presentismo, a preservação da memória, da identidade e a eleição de monumentos como marcos de memória constituem o fenômeno da patrimonialização. Neste sentido, podemos compreender como patrimonialização todo o processo em que determinada sociedade ou grupo emprega o sentido de identidade e memória aos bens, isolados ou em conjunto, justificando a sua preservação. Embora a patrimonialização assuma características próprias, a partir das realidades de tempo e espaços (internacional, nacional e local) é possível traçarmos uma análise da maneira como isto se torna uma política pública para manutenção e preservação. Nesta análise, tomamos o tombamento, um dos meios de preservação, como marco das políticas de patrimonialização.

1.2.1 - Cartas Patrimoniais: Recomendações para preservação da memória

François Hartog apresenta dentre os sinais do Presentismo como um regime de historicidade as Jornadas do Patrimônio realizadas no decurso do século XX. Estes eventos não somente lançaram as bases para as ações de seleção, conservação, manutenção e preservação do patrimônio representativo do passado, mas e principalmente, deram o tom dos discursos em torno do que seria considerado patrimônio, os meios para a valorização dos marcos do passado e estratégias educativas identitárias e preservacionistas. Como resultados destas jornadas, as cartas de recomendações ou cartas patrimoniais sintetizam estas discussões, que apresentaremos brevemente nesta seção.

A Carta de Atenas (1933) é o primeiro documento internacional que trata das questões envolvendo o Patrimônio. Numa clara demonstração de preocupação com a situação de abandono que os monumentos históricos nacionais estavam sofrendo. A Carta ressalta a necessidade de preservação e conservação destes monumentos, por meio de recomendações para a administração, legislação, técnicas e materiais para ações de restauração. Importante destacar que o

documento refletia uma concepção inicial sobre o patrimônio, voltado para os prédios ou monumentos com valor histórico e artístico. Em se tratando de ações educativas, a recomendação se resumia a evitar danos ao patrimônio representativo da identidade histórica.

A Carta de Veneza (1964) apresenta um conceito sobre o monumento histórico como testemunho da evolução histórica do saber humano, materializada nas criações arquitetônicas, os prédios históricos, isolados ou em conjunto, complexos ou modestos, que guardam os traços da cultura no tempo e espaço. Cumpre destacar neste documento o conceito de monumentos e sítios históricos como “portadoras de mensagem espiritual do passado”, resultando na necessidade de manutenção de uma unidade em torno da preservação como meio para transmissão do passado para as gerações futuras, uma vez que os monumentos são “testemunho vivo de suas tradições seculares”.

As Recomendações de Paris (1968 e 1972) ampliaram o conceito de patrimônio. Nas primeiras, direcionam os olhares não somente para os vestígios do passado, mas também do presente, como reflexo da produção cultural, científica e artística, materializadas nos bens móveis ou imóveis, de cunho arqueológicos e históricos, dispostos isoladamente ou em conjuntos. Nas últimas, os bens naturais foram incluídos no rol de bens a serem preservados, são os espaços geográficos, as formações físicas ou biológicas, que guardem relação com a presença e desenvolvimento humano ou cuja beleza natural lhes seja cara.

O conceito de patrimônio cultural e imaterial foi introduzido inicialmente na Declaração do México (1985) como representação da identidade histórica e cultural dos povos nos bens materiais ou imateriais, expressos por meio da arte, arquitetura, música, linguagem, sabedoria popular e tradições que guardam a história, memória e identidade. As recomendações de Paris (1989) corroboram com estes conceitos e reconhecem os saberes e costumes como patrimônio, por refletir a identidade de um povo, transmitido pela tradição ou história.

A questão do patrimônio se volta para as Américas quando se percebe o acelerado processo de urbanização e desenvolvimento, cumulado de prejuízos aos bens históricos pela falta de uma política de valorização e preservação. A Carta de Quito (1967) voltou os olhares para o patrimônio do continente americano, sugerindo

que as nações adotem medidas para revalorização dos bens com a finalidade de aliar o presente em desenvolvimento com os marcos do passado.

No Brasil, duas cartas se voltam para questões de patrimônio nacional. O Compromisso de Brasília (1970) elenca medidas de garantia da preservação dos monumentos históricos e artísticos, bem como prevê a adoção de ações educativas considerando o “culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional”. E o Compromisso de Salvador (1971) que inclui o conceito de ambiência, ampliando o conceito de bem tombado, justificando medidas de proteção nas áreas de entorno para manutenção dos bens históricos.

A identidade como um bem a ser preservado foi evidenciada na Carta de Amsterdã (1975) como ideal para manter a unidade nacional em meio ao processo de modernização, de progresso econômico e social. A identidade cultural passa a ser considerada uma expressão do passado no contexto do presente. Neste sentido, as Recomendações de Nairóbi (1976) apresentam a salvaguarda dos conjuntos patrimoniais como essencial para a preservação da identidade cultural, para manutenção dos “testemunhos vivos de épocas anteriores” no contexto do processo de acelerada descaracterização urbana, fruto da modernização.

A Declaração de Sofia (1996) reconhece a evolução do processo de patrimonialização, mas volta os olhares para a diversidade e especificidades próprias dos diferentes povos e culturas, principalmente das minorias étnicas, religiosas e linguísticas. Assim, amplia a concepção sobre identidade e história, para além da massificação cultural e social. Nesta esteira, as Recomendações de São Paulo II (1996) estabeleceram para o Brasil o reconhecimento da diversidade cultural e prevê ações para o reconhecimento da identidade nacional por meio da história escrita ou pela memória popular, sendo incorporado nos currículos escolares.

Por fim, vale mencionar as Recomendações de Paris (2003) e a expressão da importância da preservação do patrimônio imaterial em meio a expansão e aceleração do processo de desenvolvimento social na contemporaneidade, sinalizando um processo de deterioração das identidades locais e seus efeitos na memória coletiva. Assim como a Carta de Brasília (2010) que reconhece a importância da preservação dos bens materiais e imateriais como

expressão da identidade e memória do povo, bem como abre espaço para discussões sobre a gestão do patrimônio.

Uma análise dos aspectos gerais das Cartas Patrimoniais possibilitou compreendermos não somente a evolução do conceito atribuído ao patrimônio, mas, percebermos o processo de ampliação do conceito, os valores a eles agregados, as práticas reconhecidas, o modelo de gestão a ser empregado para preservação e manutenção dos bens reconhecidos como herança da identidade e memória, com a finalidade de garantir no presente a permanência dos marcos do passado.

1.2.2 - Trajetória da patrimonialização no Brasil...

O contexto em que surgem as primeiras ações institucionalizadas para o reconhecimento e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional remontam à década de 1930, sob os preceitos da Carta de Atenas (1933) e sob a égide do governo republicano de Getúlio Vargas, no quadro político da implantação do regime Estado Novo. Estes, são pontos basilares para compreendermos o processo de proteção do patrimônio no Brasil, marcadas pela construção de uma política preservacionista mundial e de um regime autoritário com bases populistas.

O ideal nacionalista durante o regime do Estado Novo foi fundamental para a institucionalização de uma política intervencionista visando o fortalecimento da autoridade estatal e da criação do Estado-Nação. Neste contexto, a construção de uma Identidade Nacional se consolida como elemento e símbolo para a projeção de uma nação que valoriza sua memória e história, por meio dos marcos criados no passado heroico, com o objetivo de se estabelecer no presente. Ocorrendo no país o que elucidou Hartog (2006) sobre a formação de uma identidade histórica para reafirmar as bases estatais de governos nacionalistas.

Salientamos que o ideal nacionalista não foi fruto do Estado Novo. José Ricardo Oriá Fernandes (2010) leciona que o ideal de identidade nacional remonta ao século XIX, fruto do processo emancipatório republicano, permeando as discussões intelectuais sobre elementos definidores do ser “nacional”, para o país ser reconhecido ante as nações mundiais. Este olhar, resultou na criação de instituições educacionais e científicas que colaboraram na construção de um ideal

que atendesse aos interesses estatais republicanos, em destaque o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como precursor da política historiográfica e patrimonialista.

A proteção ao patrimônio nacional se institucionaliza ao integrar no texto constitucional da Carta outorgada de 1937 em seu artigo 134:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

O princípio protecionista relacionado ao patrimônio nacional insculpido no art. 134 da Constituição Federal, embasou os estudos e o projeto de criação de um órgão estatal para tal finalidade. Assim, o Decreto-Lei n. 25 de 1937, organizou a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional ao criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, definindo o patrimônio em seu art. 1º: “Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A criação de um serviço estatal de proteção do patrimônio nacional foi proposto inicialmente por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas em 1936. A respeito deste anteprojeto, Márcia Chuva (2012, p.151) afirma que “Mário de Andrade apontava para uma concepção integral da cultura, na qual concebia patrimônio em todas as vertentes e naturezas, sendo que o Estado deveria estar pronto para uma atuação integradora”. Desta forma, o projeto buscou uma definição do que se constituía o patrimônio nacional, os elementos culturais e folclóricos, bem como a organização de um serviço protecionista e preservacionista, tendo como finalidade a construção de uma identidade nacional.

A política patrimonialista pós 1937 pode ser compreendida a partir da trajetória traçada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA) no documento *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória*, publicado em 1980.

Neste documento, a trajetória institucional é definida por duas fases, heroica e moderna, que possibilitam compreender o pensamento e as ações estatais da política preservacionista no país.

Segundo o documento citado anteriormente, os primeiros trinta anos do órgão, que a partir de 1946 é elevado à categoria de Diretoria (DPHAN), correspondem a chamada “fase heroica”, em razão das atividades desenvolvidas com os poucos recursos financeiros, ante a grande demanda e urgência por ações de preservação e proteção, após séculos de ausência de uma política estatal. Assim, as ações se concentravam em inventariar uma mostra significativa do patrimônio nacional, salvar os monumentos em ruína e ameaçados, como também introduzir o conceito de tombamento e de limites à propriedade privada no campo jurídico.

Segundo Romeu Duarte Júnior (2012, p.106) “o conceito de sítio histórico da fase “heróica” do IPHAN era o de “cidade-monumento”, ou seja, cidades bem construídas e exemplares do ponto de vista artístico, verdadeiras expressões da arquitetura barroca colonial”. Desta forma, os principais centros urbanos tombados eleitos neste período correspondiam aos núcleos da arquitetura colonial que se mantiveram íntegros, em cidades e bairros das capitais que estagnaram ou ficaram à margem do desenvolvimento econômico. Duarte Júnior (2012) ainda assevera a importância da atuação dos membros do órgão, o rigor técnico e a qualidade do trabalho nesta fase, que resultou num conjunto de ações de preservação e num considerável número de monumentos salvos da ruína, somadas às ações de sensibilização com a promoção de atividades educacionais e culturais.

A fase moderna corresponde aos anos de 1967 a 1979, do órgão que a partir de 1970 passou a ser um instituto (IPHAN), por força do Decreto-lei n. 66.967/70. Caracteriza esta fase a política de tombamentos dos conjuntos urbanos e a adoção de medidas de proteção mais “enérgicas e abrangentes”. O desenvolvimento econômico neste período, marcado pelo crescimento urbano, aumento populacional, especulação imobiliária e com a abertura de acessos integrando os antigos centros às atividades de turismo, eram vistas como ameaças ao patrimônio.

Nesta fase, o conceito aplicado era o de “cidade-documento”, que

segundo Márcia Sant'Anna (1996, p.73, apud DUARTE JÚNIOR, 2012, p.107) privilegiava “o estudo das etapas de formação e desenvolvimento da cidade e a identificação das marcas dos processos históricos deixados no espaço”. Romeu Duarte Júnior (2012, p.107) ainda assevera que “essa etapa coincide com o alargamento dos critérios e do público do patrimônio, principalmente na área acadêmica [...]”. Desta forma, os tombamentos deixaram de privilegiar monumentos isolados e a arquitetura de sítios históricos, passando para os conjuntos urbanos e seus aspectos culturais, percebendo na evolução urbana as etapas do desenvolvimento histórico, caracterizando a patrimonialização das cidades, ou seja, o tombamento dos sítios históricos e das áreas de entorno.

Na década de 1970, merece destaque a implantação do PCH - Programa de Cidades Históricas pelo IPHAN em parceria com outros ministérios. O programa tinha por finalidade o levantamento dos núcleos urbanos históricos da região Nordeste, suas condições físicas e o estudo da viabilidade econômica por meio das atividades de preservação e salvaguarda. José Clewton do Nascimento (2002) assevera que o PCH propunha estratégias de valorização das cidades históricas, visando implantar uma estrutura mínima para o desenvolvimento econômico e social, uma vez que a integridade destes centros se devia a uma condição de atraso. Assim, a restauração dos centros históricos e a divulgação de suas belezas naturais e culturais potencializaria as atividades turísticas.

Importante destacar na trajetória do IPHAN o estabelecimento do conceito de bem cultural em suas ações, que apesar de fazer parte do anteprojeto de Mário de Andrade, se consolidou apenas nos anos de 1970, posto que as primeiras ações eram voltadas para os monumentos de “pedra e cal”, para evitar a ruína dos sítios históricos. Neste contexto, as atividades do PCH e a incorporação do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC promoveram um olhar para as atividades artísticas, para o folclore e o artesanato, percebendo a transformação sociocultural nos centros históricos e buscando na cultura elementos justificadores das raízes brasileiras, assim como formular alternativas para a viabilidade econômica para os centros tombados.

A inserção da cultura nos trabalhos de preservação permitiram uma ampliação da noção de patrimônio histórico e artístico para o de patrimônio cultural,

como registro da identidade nacional e dos seus elementos formadores. Assim, o conceito passa a ser insculpido na Constituição Federal de 1988 em seu art. 206:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Embora houvesse uma demanda internacional pela proteção ao meio ambiente e as culturas das minorias, o conceito de patrimônio cultural veio a ser ampliado no texto constitucional após cinquenta anos. Embora várias ações tenham sido desenvolvidas em sentido de valorizar os aspectos culturais da nação brasileira, o novo conceito representou uma democratização da concepção da memória histórico-cultural e abriu novas diretrizes para as ações de seleção e preservação do patrimônio nacional.

1.2.3 - ...e no Ceará

Durante a fase heroica do IPHAN as ações de preservação eram orientadas pela busca dos monumentos de valor arquitetônico singular, privilegiando as cidades como o Rio de Janeiro e Salvador que foram sedes da administração política durante o período colonial e império, assim como as cidades de expressão durante os ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do ouro, a exemplo de Recife, Olinda, João Pessoa, Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, dentre outras. Esta priorização acabou por relegar outros centros históricos de menor potencial ou cuja arquitetura não demonstrasse a suntuosidade necessária para a valorização arquitetônica (DUARTE JÚNIOR, 2017).

O Ceará passou a integrar as ações do IPHAN na década de 1950, por meio do tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Aracati, que considerou o período da edificação datada do século XVIII e por possuir traços do

barroco colonial. A intervenção federal refletiu a falta de uma política preservacionista local e de uma estrutura de pesquisas e estudos sobre o patrimônio. Situação que se altera apenas nos anos de 1960, por iniciativa do arquiteto José Liberal de Castro e com a criação da Escola de Arquitetura e Artes da Universidade Federal do Ceará - UFC em 1965, assumindo os estudos e inventariação do patrimônio histórico construído do Estado do Ceará (DUARTE JÚNIOR, 2017).

Sobre este período, Romeu Duarte Júnior afirma que:

Como elemento balizador dos tombamentos da arquitetura cearense, Liberal de Castro elegeu os processos sociais e históricos de ocupação do território da província, com suas penosas lidas civilizatórias ligadas à formação e evolução dos núcleos urbanos. Enfatizando o papel aglutinador dos ciclos econômicos havidos nos séculos XVIII e XIX, respectivamente o do charque e o do algodão, e das ribeiras dos principais cursos d'água (Acará, Jaguaribe e Salgado), desenvolveu uma linha de raciocínio e operação arrimada tanto no *modus faciendi* da "fase heróica" do Iphan quanto em uma história feita por homens sem rosto, nome ou sobrenome, na linha da narrativa histórica de um Capistrano de Abreu. Sob essa ótica, passam a ser investigadas nossas primeiras aglomerações humanas, com realce para Aracati, Aquiraz, Fortaleza, Icó e Sobral. (2017) [grifo nosso]

Estes estudos investigativos sobre a ocupação do território cearense, segundo Liberal de Castro (2013) conciliam a busca por monumentos arquitetônicos cujos traços remetem ao final dos anos setecentos e dos anos oitocentos, que remetem à formação sócio-histórica do lugar, das camadas do tempo substanciadas nos processos de ocupação, da economia baseada na criação de gado e formação da rede urbana. Como reflexo da fase heroica do IPHAN e das ações locais, Duarte Júnior (2017) cita os tombamentos de monumentos isolados como as Casas de Câmara e Cadeia das cidades de Quixeramobim (1972), Caucaia (1973) e Icó (1975), pelo valor estético, histórico e social que representavam, justificando a necessidade da manutenção de sua integridade, bem como, dos estudos do PCH com a elaboração dos projetos para tombamento das cidades de Aracati e Icó iniciados nos anos de 1970.

Ao longo dos anos de 1980 o tombamento do patrimônio cearense seguiu a lógica da fase heroica do IPHAN, fossem estes tombamentos em nível federal ou estadual. São exemplos de tombamentos deste período em nível federal: a Casa de Câmara e Cadeia de Aracati (1980) e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de

Almofala (1983); e em nível estadual: a Antiga Cadeia Pública de Fortaleza (1982), Teatro da Ribeira dos Icó (1983), Casarão Hotel em Barbalha (1983) e Sobrado Barão de Aracati (1983).

Vale mencionar que por força da Lei n. 13.465/2004, que revogou a Lei n. 9.109/1968, o Governo do Ceará criou a Secretaria Estadual da Cultura e lançou as premissas para as ações de levantamento, tombamento e preservação do patrimônio cultural local. Conforme a legislação em vigor, o órgão de proteção do patrimônio histórico cearense, o Departamento do Patrimônio Cultural está vinculado à Secretaria da Cultura tendo como órgão consultivo o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural - COEPA. Estabelece também nas disposições gerais o entendimento das ações do Departamento do Patrimônio Cultural com representantes dos entes federados, instituições civis e eclesiais e órgãos de fomento à cultura e proteção do patrimônio cultural cearense.

Por fim, vale considerar que a política pública para preservação do patrimônio cultural cearense surge paralelamente ao processo nacional, assumindo por muito tempo suas características, de modo que apesar das ações isoladas, ainda dependem das diretrizes e iniciativas do IPHAN. Nas palavras de Duarte Junior (2017) pouco se conhece sobre o acervo cultural cearense e muito menos se faz enquanto uma política de visibilidade do patrimônio e de sustentabilidade econômica e social para as comunidades que possuem acervos tombados.

1.3 - Icó/CE: monumento e documento

A cidade de Icó/CE foi uma das cidades estudadas pelo PCH entre os anos de 1970 e 1997 (ano em que foi tombada como patrimônio cultural nacional), contudo, neste período apenas dois prédios foram tombados de forma isolada, a Casa de Câmara e Cadeia em 1975 e o Teatro da Ribeira dos Icó em 1983. Um reflexo do período “heroico” do IPHAN e da concepção de preservação baseada em elementos singulares da arquitetura e do valor histórico dos monumentos.

O lapso temporal entre os primeiros estudos para o tombamento e sua concretização, foi permeado por mudanças na concepção sobre o que é patrimônio cultural e a política de preservação, como relatamos nas seções anteriores. Como

elemento principal de mudança, destacamos a concepção de cidade monumento ao privilegiar a eleição de monumentos exemplares da arquitetura, para cidade-documento, ao considerar os aspectos da evolução histórico-urbana com a formação social, econômica e cultural. Com base nesta concepção de cidade-documento, faremos uma breve exposição sobre a cidade de Icó/CE, o conjunto que compõe o patrimônio cultural e os espaços evocadores de memória, como recurso para compreensão do lugar como objeto deste estudo.

1.3.1 - Icó: o sertão, o Salgado e a gente

A ocupação do território no Brasil durante os primeiros anos da colonização portuguesa, aponta para diferentes frentes conforme os interesses econômicos. Em relação a colonização da capitania do Ceará, a historiografia ressalta o processo de interiorização como resultado da atividade pecuária. Jucá Neto (2012) afirma que o sertão não oferecia no início do século XVII condições naturais para o plantio de cana-de-açúcar e este seria o motivo para o retardo na exploração. Para Leonardo Cândido Rolim (2012) um dos principais motivos para o atraso na instalação dos currais de criar gado e da ocupação das terras cearenses foi a resistência das tribos indígenas chamadas de *tapuia*. Com isso, para que pudessem efetivar o projeto de colonização foi necessário combater, exterminar e dominar os povos indígenas.

O processo de ocupação esteve atrelado às viagens exploratórias, provavelmente motivadas pela busca de benefícios materiais, com a possibilidade de encontrar metais preciosos. Sobre o processo oficial de ocupação do Ceará, Capistrano de Abreu (1899, p. 25) afirma que:

Em 1603, Pero Coelho parte da Parahyba (sic), desembarca em plagas cearenses, mas em pouco é obrigado a retirar-se vencido e arruinado. Não são mais felizes os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira em sua tentativa em 1607. Enfim, Martim Soares Moreno, companheiro de Pero Coelho, conhecedor da língua dos Índios, nomeado capitão-mor do Rio Grande do Norte, consegue as sympathias (sic) dos indígenas vizinhos, e improvisa um fortim, princípio da colonização da capitania a que seu nome conserva-se indissolúvelmente associado.

De modo breve, Capistrano Abreu apresenta as tentativas de conquista

da capitania do Ceará por Pero Coelho que resultaram em fracasso e no abandono das terras. Como também para o que denomina “princípio da colonização da capitania” por Martim Soares Moreno, que se destacou pela habilidade em lidar com os nativos, ao passo que firmou aliança, facilitando a construção do Forte do Rosário. Assim como desenvolveu atividades produtivas nas terras que recebeu em concessão, como a criação de gado e o plantio da cana-de-açúcar e outros gêneros.

Para Jucá Neto (2012) a saída de Martim Soares Moreno resultou na dominação do Ceará pelos holandeses e posteriormente sua incorporação pela Capitania de Pernambuco em 1656. A falta de um controle direto, resultou num novo processo de ocupação das terras do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e do Ceará, por criadores de gado do Pernambuco e da Bahia. Estes avançaram em busca de novos espaços para suas criações e aos poucos estabeleceram novos currais que se tornaram núcleos urbanos, como destaca Capistrano de Abreu (1899, p. 30) “os terrenos próprios à criação do gado são aqueles (sic) que mais depressa se povoam”.

Em relação ao processo de ocupação do sertão para a formação de currais de criar gado, dentre as possibilidades há as condições pouco favoráveis do litoral para esta atividade econômica, e a necessidade de manutenção das áreas litorâneas para o cultivo da cana-de-açúcar. Assim, duas foram as frentes sertanistas, a primeira partindo do Pernambuco pelo litoral que ficou conhecida por Sertão de Fora e a que seguiu as margens dos rios Jaguaribe, Apodi, Mossoró e Piranhas seguidas por colonos migrantes da capitania da Bahia e do Pernambuco, na rota conhecida por Sertão de Dentro.

Jucá Neto (2012) assevera que a chegada dos criadores de gado no interior da província do Ceará teve como um dos entraves, os conflitos com os nativos da nação tapuia⁶. Habitavam o sertão cearense, dentre outras, as tribos dos *icos*, *icozinhos*, *calabaços* e *anauas*. Para este autor, a incompreensão da linguagem tapuia e o fato de serem tribos hostis, seriam os principais motivos para os conflitos com os colonos. Vale ressaltar que Capistrano de Abreu (1899), ao tratar sobre os nativos, aponta para uma compreensão de sua língua por Martim Soares

⁶Pedro Puntoni (2002) elucida que o termo “tapuia” usado inicialmente para designar os nativos que habitavam a margem do rio Maranhão, passou a designar um conjunto de tribos heterogêneas mas com uma língua comum, diferente da língua geral das tribos litorâneas, a tupi.

Moreno, o que facilitou a efetivação de sua posse. Bem como, quando de sua saída, em que os índios buscaram os holandeses para fazer uma aliança.

Embora haja divergências quanto à hostilidade ou passividade dos nativos, vários conflitos com colonos dificultaram a efetivação do estabelecimento dos criadores de gado nas terras do sertão. Leonardo Rolim (2012) a respeito dos conflitos entre colonos e indígenas cita a violência dos colonizadores contra os não convertidos e os já aldeados, como os raptos de mulheres e filhos, a exploração do trabalho e as relações de concubinato.

Os conflitos envolvendo colonos e tapuias ficou conhecida por Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris. Para Puntoni (2002, p. 77) esta guerra “foi igualmente tomada pela historiografia como uma confederação das tribos hostis ao império português, um genuíno movimento organizado de resistência ao colonizador”, se referindo ao fato de que várias tribos se aliaram para combater. Ao final o conflito foi marcado pelo extermínio de tribos inteiras, por aldeamentos e pela efetivação da posse da terra pelos pecuaristas.

A respeito da consolidação da ocupação dos sertões Leonardo Rolim afirma que:

Sempre houve quem preferisse a comodidade das urbes do litoral oriental do Brasil, ou ainda das casas grandes cercadas de canaviais, aos nem tão sempre longínquos e perigosos sertões onde habitava o incerto. E era justamente a incerteza, ou ainda, a possibilidade da existência de riquezas como as minas de prata e ouro ou rios caudalosos, que povoavam o imaginário e moviam os conquistadores e suas armas em direção ao sertão (2012, p. 26)

É neste contexto de ocupação do sertão, por meio da instalação de currais de criar gado ao longo das margens de rios, que se formou o núcleo de povoamento que deu origem a cidade de Icó no sertão do Ceará. A formação deste espaço se deu a partir da distribuição de Sesmarias⁷ aos pecuaristas, com destaque para João da Fonseca Ferreira cujas terras nas margens do rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe, foram concedidas em 1704 e 1706⁸, dando origem ao Arraial dos

⁷Sesmarias eram porções de terras em tamanhos distintos doadas pela Coroa Portuguesa aos agentes e colonos durante o processo de ocupação do território colonial. No regime das Capitânicas Hereditárias, cabia aos donatários a distribuição de terras aos sesmeiros para uso e proteção do território.

⁸Dados disponíveis na Plataforma Sesmarias do Império Luso Brasileiro - SILB: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/CE>

Fonseca ou Icó de Baixo. Também, Francisco de Montes Silva cujas terras nas margens do rio Salgado foram concedidas em 1706 e 1736, fundando o núcleo urbano do Arraial dos Montes ou Icó de Cima.

A família Montes protagonizou nos anos de 1710 a 1720 um dos maiores conflitos de terras entre famílias. Os conflitos com a família Feitosa, dos sesmeiros Lourenço Alves Feitosa e Francisco Alves Feitosa da região dos Inhamuns, foram marcados pelo envolvimento de colonos e índios e que só teve fim sob intervenção da Coroa Portuguesa. Ambos reclamavam a posse de terras devolutas nas margens do riacho Trussu e que faziam limites com suas propriedades. Estes conflitos também serviram para definir o espaço geográfico, como ressalta Melo e Cruz (2016, p. 212) “durante muitos anos ocorreu uma terrível luta entre Montes e Feitosa, com a participação em diversas localidades, cujos nomes servem de exemplo para aquela fase como: Riacho do Sangue, Trincheiras, Cruzes, Tropas e Emboscada”.

Além de definir a geografia da região às margens dos rios Jaguaribe e Salgado, os conflitos por terras também provocaram o deslocamento populacional, uma vez que em torno das famílias se agregou um contingente populacional que contribuiu para a formação de núcleos urbanos. A este respeito, Melo e Cruz (2016, p. 217) afirmam que:

Como unidade social, cada família mencionada [Montes e Feitosa] formava uma parentela, onde além do grupo familiar, que consiste todos os parentes reconhecidos, incluindo os que foram herdados dos pais e os incorporados por meio de um cônjuge ou cônjuges, abrangiam outras pessoas que, embora sem ligações do sangue ou casamento, viviam próximo do círculo, eram os empregados respeitados, tais como o vaqueiro, escravos de confiança e moradores que estavam com a família há muito tempo e por último os agregados, que eram pessoas que viviam na fazenda sob a permissão do proprietário, mas em situação indefinida, e variavam numa gama que ia desde os amigos da família até os pistoleiros contratados e outros tipos de marginais.

Ao agregar um contingente populacional em torno da família, o Arraial dos Montes cresceu e passou a ser chamado de Arraial de Nossa Senhora do Ó⁹ em homenagem à padroeira do lugar, cuja capela foi erguida para servir de sepultura e se tornou o centro do núcleo urbano originário da cidade de Icó. Contribuiu para o

⁹A devoção à Nossa Senhora do Ó ou Nossa Senhora da Expectação do Bom Parto foi trazida para o Brasil pelos primeiros colonos.

crescimento urbano as condições geográficas favoráveis à criação do gado e culturas de subsistências, bem como a localização como entreposto das rotas entre a Estrada Geral do Jaguaribe (ligava o porto de Aracati aos sertões baianos) e Estrada das Boiadas (ligava o sertão do Piauí ao litoral pernambucano).

Com o crescimento urbano e populacional do arraial, dada as condições geográficas e ao potencial econômico com o comércio do gado, o local se mostrou apropriado para a fixação de um centro administrativo para aplicação da justiça e aquietação dos povos. Dessa forma, por meio da Carta Régia do Conselho Ultramarino de 1736 foi criada a Vila de Icó, terceira na província. A Carta Régia, a exemplo de outras como a de criação da Vila de Aracati, apresentou diretrizes urbanísticas.

O primeiro passo era a escolha do sítio para sua instalação, que devia ser o mais saudável e com provimento de água. Escolhido o sítio, demarcava-se a vila propriamente dita. Inicialmente a praça, no meio da qual se levantaria o pelourinho, e de onde saíam as ruas retas e largas. Tão logo demarcadas as ruas, se delimitaria o terreno para a construção da Casa de Câmara e Cadeia, para que nas “mais área se possam edificar as casas dos moradores com seus quintaes na forma que parecer a cada hum como fiquem a face das ruas” (NETO, 2007, p. 392).

A organização administrativa das vilas durante o século XVIII representavam também o controle político e principalmente econômico. Em relação à cidade de Icó, a pecuária durante os séculos XVII e XVIII foi a principal atividade econômica e responsável pela formação e crescimento urbano da vila, consolidando a denominada civilização do couro, dada a utilização desse material na fabricação de diferentes objetos e utensílios. Contudo, as sucessivas estiagens e os prejuízos causados pelo transporte do gado por longos trajetos, provocaram o declínio desta produção (NASCIMENTO, 2002).

Em meio a este processo, a produção algodoeira surge como alternativa para a economia local. Encontrando na região as condições favoráveis à produção do algodão e pela disponibilidade de mão de obra não absorvida pela pecuária, aos poucos tornou-se a principal atividade. No início do século XIX, com aumento da demanda provocada pela produção industrial na Inglaterra e pela crise da produção nos Estados Unidos, as vilas de Aracati e Icó se destacam como importantes centros de produção, comércio e crescimento populacional (NASCIMENTO, 2002).

Imagem 1: Fotografia do Largo do Theberge – Icó/CE



Fonte: Google imagens

A produção algodoeira no século XIX influencia uma série de mudanças no Brasil e conseqüentemente nas vilas do sertão. Destaca-se neste contexto a vinda da corte portuguesa e a elevação do Brasil ao Reino Unido, provocando alterações nos espaços físicos e na cultura nacional ao incorporar valores e costumes aos padrões europeus. Somando-se neste processo a formação de uma elite política e a intensificação do uso da mão de obra africana escravizada, para fins de utilização nas lavouras e principalmente nos afazeres domésticos (NASCIMENTO, 2002).

O contexto social do Icó no fim do século XVIII e no século XIX era marcado por traços comuns da sociedade brasileira colonial. No sertão, o grupo social foi formado por fazendeiros e sua família, por índios, africanos escravizados e homens livres que praticavam atividades comerciais e cultivavam pequenas lavouras de subsistência. Em 1872, conforme dados do Recenseamento do Brasil de 1972¹⁰, a população geral alcançou o número de 14.592 (catorze mil quinhentos e noventa e duas) pessoas, correspondendo à 6,2% (seis vírgula dois por cento) da população da província. Sendo 13.807 (treze mil oitocentos e sete) a população de pessoas livres e 785 (setecentos e oitenta e cinco) de pessoas escravizadas.

Outro ponto de relevo é a participação política dos icoenses, com destaque no cenário regional e nacional. Em nível local, o controle político era exercido por meio do prestígio econômico e pela força dos exércitos particulares, ou seja, pelos que dependiam dos fazendeiros e atuavam sob suas ordens para

¹⁰Dados obtidos em: Brasil. Recenseamento do Brasil em 1872. Editor: Typ. G. Leuzinger, Rio de Janeiro, p. 38. Disponível e: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf.

resolver as questões de terra, de água e as disputas políticas, eram os chamados jagunços. Com a elevação à categoria de vila em 1736, Icó passava a ter sua autonomia política com a instalação de uma Câmara dos Homens Bons. Formada basicamente pela elite fazendeira, era responsável pelo controle político e administração da vila.

A participação ativa dos políticos icoenses se destacou em alguns dos movimentos regionais e nacionais como a Revolução Pernambucana de 1817, ao aderir aos princípios liberais e interesses pernambucanos para instalação de um governo independente, num movimento provocado pelo descontentamento com a política da Coroa e pela crise na produção canavieira e algodoeira.

Durante o processo de Independência do Brasil, em que os políticos liberais a favor da independência e contrários à restauração do governo português, se rebelaram contra a intervenção na província do Ceará, enquanto outra parte se posicionava a favor dos conservadores no poder. Após a proclamação da independência e instauração do primeiro governo monárquico, outro movimento revolucionário se instaura no nordeste, a Confederação do Equador.

De cunho liberal, o movimento se opunha ao regime monárquico constitucional instalado e reunia as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sob liderança de Pernambuco, que lutava pela independência dos confederados e posteriormente a instalação de um governo republicano. Na vila de Crato, Quixeramobim e Icó ocorreram várias batalhas entre as forças liberais e as tropas monarquistas, lideradas em Icó pelo coronel João André Teixeira Mendes, militar e responsável pela morte dos revolucionários.

Como reflexo da importância política da vila de Icó no início do século XIX, Alencar (2014, p. 103) ressalta que a composição da Assembleia Provincial em 1835, em sua maioria pertencente ao partido moderado, em que “Dos 35 deputados, identificamos 10 de Aracati, 8 de Fortaleza, 4 de Crato, 5 de Sobral, 3 de Quixeramobim, dois de Icó, um de Santa Quitéria, outro de Ipu e mais um de Canindé. Eram as regiões mais urbanizadas e desenvolvidas economicamente da província”.

Merece destaque também a participação do Icó no processo de abolição da escravidão africana. Apesar de haver registros de resistências e lutas armadas

entre africanos escravizados e fazendeiros em prol de sua liberdade na vila de Icó, foi o movimento abolicionista formado por políticos e principalmente por mulheres que ingressaram na Sociedade das Senhoras Libertadoras que a abolição pode ocorrer. Segundo registros do Jornal O Libertador, a abolição da escravidão em Icó aconteceu em 1883, após o processo de abolição da vila de Acarape (atual Redenção), sendo pois a terceira vila livre do Império (MARTINS, 2011).

Contudo, nos fins do século XIX um cenário de crise se instalou, provado pelas sucessivas secas que comprometeram as produções de gado e algodão, as constantes epidemias como do cólera e varíola responsáveis pela dizimação de parte da população e pela migração da elite que foi se instalar na capital e no Crato, bem como o deslocamento do eixo econômico na província para as regiões do norte e litoral, provocando um declínio do comércio e perdendo a função de entreposto com o Pernambuco. Somando a este contexto a criação de ramais ferroviários para ligar interior e capital, faz despontar cidades como Iguatu e Crato e por não passar em Icó coloca a cidade em segundo plano (NASCIMENTO, 2002).

Assim, Icó na transição do século XIX para o século XX deixa de ser uma cidade com a expressiva importância econômica e política vivenciada nos séculos anteriores, deixando na história e na arquitetura os marcos deste passado.

1.3.2 - Heranças do passado: arquitetura, história e tradições

A crise do final do século XIX deixou marcas profundas no Icó, com sucessivos períodos de estiagem, queda na produção agrícola e industrial, fim da posição de entreposto comercial e diminuição da população urbana. Apesar de algumas estratégias pontuais para buscar integrar a cidade ao contexto econômico, como a instalação da Inspetoria Geral de Obras Contra as Secas - IPHOCS responsável pela construção do açude Lima Campos em 1924, a construção da Ponte Piquet Carneiro em 1938 para integrar ao Iguatu, novo centro regional, e a construção da rodovia BR 116 interligando a capital do Estado ao Sudeste (NASCIMENTO, 2002).

A elite fazendeira ao sair da cidade, deixou para trás um rico acervo arquitetônico constituído por sobrados e casarões em estilo barroco clássico, prédios

públicos como o Teatro Municipal de 1860 em estilo neoclássico, a Casa de Câmara e Cadeia de 1821, o Mercado Público de 1876 e as Igrejas de Nossa Senhora da Expectação de 1709, de Nossa Senhora da Conceição ligada ao Cemitério Público, a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Negros e Pardos de 1828 (construída pela Ordem Religiosa de mesmo nome), e a Igreja do Senhor do Bonfim de 1749. Além de casas de fachadas baixas, em estilo barroco.

O espaço geográfico da antiga vila formada por ruas longas e largas, becos e travessas e uma grande praça central onde surgiu o núcleo urbano e servia como centro das atividades comerciais e manifestações culturais, constituiu um espaço uniformizado e adequado para os parâmetros das cidades planejadas da Coroa Portuguesa. Contudo, a relevância dos bens arquitetônicos de Icó/CE não se concentra apenas no núcleo urbano inicial. O conjunto urbano é representativo de uma evolução entre os séculos XVIII e XIX, reunindo diferentes estilos nas construções, apresentando uma sobreposição histórica conforme a vila crescia, absorvendo os hábitos dos tempos. Dessa forma, todo o conjunto urbano se tornou um patrimônio tombado, com áreas de proteção que abrange a cidade em quase sua totalidade .

Os sobradões com fachadas em barroco clássico com elementos europeus como vidro, ferro e azulejos eram sinais de envaidecimento e modernidade. As Igrejas com forte influência do estilo de construções do Pernambuco, compostas por três naves, altares em madeira para as imagens sacras também em madeira policromada, eram sinais da devoção católica e marcas do poder econômico das famílias que doaram objetos litúrgicos em ouro e também terras para a paróquia. As casas em piso baixo, com portas e janelas no limite do espaço urbano, apresentavam o estilo típico português com duas entradas, uma principal e um corredor lateral para serviços (NASCIMENTO, 2002).

Este acervo arquitetônico, com a migração dos proprietários para as novas metrópoles, sofreu um processo de desgaste, abandono e desvalorização. Alguns prédios foram doados para a paróquia, outros ocupados por famílias carentes e migrantes e alguns vendidos a preços baixos. Alguns não resistiram à ação do tempo e ruíram pela falta de conservação. Outros sofreram descaracterização por ação dos novos moradores e pela ação do poder público

municipal, principalmente nos anos de 1940 com um estímulo à modernização das fachadas dos imóveis privados e alterações nas estruturas dos prédios públicos (NASCIMENTO, 2002).

Em razão da manutenção e conservação do conjunto arquitetônico e de sua capacidade em evocar a memória deste período se justificou a reconstrução da história local e valorização dos costumes e tradições da antiga vila, considerada como Princesa dos Sertões no século XIX. As primeiras referências a esta história são encontradas nos escritos de Pedro Theberge, Tristão Gonçalves de Araripe e João Brígido. Posteriormente nas obras de Raimundo Girão e do Monsenhor de Assis Couto, bem como nos documentos e relatórios do IPHAN, dentre outros que fazem menção aos fatos passados nesta antiga vila do sertão cearense.

Em relação aos costumes do povo residente em Icó, são poucos os relatos e de certo modo retratam uma população heterogênea na formação e na incorporação de elementos culturais. Em seus manuscritos, Freire Alemão (1961, p. 285) afirma que em Icó “[...] as meninas freqüentam colégios, ou casas de ensino: algumas moças tocam, ou aprendem a tocar piano [...] Há na terra quatro pianos; e parece que se deve sua introdução à família Thebérge, cuja mulher e filha (francesas) tocam; e a mulher dá lições”. O gosto refinado para a música se contrastava com algumas atitudes, ao que Freire Alemão¹¹ (1961, p. 286) chamou de “[...] rudeza de costumes, [de] uma certa aristocracia selvagem[...]” que levava ao ponto de “[...] por qualquer desavença ou ofensa, verdadeira ou não, mandar-se dar um tiro”.

Em relação aos costumes herdados dos africanos escravizados há que se considerar a integração destes no convívio com os seus senhores. Por ter sido uma escravidão voltada para os afazeres domésticos, não há registros sobre a formação de quilombos ou comunidades remanescentes. A participação dos escravizados nas atividades domésticas, religiosas e culturais dos senhores foram compondo a cultura local como única, apresentando os traços do sincretismo e da miscigenação.

As principais manifestações que atravessaram os séculos estão relacionadas à religiosidade católica. Os sertanistas trouxeram as devoções aos

¹¹Francisco Freire Alemão, naturalista e membro da Comissão Científica de Exploração, percorreu os sertões do Ceará, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte entre os anos de 1859 e 1861, tendo visitado a então vila de Icó, conforme consta em seus manuscritos, descrevendo a paisagem do lugar e aspectos da economia e sociedade.

santos, as primeiras imagens e introduziram celebrações e ritos que apesar das ressignificações continuam presentes na cultura local. Destacam-se as festas juninas, as celebrações dos padroeiros na cidade e nas capelas rurais e a de maior expressividade que é a do Senhor do Bonfim, representação do Cristo crucificado, celebrada por mais de dois séculos e que atrai devotos de todo o sertão.

Imagem 2: Fotografia da Casa de Câmara e Cadeia – Icó/CE



Fonte: Google imagens

Imagem 3: Fotografia do Teatro Municipal – Icó/CE



Fonte: Google Imagens

Imagem 4: Fotografia da Rua do Meio (General Piragibe) – Icó/CE



Fonte: Google imagens

Imagem 5: Fotografia da Igreja de N. Sra. da Conceição – Icó/CE



Fonte: Google imagens

1.3.3 - Icó e os lugares evocadores de memória sensível

Embora o tombamento e a preservação da cidade de Icó/CE seja baseado na relevância arquitetônica em primeiro plano, assim como na memória e

identidade que os bens materiais são capazes de evocar. Importante considerar que outros espaços possuem a capacidade de evocar uma memória sensível. Compreendendo estes espaços para além de seu valor artístico ou arquitetônico, mas que apresentam elementos que são caros à memória individual ou coletiva, pelo valor que representam ou que foram construídos ao longo do tempo.

Ao estudar a formação das cidades e alteração dos espaços naturais, como um fenômeno da formação de lugares de memória, Pesavento (2007) se refere a esta constituição da paisagem do lugar como fruto da obra humana sobre o espaço natural, o que de certo modo, resulta numa naturalização do espaço construído, numa justaposição com o natural. Nesta esteira, na análise da formação urbana da cidade de Icó/CE é possível perceber a composição entre o espaço natural e o espaço construído. O traçado das ruas, conforme diretriz de urbanização descrita na Carta Régia de 1736 de criação da vila, seguiu o curso do rio Salgado, compondo o espaço construído um conjunto harmônico com a paisagem natural.

Sobre o espaço construído das cidades, Pesavento (2007), ao tratar sobre a constituição do lugar como uma sobreposição de camadas do tempo, assevera que as marcas do tempo são percebidas no conjunto arquitetônico da cidade, no fluxo de crescimento por meio da abertura de ruas e travessas, assim como do estilo de vida que dá os contornos às cidades. Em relação à cidade de Icó/CE, este fenômeno pode ser facilmente percebido. A evolução urbana seguiu as camadas de tempo e a incorporação de elementos na arquitetura.

O núcleo urbano inicial em que estão presentes a igreja matriz de Nossa Senhora da Expectação e a igreja do Senhor do Bonfim, a praça central e prédios como a Casa de Câmara e Cadeia e o Teatro da Ribeira dos Icó, as ruas principais com sobrados e casarões, com predomínio do barroco clássico, até os prédios mais afastados como o Mercado Público, as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário, apontam para a evolução urbana, econômica e social.

A praça central, como aborda Pesavento (2007) também guarda as marcas do passado das cidades e contribui para evocar as memórias individuais e coletivas. São importantes espaços de convívio social e em alguns casos, utilizados para atividades econômicas. Esta concepção nos ajuda a compreender o lugar que a praça central da cidade de Icó/CE ocupa na memória local. O espaço que hoje é

denominado de Largo do Théberge, serviu no século XVIII como parada dos tangedores de gado e uma praça de comércio. Com a elevação à categoria de vila, o comércio é transferido, ocupando no século XIX o Mercado Público e a praça se tornou um espaço de convívio dos moradores.

Imagem 6: Fotografia do Mercado Público – Icó/CE



Fonte: Google imagens

Imagem 7: Fotografia da Rua Grande (Ilídio Sampaio) – Icó/CE



Fonte: Google imagens

Outro aspecto que se observa no processo de formação histórica das cidades é a associação de lugares ao sagrado, a partir das manifestações religiosas e de culto praticadas ao longo do tempo, que permanecem vivas na memória. Sobre este fenômeno, Borges (2010) afirma que no Brasil as tradições religiosas foram levadas às cidades pelos primeiros colonos vindos da metrópole. E assevera que tradições religiosas possuem a capacidade de perpetuar a história e rememorar os costumes e significados que formam a cultura do lugar. Dessa forma, os lugares das práticas de culto se tornam marcos de memória, evocando a tradição do lugar.

Ao analisarmos os lugares de culto na cidade de Icó/CE podemos perceber como herança dos primeiros colonos as tradições religiosas católicas no processo de formação histórica, sem desconsiderar outras religiões posteriormente incorporadas à cidade. O núcleo originário da cidade, como mencionamos, é a igreja matriz dedicada a Nossa Senhora da Expectação construída em 1709 e a do Senhor do Bonfim construída em 1749. Além destas localizadas na praça central, outros dois importantes templos foram construídos na cidade, a igreja de Nossa Senhora da Conceição de 1819 e a de Nossa Senhora do Rosário de 1828.

Embora estas igrejas sejam exemplares da arquitetura barroca colonial e suas localizações representam traços da evolução urbana da cidade, também guardam a memória do lugar a partir das práticas religiosas ainda presentes. Celebrações de novenários e festas de padroeiros são heranças dos séculos XVIII e XIX. O principal ciclo de festas de padroeiros acontece anualmente no período de novembro a janeiro, iniciando com a festa de Nossa Senhora da Conceição em 08 (oito) de dezembro, a festa da padroeira Nossa Senhora da Expectação em 18 (dezoito) de dezembro e concluindo com a festa do Senhor do Bonfim em 1º (primeiro) de janeiro.

A festa dedicada ao Senhor do Bonfim é uma das principais manifestações religiosas católicas do sertão cearense. A veneração à imagem do Jesus Crucificado, que remete à Boa Morte, atrai devotos de vários lugares e formam no dia 1º de janeiro de cada ano uma grande multidão, que percorre as ruas históricas seguindo a imagem barroca em madeira policromada. Esta prática de veneração transforma o espaço do largo originário da cidade, onde se localiza o templo, num misto entre o sagrado e o profano, mantendo a memória da fé do povo

sertanejo.

Imagem 8: Fotografia da Procissão da imagem do Senhor do Bonfim – Icó/CE



Fonte: Google imagens

Os principais marcos da presença dos escravizados são a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Rua do Meio, uma rua de serviços formada pelos fundos das casas das principais ruas, Grande e Larga, por onde transitavam os escravizados e que leva para o largo desta Igreja. Importante registrar que o templo foi a sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, criada em 1870, conforme Compromisso firmado pela Resolução n. 1.369, que em seu artigo 1º determina:

Art. 1. - A irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Icó, se comporá de ilimitado número de pessoas de ambos os sexos, pretos forros e escravos, e também de pessoas de outras côres, de qualquer condição que seja, com tanto que professem a religião catholica apostolica romana; sendo cada irmão a pagar de sua entrada 4\$000 réis e annualmente 1\$000 réis. (CAMPOS, 1980, p. 57)

O compromisso da irmandade também determinava que a festa ocorreria no dia 27 (vinte e sete) de dezembro ou qualquer outro dia, previa a oração durante os domingos, as práticas de cultos e o trato com os irmãos defuntos. Assim, os atos da irmandade ao passo representam a memória dos africanos e afrodescendentes na história da cidade de Icó/CE, também apontam para as questões sociais de

divisão em classes presentes nas manifestações religiosas do catolicismo no Brasil.

Contudo, as igrejas coloniais além de locais de memórias das práticas de culto, também possuem a capacidade de evocar a memória das práticas funerárias, como locais de sepultamento e primeiros cemitérios. Sobre este aspecto, Andrade Júnior (2017) ao estudar as práticas de sepultamento em igrejas coloniais, ressalta o costume, principalmente das famílias mais ricas, em sepultar ou depositar restos mortais dos falecidos nas igrejas, no solo e nas paredes, antecedendo a construção dos primeiros cemitérios.

Em relação à construção de cemitérios Juciêdo Alexandre (2010) destaca como as pandemias impulsionaram as mudanças culturais com a substituição dos sepultamentos em templos para espaços higiênicos. O autor ainda ressalta que a prática de sepultamentos em igrejas, os cemitérios eclesiais, exigiam um certo custo financeiro, fazendo com que muitos pobres e escravos fossem enterrados em campos, assim como as crianças não batizadas (pagãs). Assim, a política para construção de cemitérios e a regularização das práticas de sepultamento passou a ser necessária diante do volume de mortes causadas pelas pandemias, como a do cólera no interior cearense no século XIX.

Nas igrejas coloniais de Icó/CE também apresentam aspectos da memória das práticas funerárias, sendo encontradas nas paredes dos templos lápides do século XIX com restos mortais de personalidades que fizeram parte da elite econômica e política da cidade. Ligado à Igreja de Nossa Senhora da Conceição está o cemitério construído no século XIX retratando os hábitos sanitaristas e uma organização urbana. Há também um cemitério particular ligado à capela do Sagrado Coração de Jesus, pertencente à família Antero (atual Colégio Senhor do Bonfim), onde se guarda a memória desta família e denota a separação social com as famílias menos privilegiadas.

CAPÍTULO 2 - ICÓ/CE UMA CIDADE PATRIMÔNIO NACIONAL

2.1 - Tombamento oficial e a (não) participação da população

Embora tenha acompanhado, como cidadão e professor de História, alguns dos fatos que envolveram o processo de tombamento da cidade de Icó/CE, onde se tornou perceptível uma relação conflituosa entre o IPHAN, Poder Público Municipal e moradores, bem como os entraves no desenvolvimento de ações efetivas de preservação e de educação patrimonial, questões sobre como ocorreu este processo e como a comunidade se envolveu ou foi envolvida, sempre inquietaram. Dessa forma, neste capítulo apresentamos uma análise sobre o processo de tombamento e das estratégias de educação patrimonial adotadas, para pensarmos sobre possibilidades de diálogo com o patrimônio.

Ao analisar os documentos que formaram o conjunto do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Icó/CE, Processo de Tombamento n. 0968 - T - 78/IPHAN¹², fizemos com o objetivo de perceber os aspectos técnicos e históricos que embasaram o pedido, bem como e principalmente, tentar perceber as personagens envolvidas, para assim identificar se a comunidade local, segmento em que os educadores se incluem, participou deste processo ou de que modo pode ter sido envolvida.

Os documentos do processo se mostraram relevantes para compreendermos como se desencadeou o tombamento, a percepção dos envolvidos sobre a cidade e os procedimentos técnicos adotados, bem como, para identificar alguns aspectos que causaram impacto diretamente no contexto atual. Contudo, a Recomendação da Conselheira Cléo Pinto de Oliveira a respeito do pedido de Rerratificação¹³ da poligonal de tombamento da cidade de Icó¹⁴, nos chamou a atenção, por apresentar uma síntese sobre todo o processo de tombamento e uma reflexão consoante ao nosso problema de estudo. Dessa forma, recorreremos a este

¹²O Processo n. 0968-T-78/IPHAN está organizado em quatro volumes.

¹³O processo de Rerratificação tem por objetivo reavaliar o processo de tombamento e no caso da cidade de Icó/CE foi elaborado com o objetivo de incluir novas áreas consideradas necessárias para compor a poligonal da área de proteção rigorosa e de entorno.

¹⁴Despacho 28/2014/CONSELHO CONSULTIVO/PRESI/IPHAN, Volume IV , fls. 436 e seguintes do Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN

documento para a análise proposta nesta seção.

O pedido de Rerratificação da poligonal do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE foi protocolado em 01/04/2013, após 16 (dezesesseis) anos do tombamento oficial, que ocorreu em 02/12/1997. Elaborado pelo arquiteto Erick Mendes Rolim, responsável pelo escritório técnico do IPHAN - Icó na época, o documento apresentou a justificativa de que várias edificações estavam fora da poligonal tombada inicialmente e que estavam aptas a comporem o conjunto preservado. Para o Chefe da Divisão Técnica do IPHAN-CE Murilo Cunha Ferreira¹⁵, a “inclusão na área de proteção rigorosa de setores ora inscritos na área de entorno, adjacentes à atual poligonal tombada [...] chegando a uma proposta madura e consensualmente aceita por todos os técnicos”.

A proposta de rerratificação solicitou a inclusão de quatro setores em áreas contíguas ao núcleo central e uma área separada onde está localizado o Colégio Senhor do Bonfim. Assim, nas áreas contíguas se encontram quadras entre as ruas Ilídio Sampaio, General Piragibe, Doutor Inácio Dias e Senhor do Bonfim (áreas 5T, 6T, 10T, 16T e 21T) em sentido à Igreja do Rosário. E das quadras entre as ruas Ilídio Sampaio, Desembargador José Bastos, 7 de setembro e Senhor do Bonfim, em sentido da Igreja do Monte (áreas 9T, 14T, 15T e 26T), conforme demonstrado nos mapas¹⁶ a seguir:

No primeiro mapa estão dispostos os setores que compõem a poligonal de tombamento (área demacarda em vermelho) e a poligonal de entorno (área demarcada em amarelo). No segundo mapa são apresentados os setores a serem incluídos na poligonal de tombamento (áreas demarcadas em laranja) e no terceiro mapa a poligonal de tombamento após a rerratificação (áreas demarcadas em vermelho).

O pedido de reabertura do processo original do tombamento para a inclusão de prédios e áreas para a proteção, demonstrou uma clara preocupação com a preservação do conjunto urbano. Mas, que de certo modo, foi mantida como restrita a uma proposta técnica, sem uma participação da comunidade local. Dessa forma, a Conselheira Cléo Pinto de Oliveira¹⁷, em sua recomendação sobre o pedido,

¹⁵Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, 2013, p. 350.

¹⁶Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, 2013, p. 359.

¹⁷Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, 2014, p. 436.

ressaltou que:

Considero que tenha sido desperdiçada uma importante oportunidade de envolver o poder público e a população na construção do documento por meio de ações educativas e participativas. Porém, pelo fato do documento ainda não ter sido publicado, ainda há chances de provocar esse envolvimento, o diálogo e a parceria, que sem dúvidas terão efeitos benéficos para a gestão do patrimônio local.

Em seu texto, a conselheira evidenciou a relação conflituosa entre Iphan e a população dos centros históricos tombados, o que tornou a gestão local do patrimônio um desafio, como foi e tem sido o caso de Icó/CE. Dessa forma, lançou a proposta de envolvimento do poder público e da população no processo que pretendeu revisar as áreas tombadas, como meio para a construção de um diálogo entre os diferentes agentes envolvidos e para a elaboração de ações de preservação de modo colaborativo.

Vale mencionar que houve uma clara preocupação da conselheira em como ocorreu o processo inicial de tombamento e de uma proposta para rerratificação. Onde a referida pensou sobre o objetivo, que deveriam ter sido o de repensar o tombamento em seus aspectos técnicos e sociais, para não ficar restrito apenas a um aumento das áreas de tombamento e proteção. O que nos leva a analisarmos o percurso para que a área considerada como conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE fosse reconhecida como patrimônio cultural.

Imagem 9: Mapa com delimitação dos perímetros originais de tombamento e entorno - Icó/CE



Fonte: Processo Rerratificação n. 0968-T-78/IPHAN

Imagem 10: Mapa com delimitação dos setores a serem incluídos no perímetro de tombamento – Icó/CE



Fonte: Processo Rerratificação n. 0968-T-78/IPHAN

Imagem 11: Mapa da poligonal de tombamento rerratificada – Icó/CE



Fonte: Processo Rerratificação n. 0968-T-78/IPHAN

2.1.1 - O tombamento em processo: o lugar na perspectiva do estrangeiro

As características urbanas, econômicas, sociais e a peculiaridade da arquitetura, atraiu para cidades como Icó e Aracati diferentes olhares, dentre estes, viajantes e pesquisadores¹⁸. Durante o século XIX e início do século XX o olhar

¹⁸Leonardo Cândido Rolim ao tratar sobre relatos de viajantes aos sertões do Brasil cita as viagens do inglês Henry Koster, o escocês George Gardner, o brasileiro Francisco Freire Alemão, o francês Jean-Baptiste Debret e o príncipe renano Maximiliano von Wied-Neuwied.

sobre a cidade por estrangeiros ajudaram a construir uma compreensão sobre o espaço, a gente e sua história. Vale ressaltar que neste estudo, usamos o termo estrangeiro com o objetivo de destacar os relatos sobre a cidade como daqueles que não residiam nela, independente de sua nacionalidade, mas que deixaram registradas suas impressões e que serviram como referência histórica sobre o lugar.

Nesta compreensão sobre o lugar, foram importantes os relatos sobre a cidade de Icó/CE nos escritos de George Gardner, botânico escocês que explorou o interior do Brasil entre os anos de 1836 e 1841. E também nas anotações de Francisco Freire Alemão, diretor da Comissão Científica de Exploração que durante os anos de 1859 e 1861 percorreu o sertão cearense. E ainda, nas anotações de João José Rescala, pintor e fotógrafo, que passou pela cidade em 1941 num trabalho técnico para o IPHAN. Os dois primeiros com finalidade de exploração do lugar e o último, com uma finalidade específica de levantamento de bens históricos.

O botânico inglês George Gardner no livro *Viagem ao Interior do Brasil* relatou a sua passagem pelas principais vilas do interior do Ceará, da região do Jaguaribe ao Cariri, partindo de Aracati, passando por Icó, chegando ao Crato e Barra do Jardim. O autor relatou que estando em Maceió, na província de Alagoas, desejou explorar o interior e recebeu “as melhores informações por parte de dois comerciantes portugueses, de nome Pinto, residentes em Icó, grande cidade do interior da província do Ceará” (GARDNER, 1942, p. 122). Assim, traçando seu roteiro de exploração, chegou por mar ao Aracati e rumou para conhecer o interior do Ceará, passando pelo Icó. Descreveu assim algumas das impressões sobre o lugar:

A cidade de Icó, uma das principais do interior do Ceará, está situada em uma planície a leste do Rio Jaguaribe, que toma aqui o nome de Rio Salgado. A população é, ao que ouvi, de seis mil habitantes. A planície, bastante vasta, é limitada a leste pela Serra de Pedreira e ao oeste por uma cadeia de montes muito mais baixos. A cidade consiste em três ruas principais que correm quase no sentido norte-sul, cortadas por outras menores. As casas são feitas de tijolos, por não se encontrar nos seus arredores madeira de suficiente dimensão. Com exceção da meia dúzia, são todas térreas e branqueadas por uma espécie de cal abundantíssima na região montanhosa a umas trinta léguas para o oeste. A rua principal é larga, com algumas casas de comércio bem sortidas. Há quatro belas igrejas, um sólido cárcere, e um mercado em que se expõem diariamente à venda carne verde, carne seca, farinha, sal, rapadura, abóboras, abacaxis, melões, melancias, laranjas e limas. (GARDNER, 1942, p. 138)

Nestes relatos, percebemos que o explorador foi motivado a conhecer os lugares que na época se destacavam pela relevância econômica. Contudo, Gardner conseguiu expressar a percepção que tinha além desse aspecto. Assim, traçou uma perspectiva sobre o espaço construído e o estilo de vida dos seus moradores na época. Destacou a organização urbana composta pelas três principais ruas, seus sobrados, templos católicos, a presença de prédios como o mercado público, bem como as características das construções simples e com materiais disponíveis no sertão.

Passadas mais de duas décadas, o lugar recebeu a Comissão Científica de Exploração, coordenada por Freire Alemão, que apesar de responsável pela seção de Botânica e Mineralogia, descreveu em suas anotações um retrato da sociedade sertaneja como fruto dos contrastes entre as características naturais e urbanas. Alemão lançou um olhar na perspectiva moderna sobre o interior do Brasil em busca de descobrir potenciais econômicos, neste caso, incluindo a província do Ceará, dadas as possibilidades de exploração de minerais como se pensava serem disponíveis na época.

Ao chegar na cidade de Icó em outubro de 1859, Freire Alemão descreveu a cidade com a seguinte configuração urbana:

As casas são quase todas térreas, e a rua que tem mais sobrados é a do Comércio, rua larga, e quase direita, e onde há as melhores casas de negócio. Não é calçada mas as casas são bordadas de passeios largos e altos, de tijolos ou de pedras irregulares. Esta é a rua principal da cidade.

Assim, como George Gardner em 1836, Freire Alemão fez observações sobre a organização urbana da cidade de Icó em suas três principais ruas. Destacou a presença de sobrados na rua que servia ao comércio, a construção de quatro templos católicos e o mercado. Apresentou o então inconcluso prédio do Teatro com sua fachada em estilo neoclássico, que havia sido idealizado pelo médico Pedro Théberge. Em relação aos estilos das casas, apresentou características observadas para além do branqueamento a cal.

Há casas (como a que acaba de fazer o vigário) que têm bonito aspecto, mas dentro são simples salas e alcovas de telha-vã. Quase todo o madeirame do telhado, barrotes de soalho, etc., é de carnaúba. São pouco adornado de trastes, que são sengelos (em algumas casas, da melhor

gente, vi cômodas de mógono, ou de outra madeira, na sala de visitas, assim como cadeiras de balanço). Os balcões das janelas, ou portas de sobrados são de grades de ferro. Há poucas vidraças: as portas muitas não são pintadas. As casas térreas têm rótulas, e são ladrilhadas com tijolos hexagonais. (ALEMÃO, 1961, p. 283)

As características arquitetônicas e urbanísticas da cidade de Icó, sob o olhar do estrangeiro, contrastava com as pessoas e o modo de vida sertanejo. Ao descrever a gente, Freire Alemão (1961) disse ter se preparado para encontrar gente bela, que na sua descrição seriam de características brancas, mas que na verdade os homens e mulheres eram “feios”, ou seja, uma sociedade diversa, formada não por brancos, e sim por pretos, mulatos, cabras, índios e mamelucos. Essa diversidade, segundo o explorador, se refletiu nos costumes, que embora houvessem famílias “distintas” que davam ao lugar um ar aristocrático, a maioria da população expressava uma “rudeza” dos costumes, por falta de educação, pela violência e “pouca decência”, próprias de uma gente que em suas palavras, eram sem civilidade.

Embora o objetivo inicial das explorações tenha sido o reconhecimento do espaço e a busca por recursos econômicos viáveis, os aspectos urbanos e os costumes do povo, destacados pelos estrangeiros, se tornaram uma representação importante para a compreensão sobre a identidade do lugar. Principalmente sobre os aspectos físicos da cidade, sua composição urbana e a estilística dos prédios, tão comuns aos olhos de seus moradores, mas singulares aos estrangeiros, que despertaram o interesse em conhecer e deixar registros escritos e imagens.

Contudo, somente nas primeiras décadas do século XX as explorações passaram a reconhecer as cidades como lugares de memória e representativas da identidade nacional. Nessa perspectiva, durante a sua fase heroica o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), buscou por lugares com acervos arquitetônicos, desse modo, a cidade de Icó/CE passou a compor o roteiro de levantamento das cidades históricas realizado pelo artista e fotógrafo José João Rescala, que visitou o lugar no ano de 1941 como técnico responsável por inventariar os bens do interior cearense.

Segundo Nascimento (2013, p. 40):

Rescala chega ao Ceará em 1940 e, segundo seu relato, permanece durante um ano e meio. Percorreu boa parte do território cearense, concentrando suas impressões nas seguintes cidades: Aracati, Crato, Granja, **Icó**, Iguatu, Itarema (Almofala), Quixeramobim, Sobral e Viçosa do Ceará. Documentou também algumas edificações rurais nos municípios de Aracati, Crato, Saboeiro e Santanópolis (atual Santa Quitéria). (grifo nosso)

Para o mesmo autor, o trabalho realizado por Rescala resultou numa importante documentação de inventário, onde

Os relatórios consistiram basicamente de descrição do imóvel, onde constam os materiais, as técnicas construtivas e o estado de conservação dos bens listados, bem como alguns esboços de plantas baixas, e um importante acervo fotográfico, onde foram registrados externamente e internamente os edifícios descritos, com destaque para a coleção de imaginárias e paramentos pertencentes às igrejas. Constam também alguns desenhos, basicamente das rancharias e de algumas edificações vernaculares encontradas no município do Crato. Algumas cidades também foram alvo de registros fotográficos sob o ponto de vista do conjunto urbano. É o caso, por exemplo, das cidades de Aracati e **Icó**. (NASCIMENTO, 2013, p. 41)

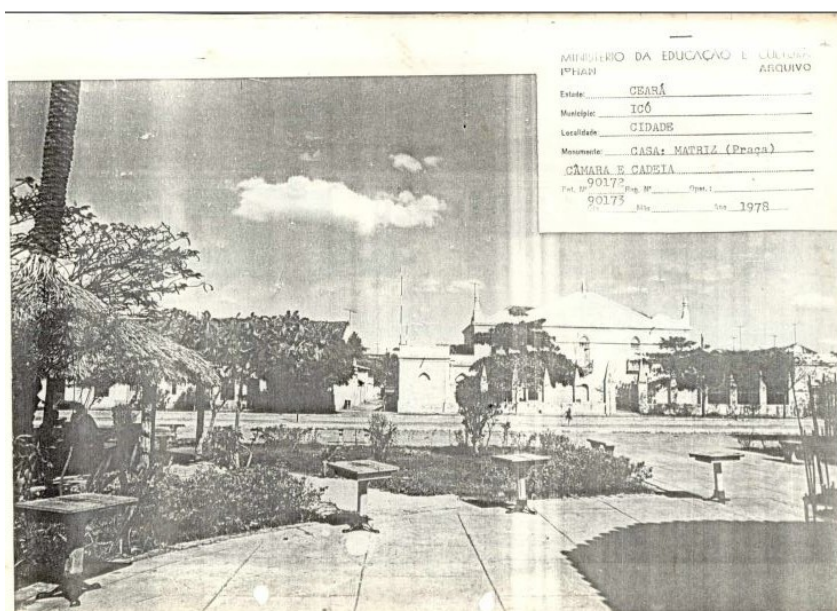
O trabalho técnico realizado por João José Rescala ainda se configura como um importante documento sobre as cidades históricas do interior cearense, por ter registrado os prédios considerados como monumentos da arquitetura tradicional, num período em que ainda estavam em bom estado de conservação ou haviam sofrido poucas alterações. Assim, construiu um material importante para apontar diretrizes das ações de preservação. Apesar de ter concentrado seus registros fotográficos nos bens materiais, prédios e objetos, o levantamento que realizou em **Icó/CE** apresentou um recorte do tempo, cujos marcos de memória resistiram às ações de modernização e de certo modo, serviu como um parâmetro para ações de preservação da arquitetura local.

Imagem 12: Fotografia Rua Grande (Ilídio Sampaio) – Icó/CE



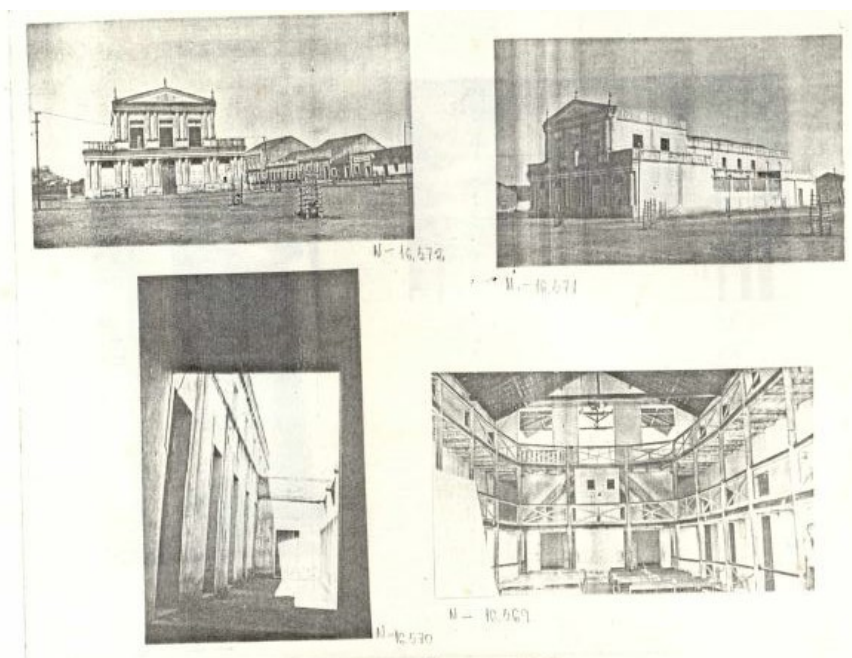
Fonte: Extratos João José Rescala

Imagem 13: Fotografia da Casa de Câmara e Cadeia – Icó/CE



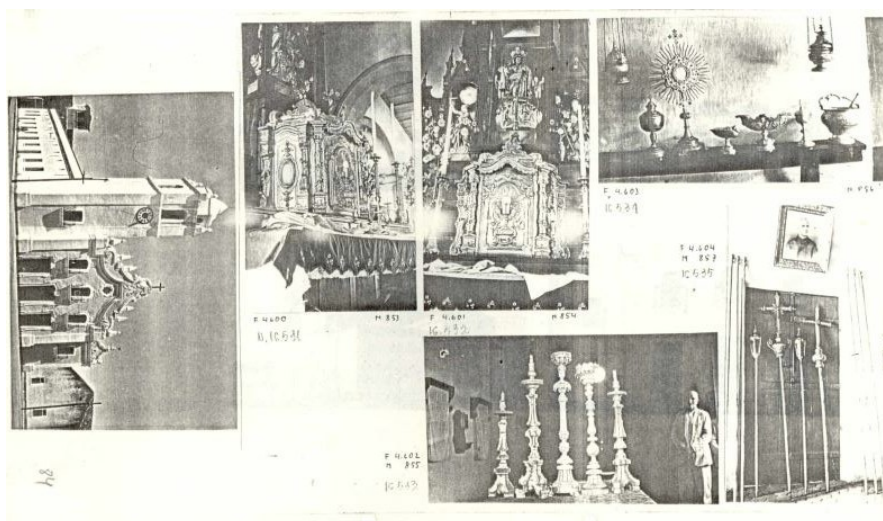
Fonte: Extratos João José Rescala

Imagem 14: Fotografia do Teatro – Icó/CE



Fonte: Extratos João José Rescala

Imagem 15: Fotografia da Igreja Matriz – Icó/CE



Fonte: Extratos João José Rescala

2.1.2 - O tombamento em processo: uma proposta técnica

Os aspectos urbanos, estilísticos e históricos sobre a cidade de Icó/CE

registrados por viajantes, exploradores, historiadores e técnicos do governo, serviram de base para a construção de uma proposta de tombamento oficial do conjunto arquitetônico e urbanístico, considerado um monumento da arquitetura colonial e um documento vivo do passado e da identidade do povo cearense e brasileiro. É possível perceber elementos deixados nestes relatos nos documentos que inauguraram o processo de tombamento, elaborado pelo assessor do IPHAN e representante do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles no ano de 1974.

Os documentos a que nos referimos, são o Relatório com as justificativas para o tombamento e uma apresentação dos Planos Regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de reconstrução das cidades históricas do Nordeste¹⁹, apresentado no I Seminário de Estudos sobre o Nordeste, da qual citou as cidades cearenses de Icó e Aracati, como exemplos de lugares que se encontravam distantes dos grandes centros urbanos, mas que careciam de uma atenção e ações de preservação.

Ao analisarmos estes documentos, percebemos uma narrativa sob uma perspectiva do lugar em seus aspectos geográficos, históricos, urbanos e patrimoniais, mas, como o autor não mencionou ou relatou visitas ao local, denota que sua argumentação foi baseada nos relatos dos viajantes, nos estudos técnicos do órgão de proteção, na leitura de documentos oficiais e nos escritos dos historiadores. Demonstrando, por um lado, a importância dos registros, que embora sem a intenção de promover o tombamento, serviram como base para a construção da argumentação em defesa desta ideia, mas que por outro lado, apresenta uma fragilidade da proposta de tombamento, que embora bem formulada sob o aspecto técnico, não considerou os anseios e demandas da população local.

No documento apresentado ao IPHAN em 1974, o arquiteto Augusto Telles enfatizou os aspectos históricos relacionados à economia, destacando o lugar como a principal vila mercantil nos séculos XVIII e os fatores que a fizeram declinar nos fins do século XIX. Em relação aos aspectos urbanos destacou a

¹⁹O PCH - Programa de Cidades Históricas do Governo Federal por meio do Ministério do Planejamento realizou um levantamento das cidades históricas do nordeste brasileiro, na década de 1970, com o objetivo de promover a preservação e o desenvolvimento econômico. Informações disponíveis no sítio: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch>.

criação da Vila em 1736 com as diretrizes para organização do espaço urbano e os aspectos estilísticos das construções, principalmente as frontarias das igrejas, que segundo o arquiteto expressavam uma “linguagem rústica, uma interpretação das fachadas pernambucanas da segunda metade do dezoito”²⁰.

A narrativa encontrou respaldo na concepção do IPHAN sobre patrimônio histórico, no período denominado heroico, em que se buscou por prédios isolados ou conjuntos urbanos de expressivo valor arquitetônico nas cidades. Assim, o autor embasou a justificativa do pedido na “imponência” e “nobreza” da arquitetura, bem como, no estado de conservação do conjunto urbano, que, naquele momento, apesar dos desfalques, descaracterizações e acréscimos, se mantinha íntegro e carecia de uma ação de intervenção em prol da sua preservação e manutenção.

O processo de Tombamento, aberto em 1978, ficou arquivado por dezoito anos, com poucos registros de ação em defesa da solicitação apresentada inicialmente pelo arquiteto Augusto Telles ou de alguma manifestação da comunidade local para reabertura do processo. Vale ressaltar que nesse período a cidade de Icó/CE já estava relacionada como Cidade Histórica pelo Programa de Recuperação das Cidades Históricas do Nordeste, a pedido do mesmo arquiteto, ainda no ano de 1974.

Neste lapso temporal, como ação em prol da preservação dos bens arquitetônicos na cidade de Icó/CE, identificamos inserido no processo uma solicitação assinada pelo arquiteto José Liberal de Castro ao IPHAN, em 1976, de tombamento isolado do Teatro Municipal, justificando o pedido na preservação da sua fachada e memória das ações do médico e historiador Pedro Théberge. O mesmo arquiteto também manifestou a intenção em tomar isoladamente outros prédios históricos como a Casa de Câmara e Cadeia, Sobrado do Barão, Igreja do Senhor do Bonfim e a Matriz de Nossa Senhora da Expectação. O tombamento de prédios isolados refletia a política de preservação dos monumentos como registros da arquitetura tradicional e como documentos de um período histórico.

Apenas no ano de 1996 houve a reabertura do processo e com isso foram apresentados os estudos técnicos para definição da área tombada - a poligonal de tombamento e de proteção, com a relação de bens e a área de preservação. O

²⁰Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, 1974, p. 2.

documento apresentou aspectos geográficos, históricos e arquitetônicos do lugar. E também, um levantamento dos aspectos de alguns prédios, mapas, plantas (baixa, frente e corte longitudinal), fotos, descrições dos traços estilísticos, dados de propriedade, formas de uso e área construída. Neste levantamento técnico, percebemos a importância dos estudos realizados por Rescala em 1941, principalmente por este ter pautado seu trabalho no levantamento das características dos prédios, identificando o que era original, os elementos adicionados ao longo do tempo e aquilo que foi descaracterizado na transição do século XIX para o século XX.

Na concepção do IPHAN sobre patrimônio histórico e as cidades históricas, os prédios eram reconhecidos pelo seu valor arquitetônico, como no caso da cidade de Icó/CE, que teve como marca a adaptação dos estilos das construções das cidades litorâneas do período colonial à realidade do sertão nordestino, e, por se configurar como um monumento e documento histórico, cuja leitura atual do patrimônio material se torna um reflexo da história e memória, local e nacional.

a cidade de Icó constitui um testemunho de incontestável valor histórico acerca do processo de consolidação do território nacional, tanto quanto um precioso documento da política urbana colonial e sua adaptação às terras sertanejas [de modo que] o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó é um elemento fundamental na documentação desse significativo capítulo da história do país²¹.

Quando o processo de Tombamento foi retomado, a visão da cidade-documento estava superada, uma vez que o conceito de patrimônio cultural se tornou mais amplo no texto da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216, possibilitando que conjuntos urbanos fossem tombados como patrimônio, considerando os bens de natureza artística, histórica e cultural. Esta nova perspectiva fica clara no parecer da arquiteta Helena Mendes dos Santos ao afirmar “que se discuta a aplicabilidade do instrumento legal do tombamento às áreas urbanas que possuem um processo dinâmico e cotidiano, envolvendo os interesses de diversos segmentos da comunidade”²². Neste sentido, dois importantes aspectos precisavam ser observados, primeiro a complexidade e dinâmica dos espaços

²¹Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, p. 81 e 85.

²²Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, p. 204.

urbanos na atualidade, e, segundo o envolvimento da população nas ações de preservação.

Sobre os interesses da população na patrimonialização e tombamento de conjuntos urbanos, Márcia Chuva (2012, p. 165) assevera que:

os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. Logo, os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. [...] A percepção da cidade apenas como patrimônio cultural material induz a um entendimento limitado dos moradores e usuários cujos modos de vida estão vinculados àquele espaço. Se esta população for expulsa do sítio tombado, cabe perguntar o que exatamente se pretendia preservar naquele amontoado de pedra e cal.

Embora a visão do órgão fosse a de integração da preservação com os interesses da população local, não há evidências nos documentos sobre o envolvimento da comunidade ou mesmo menção aos seus anseios em relação ao tombamento. Identificamos apenas o cumprimento do requisito de notificação por meio de edital²³ publicado em Diário Oficial da União, estipulando o prazo de 15 (quinze) dias para questionamento ou impugnação pelos proprietários dos bens tombados. A ausência de contestação ao ato, presumiu a concordância pelos proprietários e o conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade teve seu Tombamento²⁴ oficial homologado e publicado em Diário Oficial.

Do mesmo modo ocorreu no pedido de Rerratificação da área tombada, por meio da reabertura do processo no ano de 2013. O pedido foi justificado, na palavras do chefe de divisão técnica do IPHAN/CE, Murilo Cunha Ferreira, pela “inclusão na área de proteção rigorosa de setores ora inscritos na área de entorno, adjacentes à atual poligonal tombada [...] chegando a uma proposta madura e consensualmente aceita por todos os técnicos”²⁵. Uma proposta técnica, sem

²³O Edital de Notificação aos moradores sobre o processo de tombamento da cidade de Icó/CE foi publicado no DOE 218 de 11/11/1997, p. 23.963. Assina o Edital o presidente do IPHAN Glauco Campello.

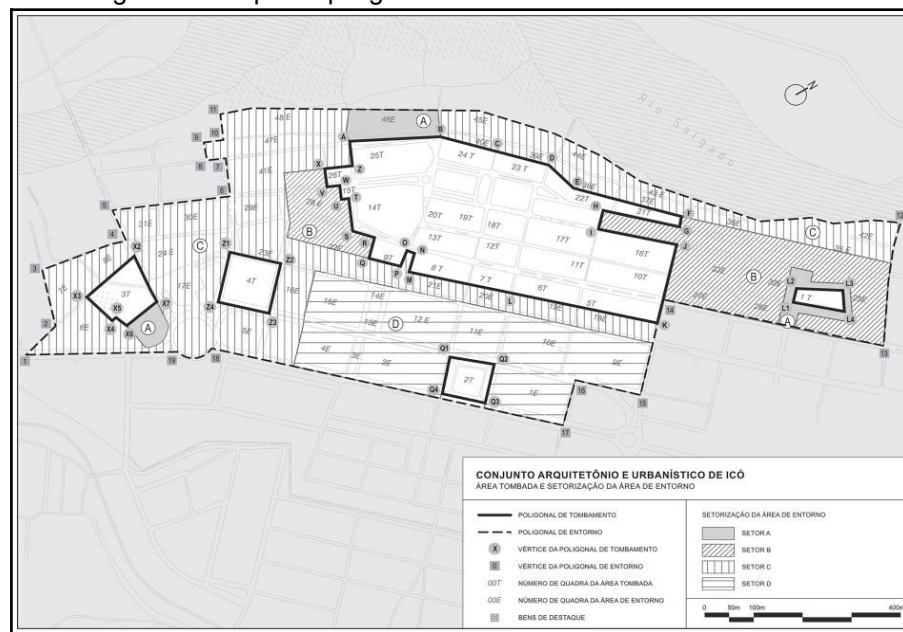
²⁴O Tombamento da cidade de Icó/CE, Portaria 237 de 10/07/1998, foi publicada no DOU 131 de 13/07/1998 página 180, homologando o Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Icó, conforme manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na 12ª reunião de 02 de dezembro de 1997.

²⁵Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, p. 350.

participação da população e que apenas cumpriu novamente o requisito processual de notificação por edital dos proprietários dos bens pertencentes à área. Neste caso, o edital foi publicado²⁶ no Diário Oficial da União e no Jornal Diário do Nordeste, este por ter circulação na cidade. Mas, como não houve nenhuma tentativa de contestação ao ato, foi novamente presumida a anuência da população.

Da forma como se desencadeou o processo para que a cidade de Icó/CE fosse incluída no rol dos conjuntos urbanos tombados como patrimônio cultural do Brasil, desde os primeiros olhares e registros externos dos pesquisadores e viajantes, até as análises técnicas dos representantes dos órgãos de preservação, não se percebeu uma tentativa de envolvimento da população no processo. Não somente dos proprietários dos imóveis localizados na poligonal de tombamento e proteção, como também, educadores e grupos ou entidades da comunidade, que deveriam ter sido envolvidos não somente nas ações de preservação e educação patrimonial, mas também, nas decisões sobre os novos rumos que a cidade tomaria. Esta ausência repercutiu após o tombamento e gerou conflitos em torno do patrimônio.

Imagem 16: Mapa da poligonal de tombamento e entorno – Icó/CE



Fonte: Anexo I da Portaria 211/2019/ IPHAN

²⁶O edital de notificação foi publicado no DOU 209, de 28/10/2013, p. 12 e no Jornal Diário do Nordeste, caderno Cidade, nos dias 04 e 05 de novembro de 2013.

2.2 - Icó/CE uma cidade patrimônio: entre conflitos, ações de preservação e educação patrimonial

Estando oficialmente tombado o conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE, todos os efeitos legais de intervenção do Estado recaíram sobre os bens encontrados na poligonal de proteção, fossem os de propriedade pública ou privada. A data de homologação deste ato se tornou por si um marco histórico, um fato que trouxe em seu cerne uma expectativa sobre o reconhecimento do lugar como patrimônio histórico e cultural, de busca pela preservação da memória, mas também, iniciou um processo em que o poder público municipal, a Igreja Católica e as pessoas do lugar, principalmente os proprietários de bens tombados, sentiram os efeitos do ato legal²⁷ de Tombamento.

Sobre Preservação e Tombamento, Sônia Rabello (2009, p. 19-30) elucida que estes conceitos estão relacionados, mas que em sua essência, a preservação compreende “toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar esse aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação”. Sendo assim, o tombamento é uma das espécies legais de que o Estado se vale para promover a preservação. A autora ainda assevera que por meio deste instrumento legal “o poder público poderá preservar o patrimônio cultural, seja através de formas diversas de limitações a direito, seja através de fomento e incentivos”.

Considerando os aspectos elencados por Sônia Rabello (2009) sobre as formas de preservação: “limitações a direitos, fomento e incentivos”, podemos traçar uma análise sobre a repercussão e impactos do tombamento na cidade de Icó/CE. Principalmente pelo fato de que numa proposta construída basicamente sob perspectiva externa e técnica, sem participação efetiva da população e dos representantes do poder público local, a tendência é de que haja conflitos envolvendo os diferentes agentes em torno do tombamento e da gestão do patrimônio cultural. Nesse sentido, foi oportuna a observação da Conselheira Cléo Pinto de Oliveira em seu parecer, anteriormente mencionado, ao afirmar que:

²⁷As normas de Tombamento estão dispostas na Constituição Federal de 1988, no Decreto-Lei n. 25/1937, Lei n. 3.924/1961, Portaria IPHAN n. 10/1986, dentre outros dispositivos legais.

a gestão de um centro histórico tombado é, via de regra, um grande desafio. Isso se agrava se o poder público e a população tem uma relação conflituosa com o órgão de preservação, o que infelizmente constitui ainda um quadro comum para o Iphan. Muitas vezes as situações de conflito são motivadas pelo fato do tombamento ter sido realizado de modo estritamente técnico, sem participação da população, como foi o caso de Icó. Além disso, por mais que tenha sido criado um Escritório Técnico em 2004, este até o momento não tem sede própria nem equipe constituída, recebendo o Chefe do Escritório em visitas periódicas, o que pode aumentar a distância percebida pela população²⁸.

Como evidenciado no excerto, a relação conflituosa em torno do patrimônio tombado não foi fato apenas em Icó/CE. As limitações impostas ao direito de propriedade sobre os bens tombados são, por si, motivos para que haja conflito, mas no caso em específico em análise, ganhe volume pela existência de outros fatores como a construção de uma proposta estritamente técnica, as intervenções realizadas pelo IPHAN nos prédios públicos, as ações judiciais contrárias às intervenções realizadas por particulares, a falta de apoio do poder público local e o distanciamento, aliado à falta de diálogo, entre os técnicos do órgão de proteção com a população local.

Sobre a postura que o órgão de preservação assumiu nesse contexto, o arquiteto José Clewton do Nascimento (2002, p. 109) observa que:

em termos legais, a homologação deste processo passa a dar pleno direito à instituição, de estabelecer regras e parâmetros de intervenção na área tombada. Neste sentido é imprescindível que, para um bom controle de normatização do espaço, haja uma boa articulação entre as instâncias dos poderes públicos. O que se percebe, entretanto, é a predominância do poder decisório do IPHAN, pautado neste saber especializado: além de “orientar” as diretrizes que irão reorganizar o espaço – através da influência no corpo das propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – transformando o “diálogo” em absorção de ideias”, a instituição detém poderes de embargo de obras irregulares, como atesta o caso da intervenção no Mercado Público, proposta e iniciada pela Secretaria de Obras da Prefeitura, sem o devido aprovo do IPHAN, ou seja, sem o propalado diálogo.

O IPHAN quando assumiu o “poder decisório” em relação às ações em torno da preservação do patrimônio tombado, acentuou o distanciamento em relação à população. As possibilidades de construção de um diálogo que não foi evocado durante o processo, se reverteram em normatização, orientação, fiscalização e

²⁸Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, 2014, p. 436

controle, exercidos verticalmente em relação à população proprietária dos bens tombados e residentes da área de proteção. Dessarte, a falta do diálogo resultou em uma relação de conflito e resistência, restando claramente que não se pode conscientizar apenas fazendo cumprir regramentos legais para uso e conservação dos bens que compõem o patrimônio cultural.

O descumprimento das normas de proteção aos bens tombados não se restringiu ao poder público municipal, como frisou o arquiteto Nascimento (2008) na passagem mencionada anteriormente do embargo às obras no Mercado Público. Nos anos posteriores ao tombamento oficial, foram registradas notificações, embargos e demolições em intervenções nos prédios localizados na área de tombamento e proteção, realizadas por particulares e instituições, como a Igreja Católica. As intervenções foram desde alterações nas fachadas, como mudanças de portas, pinturas e revestimento nas calçadas até a construção de pavimentos superiores, quase sempre sem ou descumprindo a orientação técnica.

O Jornal Diário do Nordeste, de circulação na cidade de Icó/CE, evidenciou em duas matérias esses conflitos. Na matéria intitulada “Ameaças após tombamento em Icó” datada em 27/04/2010, apresenta um relato sobre a ameaça de morte dirigida aos técnicos do IPHAN e da Secretaria da Cultura do Município, após registro fotográfico da intervenção realizada pelo proprietário do imóvel fotografado. E na matéria intitulada “Demolição de imóvel irregular” de 25/05/2011 registra a ação da Polícia Federal no cumprimento da determinação judicial de demolição do pavimento superior construído neste imóvel citado na reportagem anterior.

Segundo a matéria (Diário do Nordeste de 27/04/2010), o arquiteto Chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Icó, Erick Rolim, relatou ameaças e xingamentos após uma tentativa de entregar uma notificação a um morador, precisando posteriormente de escoltas policiais para realizar visitas técnicas quinzenais. Destacou que os maiores problemas são causados pelas instituições que eram proprietárias de imóveis tombados, em especial a Prefeitura Municipal, que agia politicamente, contrariando as normas de proteção. Ainda afirmou que “alguns moradores não aceitam as determinações legais de preservação do patrimônio histórico e alguns querem reformar imóveis sem projeto sob orientação e aprovação do IPHAN”, avaliando como um dos motivos “a falta de uma efetiva parceria entre o

Estado e a Prefeitura com o IPHAN [que] resulta nesse quadro de desobediência de alguns moradores” (Diário do Nordeste, 2011).

As matérias jornalísticas evidenciaram o descontentamento do IPHAN com a população e o poder público municipal, mas também, apresentou opinião de um dos moradores, o comerciante Marcos Amâncio (Diário do Nordeste, 2010). Segundo a reportagem, o referido possuía um imóvel cuja obra de construção de um terceiro andar foi embargada e corria risco de demolição. Ele ressaltou que os impasses ocorreram devido à severidade das normas de proteção para imóveis localizados na área de entorno, pela forma rigorosa como o técnico do IPHAN “interpreta as normas de preservação”, assim, como pela instabilidade provocada pelas constantes mudanças nos responsáveis técnicos do escritório local.

Um outro ponto de vista que as matérias revelaram foi em relação ao nível de informação da população local. O superintendente do IPHAN/CE na época das matérias, Clodoveu Arruda, considerou as ameaças como residuais, criticando a generalização do fato isolado, como sendo regra na relação entre a população e o órgão de proteção. O mesmo ainda afirmou que faltava aos moradores a compreensão e informação sobre os benefícios do tombamento para a cidade, apresentando como ações para suprir tal carência a criação de uma política econômica para o sítio tombado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/CE, cursos de educação patrimonial, abertura de financiamento para conservação dos imóveis privados e reabertura de equipamentos públicos, dentre estes o Teatro.

Em torno dos fatos reportados percebemos o conflito entre população e órgão de proteção. Evidenciando também um descompasso do poder público municipal, que por ser proprietária de imóveis tombados, também precisava agir na gestão do patrimônio e dar suporte às ações de preservação, mas acabava assumindo uma postura contrária às normas de proteção. Ficou evidente nas colocações do morador entrevistado que a questão não estava centralizada na oposição da população ao tombamento, como se infere da fala do representante do IPHAN, e sim na falta de diálogo e de perceberem que ao terem suas obras notificadas, embargadas e/ou demolidas por decisões tomadas tecnicamente, a população sofria impactos diretos em suas finanças pessoais e no seu direito de

propriedade.

2.2.1 - Ações de preservação: entre o espaço ideal e o vivencial

Os aspectos apresentados no processo de tombamento da cidade de Icó/CE como patrimônio cultural, ocorreu sob resquícios da fase heroica do IPHAN, de busca pelo reconhecimento dos bens arquitetônicos como monumentos e da cidade como um documento histórico a ser preservado. Esta visão e o modo como se desencadeou o processo para o reconhecimento da cidade como patrimônio histórico e artístico, nos auxilia na compreensão de como as ações de preservação e de informação foram traçadas, bem como para analisarmos seus impactos e consequências.

Roberto Conduru (2012) aponta para o fato de que as ações preservacionistas conduzidas pelo IPHAN privilegiaram durante muito tempo o monumento construído, os edifícios de pedra e cal. Isto ocorreu como resultado, dentre outros fatores, da estrutura do órgão, formado em sua maioria pelos arquitetos do patrimônio, que canalizaram as ações para a pesquisa, restauro e conservação dos edifícios. Ressalta também a ausência ou pouca participação dos historiadores nos órgãos de proteção, que de certo modo, reduziu a visão sobre os bens a serem preservados. E que, somente após a mudança na concepção de patrimônio, buscou preservar além do estético, o artístico e cultural.

O mesmo autor ainda assevera que:

a preservação é inerente à arquitetura. Edifício, cidade, paisagem são pensados para sobreviver, durar no tempo, alcançar o futuro. Tempo que pode ser pequeno, quase nada, mínimo, mas é algum tempo. Também a história é preservacionista, pois retém e perpetua visões do passado. Ao fazê-lo, contudo, age sobre o presente e o futuro. Além do passado, a história, assim como a arquitetura, constrói presente e futuro, os inventa. Também a preservação de valores e bens simbólicos interfere nos processos sociais, é um fator a mais na dinâmica social, e um elemento nada desprezível em contextos nos quais o direito de propriedade, a especulação imobiliária e a mercantilização da cultura são tão proeminentes na dinâmica social (CONDURU, 2012, p. 147).

Preservação, com base no trecho, não pode se deter apenas a aspectos como arquitetura, história ou valores simbólicos. São necessárias ações que

considerem elementos de cada um desses aspectos, mas também se observe o lugar e suas especificidades. Em se tratando do conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó/CE, o fato dos bens serem em sua maioria de propriedade privada, alguns institucionais ou públicos, bem como a ausência de uma mobilização por iniciativa da população para se construir um projeto anterior à oficialização do tombamento, se tornaram determinantes no processo de preservação.

As ações de maior impacto, em termos de conservação e preservação dos bens tombados da cidade de Icó, foram as do Programa MONUMENTA²⁹ e do Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará - PROURB³⁰. Considerando que o IPHAN, por meio de recursos do Ministério da Cultura, havia promovido reformas nas Igrejas de Nossa Senhora da Expectação e de Nossa Senhora da Conceição, as ações do Programa MONUMENTA foram centralizadas na urbanização do Largo do Théberge³¹, na recuperação de imóveis privados e na instalação de um escritório técnico do IPHAN. Enquanto, por meio do programa PROURB³², foram realizadas ações de requalificação do espaço urbano, mas que em seu plano foram apresentadas propostas para o desenvolvimento sustentável e promoção do turismo na cidade (NASCIMENTO, 2008).

Embora os programas tivessem em seus planos a previsão de uma gestão do patrimônio baseada em políticas educativas, culturais e principalmente de fomento ao turismo, com vistas ao desenvolvimento econômico do lugar e o uso sustentável dos imóveis recuperados. Em sua execução, manteve a centralização das ações em obras de recuperação e de infraestrutura urbana. Bem como, se fundamentou em planos elaborados sem a participação e diálogo da população, principalmente dos setores produtivos. Restando numa consequente inconclusão e

²⁹O Programa MONUMENTA promovido pelo Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e apoio da UNESCO, teve como premissa a recuperação e preservação dos centros urbanos tombados, com base no desenvolvimento sustentável.

³⁰O Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará - PROURB, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD/BANCO MUNDIAL, teve como objetivo a qualificação das cidades, por meio do desenvolvimento urbano e econômico.

³¹A praça pública passou por uma reconfiguração marcada pela demolição de algumas construções, novo piso e criação de espaços para estacionamentos e acessos. Os prédios que compõem o Largo como a Casa de Câmara e Cadeia, Sobrado do Canela Preta e Teatro Municipal passaram por obras de restauro.

³²Os recursos do PROURB foram destinados à construção de praças, recuperação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, reformas de calçadas, obras de saneamento e pavimentação do Largo do Théberge.

na descontinuidade de algumas das ações previstas³³.

No que tange às ações informativas e de conscientização, o Programa MONUMENTA em seus Cadernos Técnicos ao tratar sobre o grau de conscientização e mobilização da comunidade em seus Cadernos Técnicos (2005, p. 144) aponta que

a população está sendo conscientizada sobre a preservação do Patrimônio de Icó por meio campanhas desenvolvidas pela 4ª Superintendência Regional do IPHAN, que publicou uma cartilha de ensinamentos de como tratar o acervo arquitetônico da cidade – “Roteiro de Preservação do Patrimônio Cultural” – tendo sido distribuída entre a população.

Ao tratar sobre o processo de informação da população no tocante às ações preservacionistas, José Clewton do Nascimento (2008, p. 264) assevera:

é através dessas intervenções que o discurso vai estar exposto sob forma material, palpável, real. Nelas também estarão explícitos o saber especializado em sua concretude, este funcionando como elemento direcionador da transformação do espaço. A lógica dessas intervenções priorizará os prédios públicos, visto que os mesmos deverão funcionar como veículos propagadores, ou agentes conscientizadores.

A centralidade das ações de conscientização em documentos informativos como a “Cartilha do IPHAN” como ficou conhecida a publicação “Roteiro de Preservação do Patrimônio Cultural”, publicada e distribuída pela Superintendência do IPHAN/CEARÁ à população, bem como, esperar que a partir dos imóveis preservados se desenvolva uma conscientização e o bom uso do patrimônio tombado, não surtiram os efeitos desejados. A proposta de envolvimento da população nas ações preservacionistas, quando esta não esteve envolvida no processo de tombamento e na elaboração dos planos de estruturação do espaço tombado, acentuou a relação conflituosa e demandou mais ações informativas, quando, na verdade, as ações de educação patrimonial deveriam ter sido fortalecidas.

Sobre a relação conflituosa envolvendo os diferentes agentes em torno do patrimônio tombado de Icó - IPHAN, Prefeitura Municipal e a população moradora da

³³O prédio da Casa de Câmara e Cadeia se tornou um Centro de Arte e Cultura, mas não foram instalados os equipamentos necessários. O Teatro Municipal, como casa de espetáculos, não funciona regularmente e faltam equipamentos. O Largo do Theberg e demais ruas da poligonal de tombamento não receberam o aterramento da fiação elétrica e telefônica.

área tombada, Nascimento (2008, p. 284) afirma que:

esse quadro de insatisfação apresentado pela população nos revela o contexto de distanciamento em que se encontram as formas de compreensão sobre a cidade, sob o ponto de vista de sua significação cultural. Ao IPHAN, interessa garantir uma *representação constituída*, que identifica o sítio histórico em sua relevância histórica, a partir de características de cunho formal. Já para a comunidade, a relação que esta estabelece com esse espaço, é definida por práticas cotidianas, em que, por muitas vezes, não se identifica, neste espaço, a *representação constituída* pelo IPHAN.

O que observamos neste caso foram os diferentes interesses e ações que resultaram em conflitos. Os proprietários de bens imóveis tombados, embora tenham demonstrado interesse em preservar seus imóveis, careciam que estes atendessem às demandas particulares, como em caso de abertura de garagens ou construção de pavimentos superiores. O IPHAN, por ser órgão de controle e proteção, compreendendo o espaço preservado a partir de sua relevância arquitetônica e urbanística, mas que no exercício legal da função, acabou inteferindo na propriedade privada. E o poder público municipal, proprietário de bens imóveis e gestor do patrimônio, mas que precisou conciliar as diferentes demandas e buscar promover o desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural tombado.

2.2.2 - Ações de preservação: materiais informativos e a busca por uma educação patrimonial

Compreendendo a importância da educação patrimonial em meio ao processo conflituoso em torno do tombamento da cidade de Icó/CE, a Conselheira Cléo Pinto de Oliveira em sua Recomendação no processo de Rerratificação da área tombada, observa que:

apesar do grande desafio representado pela construção de um bom relacionamento após 16 anos de tombamento, acredito que a educação patrimonial seja um instrumento essencial para qualificar e intermediar o diálogo entre Iphan, o poder público e a população e possa contribuir muito para que sejam estabelecidas parcerias que se reflitam na boa gestão do patrimônio local. (Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, 2014, p. 436)

A educação patrimonial é apontada como uma alternativa para superar os

desafios e conflitos entre os diferentes agentes em torno do tombamento. Um instrumento ou recurso para a construção de um diálogo entre as diferentes instâncias. Contudo, a questão observada é a de uma educação patrimonial não realizada em meio ao processo de tombamento, sendo abordada nos anos que se seguem, paralelamente aos atos de defesa dos órgãos de proteção e aos de uso inadequado dos bens imóveis tombados.

Contudo, ao buscar na educação patrimonial um instrumento para a construção de diálogo com a população, Sônia Florêncio (2015, p.23) observa que:

a Educação Patrimonial tem, desse modo, um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

Nesta observação, a autora aponta para os riscos de uma educação patrimonial que são propostas de divulgação do patrimônio, ou que se revestem de caráter técnico. Iniciativas que acabam por não alcançar o objetivo de promover o diálogo entre as instituições e os agentes na gestão do patrimônio. Assim como, não colaboram para a construção de um conhecimento em prol da preservação dos bens tombados.

Neste sentido, nos propomos a analisar alguns dos materiais produzidos para divulgação, informação e educação patrimonial em Icó/Ce.

2.2.2.1 - Cartilhas de divulgação

A Cartilha Icó, patrimônio de todos: roteiro para a preservação do patrimônio cultural, elaborada pelo IPHAN com 1ª edição no ano 1999, teve duas outras edições, 2008 e 2013. Foi o primeiro material informativo produzido e distribuído à população icoense com o objetivo de informar e educar para o uso do patrimônio tombado. Organizada em 12 (doze) tópicos, o material foi organizado em três objetivos: compreender o significado de tombamento e preservação, compreender a cidade de Icó como um patrimônio a ser preservado e conhecer aspectos legais do tombamento e da preservação.

Ao apresentar o Icó como monumento nacional, o material abordou aspectos técnicos sobre o patrimônio, suas categorias e características. Bem como, aspectos relevantes da história e arquitetura que foram essenciais para a escolha da cidade como patrimônio nacional, apresentando mapas técnicos da área tombada. Sobre a preservação, ressaltou que a cidade precisava garantir o bem-estar da população, mas também, a manutenção das características essenciais dos bens tombados. Desse modo, indicou os procedimentos técnicos a serem adotados em casos de reforma, construção ou restauração dos imóveis, desde a elaboração do projeto até a sua aprovação pelas Prefeitura e IPHAN. Por fim, apresentou aspectos legais presentes na Constituição Federal de 1988, pelo Decreto-Lei n. 25/1937 e outras normas relacionadas ao tema.

Imagem 17: Cartilha Icó, patrimônio de todos



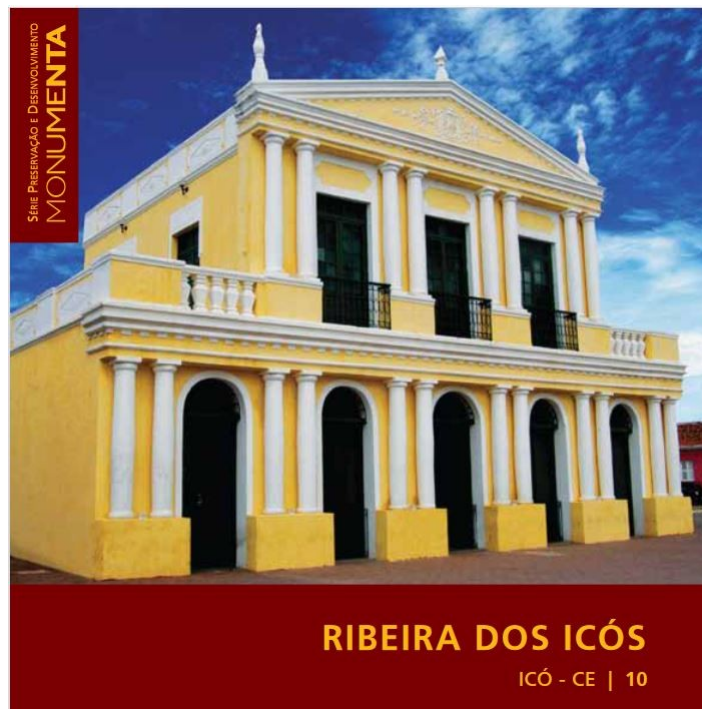
Fonte: Acervo do autor

A cartilha Ribeira dos Icó, produzida em 2008, teve por objetivo o “registro das experiências desenvolvidas pelo Programa Monumenta na área da promoção de atividades econômicas, de educação patrimonial, de formação profissional e de capacitação” (IPHAN/MONUMENTA, 2008, p. 5). A publicação apresentou as principais ações do projeto MONUMENTA com destaque para as ações estruturais, reformas e recuperações de espaços urbanos, de prédios públicos

e privados.

Em relação às ações formativas e de educação patrimonial, citou a instalação do Núcleo de Música Sobrado Canela Preta³⁴ no ano de 2007 que atendeu inicialmente a 240 crianças e adolescentes, como também, a oferta no ano de 2006 de cursos de Educação Patrimonial e Pinturas em monumentos edificadas³⁵, que atendeu a 72 cursistas, um público formado entre professores da educação básica e estudantes. Destacou ainda ações promovidas pelo programa com o objetivo de fomentar a sustentabilidade e desenvolvimento econômico da cidade, por meio da oferta de cursos em parceria com o SENAC e a Prefeitura Municipal. Assim, no ano de 2006 foram ofertados os cursos de Gestão de negócios, treinamento de garçons, cooperativismo, manuseio de alimentos e culinária de peixes.

Imagem 18: Cartilha Ribeira dos Icó



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>

³⁴O Núcleo de Música Sobrado Canela Preta foi um projeto patrocinado pelo programa MONUMENTA, em parceria com o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria da Cultura e a Prefeitura Municipal de Icó, gerido pela Associação Artística de Concertos do Ceará. Instalado no sobrado restaurado, intitulado de Canela Preta (que teria pertencido ao Tenente-Coronel André Teixeira Mendes, 1781-1874).

³⁵Os cursos foram patrocinados pelo programa MONUMENTA, executado pelo SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial da unidade de Iguatu/CE e em parceria com a Prefeitura Municipal de Icó.

As Cartilhas foram elaboradas na perspectiva da promoção de uma conscientização e de envolvimento da comunidade local, a partir do conhecimento sobre o tombamento e das ações para preservação do patrimônio cultural. Contudo, como observado por Florêncio (2015) os materiais são revestidos de linguagem técnica e asseguram aos órgãos de proteção a condição de detentores do conhecimento sobre a preservação. Embora na produção sobre o programa MONUMENTA haja a rendição de contas de ações que envolvem a comunidade no uso e conservação dos bens tombados, esses materiais acabam por auxiliar nas atividades de divulgação, não apresentando impactos para uma educação ou gestão de patrimônio.

2.2.2.2 - Material informativo e de divulgação

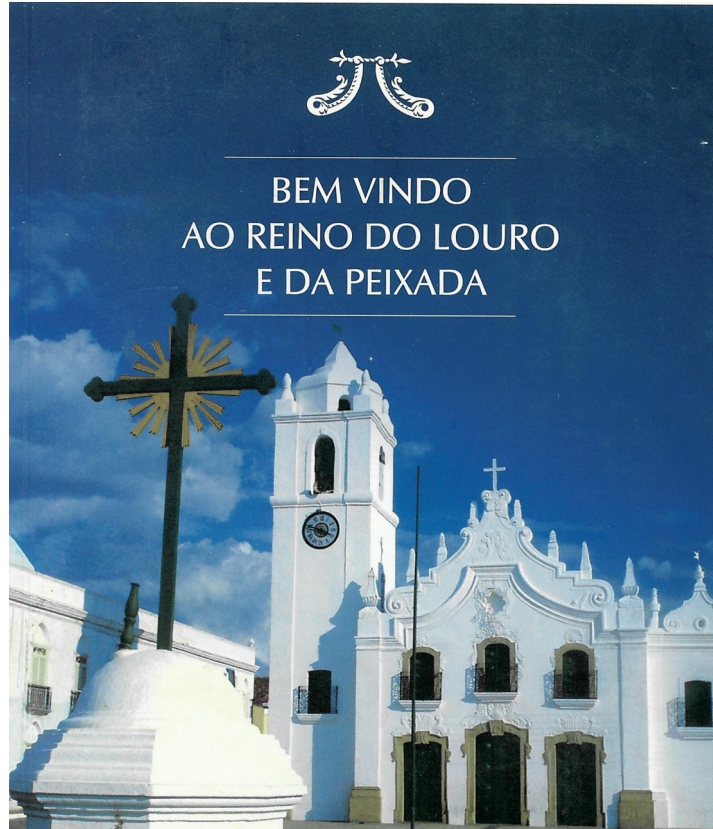
Com foco na divulgação da cidade como patrimônio nacional, alguns materiais foram produzidos na perspectiva de fomento às atividades turísticas, dentre esses, o livro Bem Vindo ao Reino do Louro e da Peixada: Icó Patrimônio Nacional, do Programa MONUMENTA/IPHAN. Com texto do escritor José Mapurunga³⁶, o material é uma crônica histórica a partir de dois marcos culturais, a denominação de terra do louro³⁷ e a peixada³⁸, comida típica servida no distrito de Lima Campos. O autor traçou um roteiro para visita turística, a partir da experiência de uma viagem ao lugar, das experimentações, vivências e conversas com moradores. Apresentou como base uma narrativa histórica e as características estilísticas que tornaram a cidade patrimônio cultural, propondo conhecer o lugar a partir do sensível, como cheiros, gostos, pelos gestos e olhares trocados no contato com os moradores.

³⁶José Maria Mapurunga Filho (José Mapurunga), natural de Viçosa/CE, residente em Fortaleza/CE é Escritor com trabalhos nas áreas de Poesias, Contos, Novelas, Peças Teatrais, Crônicas, literatura de Cordel, dentre outras.

³⁷Segundo a tradição oral, a cidade teria recebido tal denominação após uma praga de “louros” ou periquitos que devastou as plantações de milho, provocando uma caça às aves.

³⁸Prato tradicional de peixe de água doce, servido nos restaurantes da vila Lima Campos, às margens do açude do mesmo nome.

Imagem 19: Livro Bem vindo ao reino do louro e da peixada



Fonte: Acervo do autor

Os cartões-postais Icó: Patrimônio Nacional, foram produzidos pela Prefeitura Municipal de Icó em 2006 para celebrar o ano em que a cidade se tornou a Capital Cultural do Ceará³⁹. Um conjunto de 18 (dezoito) cartões com imagens de prédios tombados, ruas, festividades e celebrações religiosas, com descrições sobre os bens tombados e textos que referenciam a cidade como patrimônio cultural. O material de excelente qualidade gráfica, teve uma produção e distribuição limitada. Com o objetivo de servir para a divulgação e publicidade em prol do turismo, foi distribuído em eventos culturais e solenidades públicas, o que resultou em pouco impacto, dado ao pequeno alcance para o público que pudesse ter se interessado em conhecer a cidade e participar dos eventos culturais nesse período.

³⁹A Lei Estadual n. 13.397/2003 institui o título de Capital Cultural do Estado do Ceará aos municípios com destaque no âmbito cultural e prevê a promoção de incentivo a projetos públicos e privados.

Imagem 20: Cartão postal Icó, patrimônio nacional



Fonte: Acervo do autor

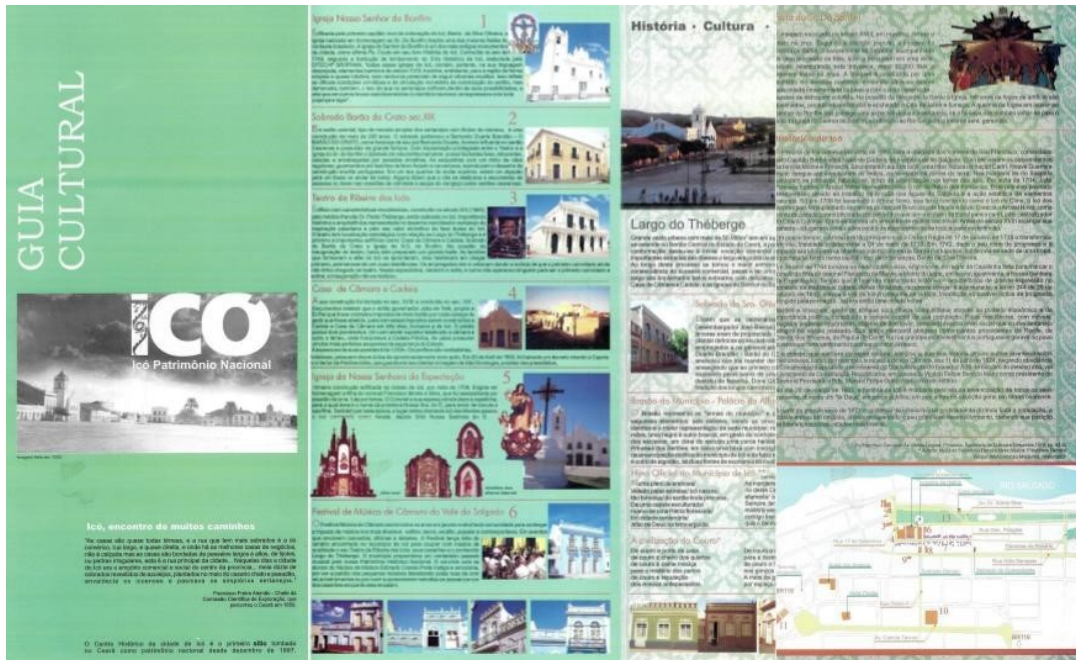
O folheto intitulado Sítio Histórico Tombado: Guia do morador, foi produzido e distribuído pelo IPHAN através do Escritório Técnico de Icó no ano de 2009, apresentou de forma objetiva as informações técnicas sobre tombamento e preservação, bem como, as orientações sobre os procedimentos para reformas nos prédios, sobre o uso e colocação de elementos como toldos e placas em imóveis comerciais, e, as características a serem mantidas nos prédios antigos. O documento ressalta a vantagem de possuir imóveis tombados, indicando a possibilidade de investimentos para a preservação.

Imagem 21: Folheto Guia do Morador- Sítio histórico tombado



Fonte: Acervo do autor

Imagem 22: Folheto Guia cultural Icó, patrimônio nacional



Fonte: Acervo do autor

O folheto Guia Cultural: Icó Patrimônio Nacional, elaborado pela

Prefeitura Municipal de Icó em 2006 e impresso em anos posteriores, foi produzido com o intuito de servir de material de divulgação turística a ser distribuído aos visitantes. Apresentou um roteiro turístico cultural da cidade, com o mapa identificando os bens tombados, imagens e informações sobre os bens e a história local. Apesar de apresentar um panorama histórico, geográfico e cultural da cidade, o material carecia de um trabalho gráfico que tornasse mais acessível a leitura, para alcançar o seu objetivo, uma vez que a sobreposição de textos e imagens dificulta a leitura e a busca pelas informações turísticas.

Os materiais apresentados constituem como informativos, destinados às orientações técnicas e para divulgação turística da cidade, enaltecendo o título de patrimônio nacional e apresentando os bens como monumentos do passado que se mantém no presente, demandando sua conservação e preservação. Contudo, não há nesses materiais uma clara abordagem sobre a educação patrimonial, o que não impede sua utilização para tal fim, mas, exigem do mediador em educação patrimonial maior habilidade e sensibilidade para abordar a temática.

2.2.2.3 - Cartilhas de História Local e Educação Patrimonial

As cartilhas Icó: história, cultura e tradições e Educação Patrimonial em Icó: conceitos e diretrizes, produzidas pela Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/CE com a colaboração de professores da rede municipal de educação, foram pensadas para auxiliar os educadores nas atividades de História Local e de Educação Patrimonial. Ressaltam nas apresentações que “os frutos deste trabalho trarão benefícios para as áreas cultural e educacional e formarão pessoas conscientes e conhecedores da história local” (SENAC/CE, 2009, p. 5), e que o material de educação patrimonial objetivou “oferecer aos facilitadores subsídios para o planejamento das aulas e orientações sobre ações que podem ser desenvolvidas com a comunidade escolar” (SENAC/CE, 2009, p. 5).

No material voltado para a História Local são encontrados dados geográficos, históricos e econômicos que justificaram a patrimonialização do lugar, ressaltando os bens tombados e seus principais aspectos estilísticos. Em relação ao aspecto cultural, elencou as festividades religiosas católicas e apontou os eventos

artísticos que fazem parte do calendário local. Ao final, dedicou a última página para um Roteiro de Visitação, com uma relação de prédios e lugares. O material de Educação Patrimonial apresentou conceitos e características técnicas e legais do Tombamento e da Educação Patrimonial. Retomando uma apresentação sobre a cidade em seus aspectos históricos, econômicos, religiosos, culturais e sociais, relacionados com aspectos da atualidade. Como símbolos de identidade local indicou a Bandeira e o Hino do Icó. Sugerindo na última página uma relação para “[...] desenvolver atividades de pesquisa; entrevistar pessoas idosas sobre a história oral; identificar documentos; visitar cartórios para pesquisar a origem das famílias; [...]” (SENAC/CE, 2009, p. 5).

Imagem 23: Cartilha Icó: História, cultura e tradição

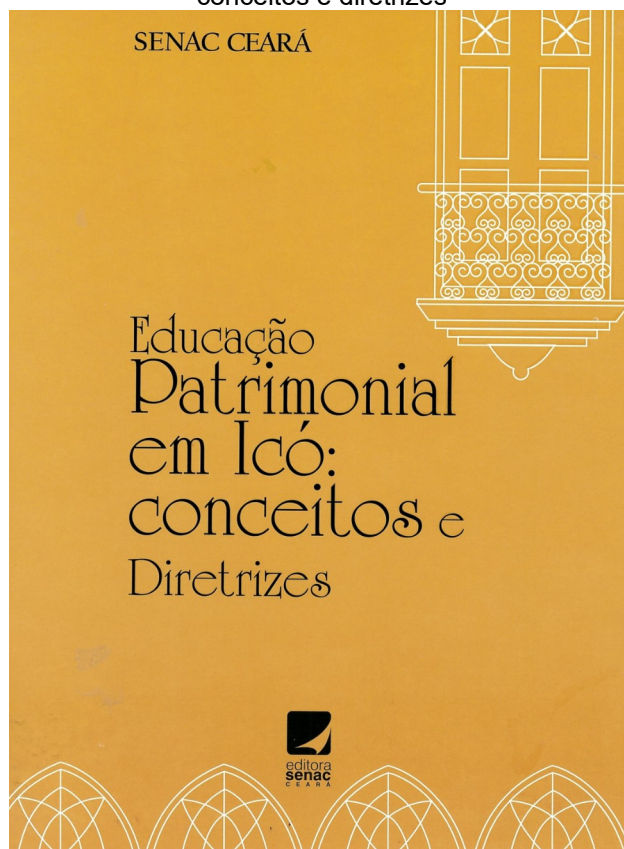


Fonte: Acervo do autor

Apesar da relevante proposta, de contar com um material de qualidade e informações claras e objetivas, as cartilhas acabaram por se limitar a fornecer informações históricas e dados que justificaram o tombamento. Por se tratar de um

material destinado aos educadores, e por ter sido produzido com a colaboração de alguns representantes, carece de orientações didáticas e pedagógicas para o seu uso na mediação da aprendizagem sobre história local e educação patrimonial.

Imagem 24: Cartilha Educação Patrimonial em Icó: conceitos e diretrizes



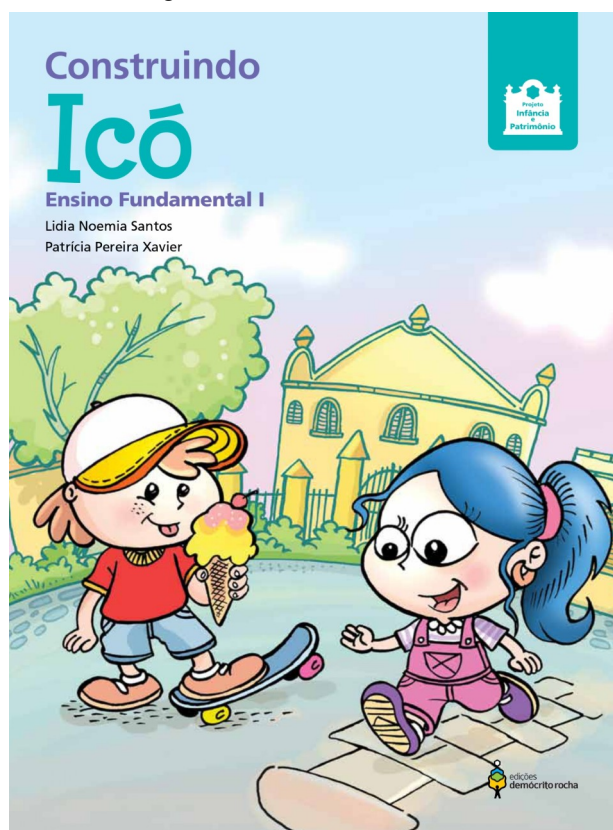
Fonte: Acervo do autor

Como observa Florêncio (2015) a educação patrimonial precisa ser pensada como processo de mediação, na perspectiva da Escola, mas, e também, da comunidade local, numa construção coletiva a partir dos saberes e anseios locais. Dessa forma, os materiais produzidos para esta finalidade, não podem se limitar apenas a fornecer informações e apontar atividades, mas, ser um recurso para auxiliar os mediadores em educação patrimonial, relacionando atividades educativas com os conteúdos apresentados, buscando construir competências.

2.2.2.4 - Livro de História do Icó para o Ensino Fundamental I

Concebido como recurso didático para as turmas do Ensino Fundamental I, o livro *Construindo Icó*, acompanhado do encarte *Um passeio por Icó*, fizeram parte do projeto *Infância e Patrimônio*, uma iniciativa do IPHAN e Secretaria da Educação do Ceará, em parceria com o Banco do Nordeste. Elaborado conforme os parâmetros curriculares nacionais para História e Geografia para esta etapa da educação básica, apresenta aspectos da educação patrimonial. E por ter sido elaborado para atender a uma finalidade curricular, traçamos uma análise baseada nos aspectos: Gráfico-editorial; Didático curricular; e, Pedagógico.

Imagem 25: Livro *Construindo Icó*



Fonte:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_f.pdf

No aspecto gráfico-editorial se destaca o bom visual gráfico, com fontes em tamanho adequado, a diversidade e nitidez das cores nas imagens e ilustrações, utilização de diferentes recursos como desenhos, mapas, gráficos e fotografias, que

facilitam o acesso às informações, para leitura e compreensão pelos estudantes. Contudo, observamos a utilização de mapas⁴⁰ e gráficos⁴¹ complexos que podem dificultar a compreensão para estudantes das séries iniciais, demandando conhecimentos e habilidades prévias, ou um maior trabalho pelo professor.

Em relação ao aspecto didático curricular observamos a organização do livro em 6 unidades temáticas. Na primeira unidade *Tempo e Espaço* foram trabalhados conceitos de História e a forma de construção e obtenção de fontes, distinguindo presente e passado. Em *Terra e Trabalho* foi apresentada a ocupação da terra pelos povos indígenas e posteriormente pelos colonizadores, situando a economia local como integrante do contexto de exploração colonial e processo de povoamento do sertão brasileiro. Na unidade *Política e Democracia* o livro abordou a política colonial para contextualizar a formação urbana local e a participação dos políticos locais em processos históricos regionais e nacionais durante o período imperial. Conclui apontando a organização política e administrativa no contexto atual.

Em *Sociedade e Cultura* abordou o conceito de cultura, tomando as culturas africana, indígena e portuguesa como as raízes para formação da sociedade local, a partir das manifestações na música e dança. A unidade *Patrimônio e Natureza* partiu do conceito de patrimônio e tombamento para apresentar exemplares dos prédios tombados. Apresentando também o conceito de patrimônio natural com destaque para preservação ambiental. Na última unidade, *Infância e Cidadania*, fez uma abordagem sobre direitos e deveres da criança, ressaltando brincadeiras em contraponto à exploração do trabalho infantil. Concluiu com uma abordagem sobre a oferta educacional municipal e sobre novas tecnologias da informação.

Importante observar que a distribuição das unidades temáticas não seguiu a sequência proposta pelos documentos curriculares. Apesar de abordarem a formação da identidade, como preconizam estes documentos, não insere o contexto família, escola e sociedade como premissa para a construção da compreensão

⁴⁰Mapa dos climas do Ceará (FUNCEME); Mapa da mesorregiões e microrregiões geográficas do Ceará (IBGE); mapa da divisão política do continente africano (IBGE).

⁴¹Produção Agrícola Municipal 2009 (IBGE) com dados em hectares e toneladas.

sobre si e sobre o meio. Alguns conteúdos se mostraram complexos⁴² e exigem conhecimentos prévios, o que poderia viabilizar a utilização do livro como um recurso auxiliar ao livro didático, para um trabalho voltado para o conhecimento histórico e patrimonial local.

Percebemos uma complexidade no vocabulário⁴³ utilizado nos textos, que apesar de contar com glossários ao final das unidades, os termos não fazem parte do cotidiano dos estudantes, na fase em que a obra foi destinada. Como recurso para a educação patrimonial, o material é complementado pelo encarte intitulado Um passeio por Icó, que sugeriu uma visita aos principais pontos turísticos e históricos da cidade. Como uma atividade de educação patrimonial, a visita ou estudo do meio é proposta para que o estudante siga o roteiro com amigos e familiares, lendo as informações sobre os prédios e para ouvir os moradores.

Imagem 26: Encarte Um passeio por Icó



Fonte:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_quia.pdf

⁴²Temas como: a Lei Orgânica do Município, Perfil Básico do Município; Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE; discussão sobre Internet e Educação.

⁴³Palavras como lixiviação; migração de retorno; solos bruno não-calcico, litólicos e podzólicos; parâmetro.

Em relação ao aspecto pedagógico, destacamos a proposta de desenvolvimento das habilidades cognitivas com base na pesquisa, observação e comparação, estimulando a compreensão sobre permanências e mudanças, passado e presente, por meio de diferentes estratégias e recursos como leitura de imagens, compreensão de gráficos, observações de imagens de tempos históricos distintos e a proposta de atividades lúdicas.

No tocante à formação cidadã abordou a concepção sobre patrimônio e preservação aliadas à compreensão da criança como sujeito de direitos e deveres. Tratou das questões indígenas, numa visão tradicional sobre os nativos, colocando-os apenas no papel de elementos para a manutenção do processo de colonização. E nos conteúdos relacionados aos povos africanos e aos afrodescendentes, apresentou uma visão tradicional, como a mão de obra para a economia local e para a transmissão de traços culturais e artísticos.

Traçando uma síntese sobre os materiais apresentados nesta seção, consideramos a observação de Simone Scifoni (2015, p. 197) de que

isso significa repensar a Educação Patrimonial recusando a postura que a identifica como mera transmissão de informações e conteúdos, como as famosas cartilhas e folhetos informativos que nada mais são do que produtos pensados e executados de cima para baixo, muitas vezes nem sequer atendem às demandas locais, mas à visão preconcebida dos técnicos a respeito dos lugares onde atuam. A educação não pode ser vista como produto ou como sinônimo de divulgação de informações, mas como um processo em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio e, neste sentido, os folhetos e cartilhas se tornam instrumentos efetivos quando concebidos como parte de um processo educativo, não como produto em si mesmo.

Como afirma a autora, a educação patrimonial é um processo construtivo e dialógico, entre a comunidade, os agentes que atuam na preservação do patrimônio e a dinâmica do lugar, com seus interesses e desafios. Produzir materiais com caráter informativo, de divulgação cultural ou para servir como roteiros de viagens, não conseguem transpor para a realidade que envolve a temática da preservação e construção de identidade local. Estes materiais embora alcancem seus objetivos, isoladamente e por um período determinado, ao serem produzidos apenas numa visão técnica, acabam não colaborando com o processo educativo e reforçando a relação de conflito. Dessa forma, para que materiais como os

apresentados nesta seção se revistam de caráter educativo e possibilitem um trabalho didático, depende, dentre outros fatores, da forma como os professores concebem a educação patrimonial e de como utilizam os recursos nas atividades de ensino e de aprendizagem.

2.3 - Mediadores em educação patrimonial: o professor e a formação em história

O processo de patrimonialização e de preservação dos bens culturais sempre esteve atrelado ao processo educacional. A Carta de Atenas (1931) reservou aos educadores o papel de desenvolver nas crianças e jovens a compreensão sobre o patrimônio e o interesse pela preservação, com o objetivo principal de não causar danos aos bens tombados. Superada esta visão, no atual contexto, a educação para o patrimônio requer dos seus agentes ou mediadores, uma postura dialógica com a comunidade, para construção coletiva de reconhecimento da identidade local e do sentido de preservação. Embora esse papel não esteja reservado exclusivamente aos professores, neste estudo, nos dedicamos a compreender o papel dos professores que lecionam a disciplina de História no contexto da preservação da cidade de Icó/CE.

Importante destacar que ao se destinar aos professores o papel de agentes e mediadores em educação patrimonial, alguns fatores são determinantes no processo, como a formação inicial, os saberes construídos na atuação docente, o currículo escolar, dentre outros. Atuar na educação patrimonial se torna desafiador, principalmente quando se trata de um lugar em que há bens reconhecidos como patrimônio cultural. E quando em torno do patrimônio há uma relação conflituosa, envolvendo as instituições de preservação e a população. Situando em meio ao campo de disputas, a escola e o professor.

A respeito do papel das instituições no desenvolvimento da educação patrimonial e dos conflitos em torno da temática, podemos considerar a análise de Santos (2007, p. 152)

a realidade do Instituto [IPHAN] é diversa da realidade escolar; a instituição conta com técnicos formados em arquitetura, antropologia, história,

arquivologia, pedagogia, administração e direito, entre outras áreas. Nas escolas estão os professores ou educadores, aqui também em diversas áreas de conhecimento, porém com graduação e licenciatura. A visão da instituição tem como objetivo a preservação do patrimônio cultural e passa pelo olhar do técnico, que nem sempre coincide com o olhar do educador. Já na escola existe a visão do professor, a visão pedagógica, cujo objetivo é ensinar e formar, lidando com um vasto campo de áreas de conhecimento.

A autora evidencia a relação institucional em relação à educação patrimonial, que, embora tenham os mesmos objetivos, em sua estrutura e finalidade, as condições para alcance são diferentes. As escolas e os professores nem sempre contam com condições técnicas e materiais para desenvolver as atividades em educação patrimonial. Para que seja possível o trabalho com materiais produzidos pelas instituições técnicas como o IPHAN, as instituições escolares precisam criar estratégias para trabalhar a temática nas atividades curriculares, bem como, traçar ações que possam complementar a formação dos professores, uma vez que a formação inicial nem sempre contempla os conhecimentos em torno da temática.

Para Maurice Tardif (2012) o saber docente é construído a partir de sua formação inicial e continuada, permeada pelos conhecimentos adquiridos na formação escolar e na prática docente. Contudo, a formação inicial universitária, por muito tempo, se baseou em currículos tradicionais, com disciplinas fragmentadas e especializadas, impossibilitando um diálogo entre os diferentes saberes e destes com as práticas da profissão. Assim, um modelo de formação atual é proposto numa formação contínua, que alie teoria e prática, com a promoção de pesquisas e projetos, que possibilitem aos docentes superar as condições de sua formação inicial e construir novos saberes.

Incluir nos currículos de formação de professores de História, disciplinas que estejam relacionadas à educação patrimonial, são imprescindíveis para se pensar o papel do professor, como historiador e educador, considerando o estudo do lugar como recurso para aprendizagens, na construção de identidade a partir dos estudos de memória e patrimônio. Isto se percebe no relato de experiência da reorganização curricular do curso de História da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, que para Toledo e Costa (2014, p. 6) a inserção da temática permitiu articular “a relação da formação do docente em História e a do historiador; de

reconectar os ofícios da pesquisa e da docência de modo que essas práticas passassem a ser referentes para o docente que atuará na escola básica; e o de rearticulação prática e teoria no processo formativo do ofício”. Ressaltam que não se trata de estudar as cidades e o patrimônio cultural com o objetivo de conscientizar para o uso dos bens tombados, como preconizava a Carta de Atenas (1931), mas de fazer com que professores e estudantes passem a pensar historicamente o seu espaço de memória.

Sabemos dos problemas e dos potenciais da formação inicial. Porém, ainda sabemos pouco sobre quem é o agente dessa formação. Quem assume a responsabilidade para preparar o professor? O currículo? As políticas públicas? A pesquisa universitária? O professor universitário? O próprio licenciando? Talvez possamos indagar de outra forma: que ensino de história é possível fazer nas condições que temos? (GIL; PACIEVITCH, 2015, p. 32)

Pensar o trabalho com educação patrimonial é também perceber o papel do professor como agente ou mediador. Em que a sua formação inicial, as condições locais para estudos sobre memória e patrimônio, bem como, os saberes construídos na prática de pesquisa e docência são fatores primordiais para o desenvolvimento de uma proposta de educação patrimonial. Estas questões levam a refletir sobre condições para que os professores da cidade de Icó/Ce utilizem de uma proposta em educação patrimonial, usando a cidade como objeto para formação, ensino e pesquisa.

2.3.1 - Professores de História da cidade de Icó/CE: currículo da formação inicial

As experiências relatadas por Toledo e Costa (2014), por Gil e Pacievitch (2015) apontam para uma tendência de inserção da temática da educação patrimonial no currículo da formação inicial dos professores de História. Embora ainda estejam presentes em disciplinas isoladas ou relacionadas ao Estágio, sinalizam para uma adequação da formação inicial demandada pelas mudanças nos currículos escolares. Contudo, quando analisamos os materiais produzidos institucionalmente para o trabalho em educação patrimonial na cidade de Icó/CE, destinando aos professores a sua utilização como recurso didático, algumas

questões são suscitadas. Qual a formação inicial dos professores que lecionam História? Qual o currículo da sua formação inicial? Como utilizar didaticamente os materiais produzidos para a educação patrimonial?

Tais questões instigam a um levantamento sobre a formação inicial e o currículo dos professores que lecionam a disciplina de História na cidade de Icó/CE, a fim de perceber o seu impacto no trabalho de ensino e aprendizagem em educação patrimonial. Bem como, perceber aspectos que possam colaborar didático metodologicamente com os professores.

Dada a impossibilidade de realização de uma pesquisa de natureza qualitativa com os professores, em razão do cenário estabelecido pela pandemia da COVID-19⁴⁴, optamos por realizar um levantamento de dados com base no Censo Escolar 2020, complementando com um levantamento junto às Escolas e análise documental⁴⁵.

Para identificarmos os professores com formação em História, realizamos o levantamento de um conjunto de dados com base no Censo da Educação Básica 2020⁴⁶ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Os primeiros dados são referentes ao número docentes por etapa e dependência administrativa (Tabela 1), ao número de docentes por etapa conforme o nível de escolaridade e formação acadêmica (Tabela 2) e o percentual de professores em função docente com curso superior por etapa e modalidade de ensino (Tabela 3).

Vale salientar que optamos pelos dados de professores a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, uma vez que nesta etapa é necessária a adequação da formação inicial com a disciplina que leciona.

⁴⁴A Organização Mundial da Saúde - OMS declarou em 11 de março de 2020 o estado de contaminação da COVID-19, doença causada pelo coronavírus (Sars-Cov-2), ao nível de pandemia.

⁴⁵Em conformidade com o art. 1º, parágrafo único, da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/MS, pesquisas que utilizam informações de acesso público e consulta a banco de dados sem a identificação individual, não carecem de submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa.

⁴⁶Dados do Censo Escolar 2020 – INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>.

Tabela 1: Número de docentes por etapa e dependência administrativa.

Etapa/ Dependência Administrativa	Estadual	Municipal	Privada
Ensino Fundamental (6º ao 9º anos)	-	257	70
Ensino Médio	105	-	8
EJA (Fundamental e Médio)	32	24	-
Total	137	281	78

Fonte: Sinopse estatística da Educação Básica. Censo da Educação Básica 2020 - INEP

Tabela 2: Número de docentes por etapa, nível de escolaridade e formação acadêmica.

Etapa	Fundamental	Médio	Graduação com Licenciatura	Graduação sem Licenciatura
Ensino Fundamental (6º ao 9º anos)	-	110	173	41
Ensino Médio	-	2	89	19
EJA (Fundamental e Médio)	1	14	25	3
Total	1	126	287	63

Fonte: Sinopse estatística da Educação Básica. Censo da Educação Básica 2020 - INEP.

Tabela 3: Percentual de funções docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino.

Dependência Administrativa	Ensino Fundamental (6º ao 9º anos)	Ensino Médio	EJA (Fundamental e Médio)
Estadual	-	100	100
Municipal	65,5	-	37,5
Privada	70,5	75	-

Fonte: Censo da Educação Básica 2020 - INEP.

Observamos a partir do conjunto de dados a concentração de professores na rede pública, por serem os sistemas com maior oferta de ensino, uma vez que o sistema municipal é formado por 55 (cinquenta e cinco) escolas e o estadual por 5 (cinco) escolas. Em relação à formação acadêmica, apesar de identificarmos docentes com formação em ensino fundamental e médio, os graduados, com e sem licenciatura, formam a maioria com 350 (trezentos e cinquenta) professores. Dos professores graduados, identificamos sua maior concentração nas turmas de ensino médio e na educação de jovens e adultos, cumprindo o requisito mínimo de formação para atuação nesta etapa.

Contudo, na educação municipal o percentual de professores graduados corresponde apenas à 65,5% (sessenta e cinco vírgula cinco por cento) nos anos

finais do ensino fundamental e 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento) na educação de jovens e adultos.

Considerando os professores com formação acadêmica em graduação, licenciatura ou bacharelado, buscamos identificar o percentual de adequação (Tabela 4). Para tanto, utilizamos os indicadores do Censo Escolar 2020 – INEP por grupos⁴⁷. No Grupo 1 os docentes com licenciatura na área em que lecionam, no Grupo 2 os docentes com bacharelado na área em que lecionam e no Grupo 3, os docentes com licenciatura ou bacharelado em áreas diferentes das que lecionam.

Tabela 4: Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação docente.

Etapa/ Modalidade	Formaçã/ Adequação*	Estadual	Municipal	Privada
Ensino Fundamental (6º ao 9º anos)	Grupo 1	-	17,7	34,9
	Grupo 2	-	0,4	0
	Grupo 3	-	32,5	24,2
Ensino Médio	Grupo 1	53,7	-	30,8
	Grupo 2	0,4	-	0
	Grupo 3	30,2	-	46,2
EJA (Fundamental)	Grupo 1	70,8	3,7	-
	Grupo 2	0	1,6	-
	Grupo 3	25	17	-
EJA (Médio)	Grupo 1	61,3	-	-
	Grupo 2	0	-	-
	Grupo 3	32	-	-

Fonte: Censo da Educação Básica 2020 - INEP

Os dados apontam uma maior adaptação da formação docente com a disciplina de atuação (grupo 1) entre os docentes na educação de jovens e adultos, fundamental e médio. Contudo, na educação pública municipal para as turmas dos anos finais do ensino fundamental o percentual de adequação é de apenas 17,7% (dezessete vírgula sete por cento) e na educação pública estadual o percentual de adequação é de 53,7% (cinquenta e três vírgula sete por cento), índices ainda baixos. Em relação ao percentual de docentes com licenciatura ou bacharelado em área diferente da que atua (grupo 3), este percentual é maior, onde na educação pública municipal corresponde a 32,5% (trinta e dois vírgula cinco por cento).

⁴⁷O Censo Escolar trabalha com dois outros grupos que não fazem relação com o objetivo do levantamento para este estudo. O grupo 4 que corresponde aos docentes com outra formação superior e o grupo 5 dos sem formação superior.

Enquanto na educação pública estadual este grupo corresponde a 30,2% (trinta vírgula dois por cento).

Após traçarmos um panorama sobre o perfil docente no município de Icó/CE, partimos em busca de dados sobre a formação dos docentes na disciplina de História, para assim, identificarmos o currículo da graduação. Para tanto, utilizamos os Microdados do Censo da Educação Básica 2020 do INEP, a partir dos filtros dispostos no Dicionário de Dados e Tabelas, e as Tabelas auxiliares, anexas ao documento.

Para identificarmos os professores com atuação no município utilizamos o código conforme a escola de atuação (CO_MUNICÍPIO: 2305407 - Icó) que gerou o resultado de 1.021 (um mil e vinte e um) docentes. Em seguida, aplicamos o filtro para identificação dos que atuam na área de conhecimento curricular na disciplina de História (IN_DISC_HISTÓRIA: 1 - sim) que gerou o resultado de 154 (cento e cinquenta e quatro) docentes. Em seguida, aplicamos o filtro para identificar o maior nível de escolaridade, no caso, os que possuem a graduação concluída (TP_ESCOLARIDADE: 4 – Superior Completo) que gerou o resultado de 103 (cento e três) docentes. Com base neste resultado, aplicamos o filtro para identificação do curso correspondente à formação superior completa (CO_CURSO_1), cujo resultado está descrito na Tabela 5.

Tabela 5: Cursos de graduação dos docentes que atuam em História.

Código do Curso	Curso de formação superior	Número de docentes
0113P011	Pedagogia - Licenciatura	43
0114B011	Biologia - Licenciatura	1
0114G011	Geografia - Licenciatura	1
0114H011	História - Licenciatura	30
0115L131	Letras Português - Licenciatura	11
0113P012	Pedagogia - Bacharelado	17
Total de docentes		103

Fonte: Microdados do Censo da Educação Básica 2020 - INEP.

Conforme dados da Tabela 5, entre os 103 (cento e três) docentes com atuação em História, identificamos 30 (trinta) com a formação adequada à disciplina, com curso de licenciatura. Vale observar que entre os docentes que apresentaram formação nas demais disciplinas, não identificamos formação em bacharelado ou uma segunda graduação na disciplina pesquisada. Dessa forma, a partir dos

resultados com graduação em História, aplicamos o filtro para identificação das Instituições de Ensino Superior (CO_IES) destes docentes, cujos resultados estão descritos na Tabela 6.

Tabela 6: IES de formação dos docentes em História.

Código da IES	Instituição de Ensino Superior	Número de docentes
95	Universidade Estadual Vale do Acaraú	6
746	Universidade Regional do Cariri	8
2043	Centro Universitário Vale do Salgado	11
2564	Universidade Federal de Campina Grande	1
3995	Faculdade Evangélica Cristo Rei	2
9999999	Instituição não cadastrada	2
Total de docentes		30

Fonte: Microdados do Censo da Educação Básica 2020 - INEP.

Conforme os dados apresentados na Tabela 6, o maior número de docentes com formação em História apresentam o código referente ao Centro Universitário Vale do Salgado. Contudo, esta instituição privada de ensino superior não oferta o curso de Licenciatura em História. Há registros de docentes que cursaram na Faculdade Evangélica Cristo Rei que segundo dados da tabela de IES está inativada, bem como, há instituições não cadastradas na base de dados do INEP. Dessa forma, faremos o levantamento do currículo da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Universidade Regional do Cariri e Universidade Federal de Campina Grande. Considerando os resultados de formação em instituições como o Centro Universitário Vale do Salgado e de instituições não cadastradas, realizamos um levantamento sobre a formação de professores que lecionam História na cidade de Icó/CE, especificamente entre escolas da rede pública municipal e estadual, com oferta dos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e EJA, situadas nas áreas urbana e rural da cidade, em funcionamento no ano letivo 2020.

O levantamento foi realizado no período de 03 a 14 de maio de 2021, utilizando formulário eletrônico do *google forms*. Dos formulários respondidos, 10 (dez) são de escolas municipais que ofertam o Ensino Fundamental II, do total das 55 (cinquenta e cinco) escolas municipais. E, 5 (cinco) escolas estaduais que ofertam o Ensino Médio (convencional e de Educação de Jovens e Adultos - EJA) responderam, correspondendo a 100% (cem por cento) das escolas estaduais⁴⁸.

⁴⁸Dados obtidos no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Foram identificados 21 (vinte e um) docentes que lecionam História nas etapas e modalidades pesquisadas. Destes, 01 (um) tem a escolaridade em nível médio. Assim, apresentaram formação mínima de graduação 20 (vinte docentes), onde 16 (dezesesseis) possuem formação inicial de graduação em História, licenciatura e bacharelado, 01 (um) com licenciatura em Letras e 03 (três) licenciados em Pedagogia (Tabela 7).

Tabela 7: Professores que lecionam História por formação inicial.

Curso de formação superior	Número de docentes
História	16
Pedagogia	3
Letras	1
Total	25

Fonte: Dados do levantamento 2020.

Comparando os dados da Tabela 7 com os resultados do Censo 2020 descritos na Tabela 5, observamos dados semelhantes sobre a formação dos docentes. E, em relação aos que estão com a formação adequada à disciplina que leciona, obtivemos dados de 16 (dezesesseis) dos 30 (trinta) que foram informados na base do Censo, onde 15 (quinze) são licenciados e 01 (um) é bacharel (Tabela 8). Vale considerar que nos dados do Censo não constam o professor com bacharelado⁴⁹.

Tabela 8: Instituições de Ensino Superior dos docentes com formação em História.

Instituição de Ensino Superior	Número de docentes
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	1
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	2
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA	8
Instituto de Teologia Aplicada – INTA	2
Universidade Regional do Cariri – URCA	2
Universidade Federal do Cariri – UFCA (Campus Icó)	1
Total	16

Fonte: Dados do levantamento 2020.

Teixeira - INEP/Ministério da Educação: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>

⁴⁹O dia 11 de março de 2020 é a data referência da pesquisa do Censo da Educação Básica 2020. O levantamento complementar junto às Escolas foi coletado entre os dias 03 e 14 de maio de 2020. A diferença de datas pode implicar em mudanças de lotação de professores, principalmente em relação aos que possuem vínculo de contratação temporária.

Assim como na Tabela 6, foram identificadas 06 (seis) instituições. Dentre estas, se confirmaram a Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Estadual Vale do Acaraú e a Universidade Regional do Cariri. Contudo, no levantamento, outras instituições foram identificadas, como o Instituto de Teologia Aplicada, a Universidade Estadual da Paraíba e a Universidade Federal do Cariri. Dessa forma, realizamos uma análise dos currículos de 06 (seis) das Instituições de Ensino Superior identificadas no levantamento de dados da base do Censo da Educação Básica 2020 e junto às Escolas. Excluímos do levantamento o Centro Universitário Vale do Salgado por não ofertar o curso de História e a Faculdade Evangélica Cristo Rei, por estar com registro inativo.

Quadro 1: Disciplinas relacionadas à educação patrimonial no currículo da graduação em História.

IES	Disciplinas relacionadas à educação patrimonial
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	Memória e Patrimônio Cultural
	Construção da História Regional e Local
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	Laboratório de Ensino de História I – Patrimônio e Memória
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA	Prática I – Educação Patrimonial
	Prática II – Museologia
	Estágio Supervisionado I – Ação educativa em museus
	Estágio Supervisionado II – Ação educativa em arquivos
Instituto de Teologia Aplicada – INTA	Estágio Supervisionado III – Patrimônios Turísticos
	Estágio Supervisionado IV – Patrimônios Museológicos
	Sertão: História e Memória
Universidade Regional do Cariri – URCA	História do Ceará e do Cariri I
	História do Ceará e do Cariri II
Universidade Federal do Cariri – UFCA	Introdução à História do Patrimônio
	História do Ceará
	Educação Patrimonial
	Patrimônio Material e Imaterial
	Políticas públicas para o Patrimônio
	Legislação patrimonial
	Gestão do Patrimônio

Fonte: Dados do levantamento 2020.

Identificamos neste levantamento que nas instituições onde os professores investigados cursaram História, são ofertadas disciplinas relacionadas à educação patrimonial, como obrigatórias ou optativas, mas identificadas no mapa curricular ofertado no semestre do levantamento. Como ponto em comum, destacamos a oferta de temáticas relacionadas à história local, patrimônio e memória. Destaca-se o currículo ofertado pelo bacharelado da UFCA, com

disciplinas ligadas diretamente à temática. Assim como, ao fato de que a oferta seja em disciplinas relacionadas ao estágio, prática ou laboratório de docência, o que denota uma adequação dos currículos para esta nova demanda de abordagem.

Embora estes dados não ofereçam todas as respostas sobre os saberes dos professores sobre a educação patrimonial, podemos concluir que este percentual de professores com formação em História, teve na sua formação inicial, contato com a temática, o que pode favorecer o trabalho didático. Por outro lado, para o percentual dos que não têm formação na área, a construção de saberes pode ser por meio de formações continuadas ou outros meios, como a oferta de material para subsidiar a elaboração de estratégias didáticas.

2.3.1.1 - Professores de História da cidade de Icó/CE: a desejada formação com ênfase no patrimônio

Como destacamos no tópico anterior, se faz necessário uma análise sobre o currículo do curso de História oferecido pela Universidade Federal do Cariri. Em que identificamos além de disciplinas que trabalham com o tema de patrimônio e memória, aquelas voltadas para política, legislação e gestão de patrimônio. Isto se deve ao fato de que o curso ofertado pela instituição tenha sido destinado para o campus situado na cidade de Icó/CE, criado na perspectiva da gestão patrimonial, a partir e para as especificidades locais. Sobre a oferta do curso, no parecer no processo de tombamento analisado neste capítulo, a conselheira Cléo Oliveira ressalta que “algumas iniciativas interessantes surgiram deste fato, como a sugestão do Iphan para que algumas unidades didáticas e de extensão do campus sejam sediadas no Centro Histórico, o que foi acolhido”⁵⁰.

O curso de bacharelado em História com ênfase em Gestão do Patrimônio, ofertado pela UFCA no Campus Icó, iniciou suas atividades no ano de 2014, com uma proposta curricular específica para as demandas locais.

Diante dessa demanda justifica-se a importância da implantação do Bacharelado em História na cidade do Icó, a fim de que a comunidade reúna elementos que possibilitem o debate amplo e plural acerca de sua história e, ao mesmo tempo, das condições a serem criadas para um futuro de pleno

⁵⁰Processo n. 0968 - T - 78/IPHAN, 2014, p. 436.

desenvolvimento de forma sustentável. O principal enfoque do curso é uma concepção inclusiva de gestão do patrimônio histórico, cultural e socioambiental, por meio da conciliação entre o uso, a conservação e a convivência com os recursos disponíveis no espaço. Esse debate deve estar integrado às necessidades concretas de cada comunidade, tendo em vista a melhoria da vida no campo e nas cidades e dando forma a ações de peso político decisivo (UFCA, 2016, p. 8)

Apesar de identificar 01 (um) professor com formação em bacharelado⁵¹ atuando em docência na disciplina de História em turmas do Ensino Médio, vale salientar que geralmente isso ocorre em caso de contratação por tempo determinado⁵² em escolas públicas. A formação inicial proposta pelo curso abrangeu a gestão de patrimônio, incluindo como um dos temas a educação patrimonial, visando suprir uma carência do lugar por pessoas que possam atuar em estratégias de mediação, pensar em desenvolvimento econômico e social com uso dos potenciais turísticos, culturais e socioambientais, e, desenvolver uma postura crítica em relação ao tombamento e seus efeitos.

A proposta do curso não se limitou às disciplinas curriculares, sendo complementada por ações extensionistas, como afirmam Oliveira, Queiroz, Silva (2017, p. 43) no relato de experiências sobre o Projeto Diálogos em que “os estudantes envolvidos leem e discutem artigos sobre Patrimônio, História e Memória; traçam propostas de ação, realizadas junto aos habitantes da cidade; e constroem pesquisas no intuito de perceber quais são as apreensões, demandas e dúvidas da comunidade em relação ao patrimônio”. Os autores ainda ressaltam que

Além do Projeto Diálogos, coordenado pelas professoras Priscilla Queiroz e Amanda Teixeira, existem outras iniciativas de Extensão desenvolvidas pelos discentes e docentes do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Cariri. No Projeto de extensão “Entre as páginas da História de Icó: Oficinas sobre Fontes Históricas e Educação Patrimonial”, coordenado pelo professor Jucieldo Alexandre, são ofertadas oficinas sobre fontes históricas, que abarcam a importância no trabalho do professor/historiador e evidenciam a relevância do patrimônio documental local. A professora Jaqueline Dourado, por sua vez, tem desdobrado questões acerca do patrimônio histórico em consonância com as atividades da disciplina “Educação Patrimonial”. Por meio de ações relacionadas à preservação do patrimônio, memória e oralidade, os alunos da disciplina têm atuado junto aos moradores da área tombada, no centro urbano de Icó

⁵¹Professores sem formação adequada precisam de autorização temporária emitida pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará, conforme Resolução 492/2021.

⁵²As Secretarias da Educação contratam professores para suprir carências de carga horária. Na educação municipal esta contratação é direta e a rede estadual segue os critérios estabelecidos na Lei Complementar n.22/2000 e sua alteração pela Lei Complementar n. 173/2017.

(OLIVEIRA; QUEIROZ; SILVA, 2017, p. 44).

Os relatos de experiências dos professores e estudantes do curso, demonstram a capacidade de alcance da proposta pedagógica, bem como, uma aproximação e diálogo com a comunidade. Assim, a instituição tornou-se um agente importante no contexto do tombamento, na formação e mediação em sentido da preservação do patrimônio cultural. Mas, apesar de assumir uma postura de isenção, também entrou no campo de conflitos, como afirma Oliveira; Queiroz; Silva (2017, p. 5) “foram realizadas atividades de extensão pela UFCA onde se percebeu um campo de tensões e conflitos de interesses, visto que as políticas de preservação patrimonial podem assumir um caráter impositivo quando do seu primeiro contato com a comunidade local”.

Contudo, apesar dos visíveis avanços advindos com a instalação do Campus da UFCA em Icó, da oferta de um curso de História com currículo e ações pensadas para as demandas locais e da conquista de um espaço de diálogo com a comunidade. Por problemas como baixa procura pelo curso, falta de infraestrutura para sediar a instituição e pelo alto índice de evasão, a partir do ano de 2016 foi suspensa a oferta de vagas e no ano de 2019, as turmas iniciadas nos períodos 2014.2 e 2015.1 concluíram a graduação. Com isso, as atividades do campus de Icó foram encerradas, pondo uma pausa nas oportunidades e avanços que o campo da preservação e educação patrimonial poderiam alcançar.

Assim, ao pensarmos no processo de preservação do patrimônio cultural de Icó/CE, na perspectiva dos agentes ou mediadores em educação patrimonial, devemos considerar os variados fatores que influenciam no contexto de conflitos entre o tombamento impositivo e seus efeitos, na concepção da comunidade sobre a propriedade de bens tombados e sua preservação, nos professores com sua formação e saberes em torno da temática, para com isso elaborarmos uma proposta em educação, que seja viável e possível para colaborar principalmente com aqueles que demonstram interesse.

CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

3.1 - O professor como mediador em educação patrimonial: estratégias didáticas

Em torno do patrimônio cultural tombado há várias vozes direcionadas para sua manutenção, preservação e conservação, mas nem todas num mesmo sentido, que de certo modo, concorrem entre si, conforme a posição que ocupam e os interesses que lhe são inerentes. Deste modo, pensar em estratégias educativas para promover um diálogo entre os agentes em defesa do patrimônio é pensar no papel do professor como um destes, atuando na sensibilização por meio da educação patrimonial.

A atuação dos diferentes agentes em torno do patrimônio cultural tombado é possível compreender a perspectiva do mundo social. Segundo Mocarzel et. al. (2019, p. 4) “o que Bourdieu chama de mundo social (e que conjuga estruturas, indivíduos, grupos, habitus e diversas modalidades de capital), [...] é composto por campos, os quais se compõem de diversas forças sociais atuantes, forças estas encarnadas nas estruturas e nos agentes”.

Dessarte, em torno do patrimônio cultural de Icó/CE estão diferentes agentes. O poder público por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e da Secretaria Municipal da Cultura, atuam na proteção, conservação, restauro, preservação, regulamentação e na educação patrimonial. Em outro campo estão os proprietários de imóveis na área tombada e no seu entorno, com seus dilemas referentes ao direito ao poder de uso e o dever de conservação.

Contudo, quando se trata de educação patrimonial e história local, são os professores que também possuem seu campo de atuação e utilizam de seu capital cultural para agir em defesa do patrimônio e da sua preservação. O estudo não tem por objeto compreender a forma como os professores desenvolvem suas atividades com esta metodologia, mas colaborar com o fortalecimento destes agentes, para que possam, através do fazer didático, atuar para o patrimônio por meio de atividades de sensibilização.

Na perspectiva de colaborar com o professor de História, para assumir

seu lugar neste campo social em torno do patrimônio cultural tombado de Icó/Ce, apresentamos como produto didático desta pesquisa um conjunto de estratégias didáticas em formato de oficinas de educação patrimonial.

Para a Circe Maria F. Bittencourt (2008, p. 277):

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: *como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado.*

A compreensão da educação patrimonial como método para a didática da História, perpassa pela prática em vistas de sensibilizar os estudantes para a compreensão sobre o passado e a memória. Bittencourt (2008) ressalta que além de se buscar estabelecer uma relação entre a sociedade e o seu passado, a educação patrimonial colabora com o processo de apreensão do direito à memória, valorizando a contribuição de todos aqueles que fizeram parte da história, tendo no lugar de memória, uma referência.

A educação patrimonial possibilita um maior alcance para aprendizagem histórica, por possibilitar ao professor de História o uso de diferentes métodos e estratégias didáticas, uso de múltiplos recursos e relacionar os conhecimentos com outras disciplinas como a Língua Portuguesa, Arte, Geografia, Sociologia, dentre outras. Em educação patrimonial Bittencourt (2008, p. 278) afirma que “o compromisso educacional orienta-se por objetivos associados à pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas e deve estar inserido no currículo real em todos os níveis de ensino”. Assim, se torna possível de aplicação em todas as etapas da Educação Básica, associando ao ensino da História Local.

Em se tratando da História Local, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1997) introduzem a temática como eixo e como perspectiva metodológica para o nível fundamental, com enfoque para as diferentes histórias pertencentes ao local onde o estudante convive, de modo a promover uma compreensão sobre si, numa perspectiva geral a partir do local, numa apreensão de aspectos sociais em diferentes temporalidades.

Assim como nos PCNs, a Base Nacional Curricular Comum - BNCC

(2018) apresenta a proposta para as séries iniciais da etapa do ensino fundamental, especificamente para o 3º (terceiro) ano. Conforme a proposta da BNCC (2018, p. 403), “esse processo de constituição do sujeito é longo e complexo. Os indivíduos desenvolvem sua percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas, identificando o seu lugar na família, na escola e no espaço em que vivem”.

Deste modo, a estrutura proposta pela BNCC (2018) para o 3º ano EF é composta por três unidades temáticas, em que se observa a abordagem em história local e educação patrimonial: pessoas e grupos, o lugar em que vive e os espaços públicos e privados. Para compreensão do “eu e do outro” os objetos de conhecimento envolvem a formação dos grupos sociais e do patrimônio histórico local. Em relação ao lugar, os objetos de conhecimento envolvem os marcos da memória, direcionados ao lugar, cultura e a diferença entre campo e cidade. E sobre os espaços públicos e privados envolve o reconhecimento dos espaços, atividades e áreas de preservação.

Embora no percurso da etapa do ensino fundamental seja importante para o estudante desenvolver a compreensão sobre si a partir do convívio social, nas etapas seguintes a abordagem da história local e da educação patrimonial são imprescindíveis. Considerando que a construção da consciência histórica é um processo, a adoção de estratégias da educação patrimonial possibilita partir do concreto para o abstrato, a incorporar experiências de vida e a compreender o processo de formação histórica por meio de atividades de pesquisa. Assim, se justifica a adoção da educação patrimonial e estudos da história local em etapas subsequentes de ensino.

3.1.1 - Construindo uma proposta didática em Educação Patrimonial

Maria de Lourdes Parreiras Horta et. al. (1999, p. 4) define a educação patrimonial como

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento,

apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Com esta definição, Horta et. al. (1999) em sua obra Guia Básico de Educação Patrimonial nos apresenta pistas para a compreensão sobre o que é a educação patrimonial e para que se destina, para assim, percebermos os caminhos a serem trilhados. Neste guia, além de conceitos necessários para a compreensão sobre esta metodologia, são apresentadas estratégias didáticas com atividades a serem realizadas em museu, arquivos, sítios arqueológicos, centros históricos, dentre outros.

Estas atividades pressupõem a aprendizagem por meio de atividades que leve o estudante a experimentar e vivenciar a memória por meio do contato com elementos do passado, utilizando de estratégias da aprendizagem histórica. Sendo, pois, o foco a valorização da herança cultural representada nos bens materiais e imateriais, para assim, promover uma conscientização para o uso e preservação dos marcos da memória.

Evelina Grunberg (2007, p.4) apresenta a educação patrimonial em um manual de atividades que

busca desenvolver a percepção e o espírito crítico, através de uma metodologia específica de trabalho, propiciando experiências e contato direto com as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho, etc. ou bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc.

Além de enfatizar a aprendizagem por meio do contato com o patrimônio cultural, Grunberg (2007) amplia as possibilidades de uso de recursos na metodologia em educação patrimonial. Em sua obra, a autora oferece atividades em formato de oficinas que partem do conhecimento do patrimônio a partir do estudante, seu patrimônio cultural pessoal, passando por estratégias com uso de diferentes recursos e de forma lúdica, até alcançar a compreensão sobre o patrimônio cultural. Destaca em sua proposta, a característica de generalidade, onde as atividades podem ser desenvolvidas para públicos de diferentes níveis e da possibilidade de adaptação aos recursos disponíveis no lugar.

Estas propostas, dentre inúmeras outras que fornecem elementos para a construção de uma metodologia em educação patrimonial, serviram de base para a construção deste produto. Principalmente ao se pensar na adaptação das atividades com os recursos e elementos culturais locais. Não desconsiderando as propostas já lançadas para o trabalho em educação patrimonial voltadas para o patrimônio cultural de Icó/CE, mas, oferecendo aos professores de História outras possibilidades de estratégias para sensibilização em educação patrimonial.

Em relação ao trabalho em educação patrimonial voltado para a cidade de Icó/CE, ao longo dos mais de vinte anos após o tombamento oficial como patrimônio cultural em 1997, foram inúmeras estratégias e materiais produzidos pelo poder público, IPHAN e Secretaria Municipal da Cultura, como iniciativas para orientar e conscientizar a sociedade, em especial os moradores da área tombada e de proteção, para uma preservação. Vale salientar que a análise destes materiais se encontra no capítulo segundo deste trabalho de pesquisa.

Para a construção desta proposta, consideramos a concepção de Circe Bittencourt (2008) de que a inserção da metodologia da educação patrimonial no processo de ensino da História tem por objetivo ampliar o conhecimento dos estudantes, utilizando o patrimônio cultural como elemento para estabelecer a relação do presente com o passado. Nesta relação do presente com os marcos do passado é importante que se construa com os estudantes, por meio da sensibilização, a compreensão sobre o que é preservado - os bens materiais e imateriais, tombados ou não; como é preservado - os mecanismos de preservação, legais ou educacionais; e, por quem é preservado - quem são os agentes sociais envolvidos no processo de preservação, pensando o papel de professores e estudantes neste processo.

Desta forma, nos debruçamos numa reflexão sobre as trajetórias que a educação patrimonial local percorreu ao longo dos anos após o tombamento oficial, o papel que os professores de História assumem ao utilizar da metodologia na prática de ensino, os objetivos que se esperam com práticas de sensibilização. Baseados nesta reflexão, formulamos estratégias didáticas para auxiliar os professores no uso dos recursos materiais disponíveis, com a oferta de novos materiais e com sequências didáticas em forma de oficinas, visando a participação

ativa dos estudantes no processo de conhecimento e sensibilização em educação patrimonial.

Identificamos como Caminhos Percorridos o processo de tombamento e a proposta de educação patrimonial desenvolvida, identificando os aspectos de valorização dos bens materiais, da eleição dos bens pelo valor arquitetônico e uma história local que se fundamenta em privilégios socioeconômicos. Onde a educação patrimonial reflete estes aspectos e se volta para a conservação e manutenção de bens materiais, fundamentada em normativos e não numa construção coletiva, demonstrando a necessidade de se construir uma consciência crítica em relação ao tema.

Apresentamos como Lugares para chegar ao processo que se almeja com uma proposta de sensibilização por meio da educação patrimonial. Dessa forma, se espera que os estudantes em contato com a metodologia compreendam não somente os conceitos sobre memória, patrimônio e preservação, mas discutam sobre a importância destes conceitos para a sua formação crítica. Possibilitando aos estudantes criar e recriar seus conceitos e concepções sobre o que preservar e para que preservar, perpassando sua compreensão como agente neste processo.

Considerando as estratégias e materiais já produzidos e pensando numa forma de colaborar no processo, elaboramos uma proposta composta por estratégias didáticas em formato de oficinas. As oficinas foram organizadas em 3 (três) blocos, no primeiro, estão atividades com objetivo de fazer refletir sobre aspectos culturais, religiosos e o cotidiano da cidade, mesclando passado e presente. No segundo, atividades que discutem a formação da cidade em seu espaço geográfico e social e compreensão sobre aspectos arquitetônicos. E no terceiro, atividades que estimulem a valorização de aspectos culturais e artísticos, a atuação na mediação em educação patrimonial e a reflexão sobre preservar pensando no desenvolvimento econômico, social e cultural do lugar.

As oficinas foram propostas partindo do local para o geral. Enquanto grande parte dos manuais disponíveis sobre educação patrimonial apresentam estratégias de ensino de modo geral, que sejam possíveis de aplicação em diferentes contextos e patrimônios, buscamos neste material, auxiliar os professores da cidade de Icó/CE na escolha de recursos e na elaboração de atividades com um

olhar voltado para o patrimônio local, suas especificidades e conflitos que o cercam. Contudo, esperamos que o formato que pensamos não se torne limitado, sendo possível sua adaptação para outros contextos, bem como, abrindo possibilidade de serem melhoradas.

Apesar das estratégias serem possíveis de utilização por diferentes mediadores, nosso principal público são os professores de História da Educação Básica em suas diferentes etapas, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para tanto, além de roteiros de atividades são apresentados conceitos, orientações didáticas, sugestão de materiais, de leitura e aprofundamento. A ideia é oferecer um material possível de ser utilizado conforme a necessidade do professor, mas respeitando o contexto e os recursos de que dispõe. Neste sentido, esta dissertação também pode ser utilizada pelos mediadores como suporte sobre a história local, o patrimônio e as concepções didáticas em educação patrimonial. Vale salientar que as estratégias estão organizadas de forma que o mediador possa utilizar isoladamente, em blocos, em tempos ou turmas diferentes, conforme o objetivo desejado.

Dessa forma, apresentamos a seguir os textos para composição de uma cartilha, que possa ser distribuída livremente em formato *e-book*, socializando uma proposta de educação patrimonial construída a partir da cidade de Icó/CE, para colaborar com educadores e demais agentes interessados em conhecer e promover mediação com a temática.

3. 2 – Cartilha - Estratégias didáticas em educação patrimonial: Icó/CE um lugar de memórias

APRESENTAÇÃO

A cidade de Icó/CE é um lugar de memórias e possui um conjunto arquitetônico e urbanístico que foi reconhecido como patrimônio cultural. Seus prédios, ruas, praças, objetos mobiliários e de arte sacra, sua história, manifestações populares, dentre outros, compõem um importante acervo identitário.

Reconhecer o valor do patrimônio cultural e perceber as potencialidades

para a promoção do desenvolvimento econômico e social local deve ser um ideal buscado por toda a sociedade. Ações preservacionistas não precisam se limitar às reformas, restauros ou recuperações de bens imóveis, mas também, podem acontecer por ações de sensibilização e mediação em educação patrimonial.

Educação patrimonial é uma temática relacionada ao ensino de História, mas possível de utilização por outras áreas do conhecimento e por diferentes mediadores. Quando a temática é desenvolvida utilizando estratégias em formato de oficinas, possibilita aos participantes construir conhecimentos e pensar estratégias para reconhecer, valorizar e preservar seus marcos de memória.

Como forma de colaborar no processo de mediação em educação patrimonial, tendo como objeto o patrimônio cultural de Icó/CE, elaboramos esta cartilha, como produto didático da dissertação de mestrado, com informações sobre educação patrimonial, conceitos que podem ser abordados sobre o tema, estratégias didáticas em formato de oficinas e material de apoio.

Esperamos que este produto possa servir para compreensão sobre o tema e sua aplicação em escolas, reuniões de grupos, encontros comunitários, dentre outros.

Boa leitura!

Antonio José Lima Pereira

Ana Isabel Cortez Reis.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O que é Educação Patrimonial?

Compreendido como um processo permanente, a Educação Patrimonial pode ser trabalhada em diferentes etapas e séries de ensino, podendo ser vinculada à disciplina de História ou qualquer outra, de modo transversal, interdisciplinar ou transdisciplinar. O trabalho educativo que tem por objeto o patrimônio cultural, possibilita uma ação por professores e outros agentes sociais que busquem a construção da identidade local e a valorização dos marcos de memória.

Qual a relação do ensino de História com a Educação Patrimonial?

O conceito de patrimônio em sentido material esteve inicialmente vinculado à arquitetura e historicidade, ou seja, o reconhecimento dos chamados monumentos históricos, como bens representativos da memória e identidade a serem preservados. Com isso, nas ações de tombamento ou registro, se buscou reconhecer o valor histórico para a preservação de prédios, cidades e sítios arqueológicos. Assim, considerando os aspectos históricos desses bens, o trabalho com a educação patrimonial se vinculou ao ensino da História.

Importante ressaltar que, com a ampliação do conceito de patrimônio para uma perspectiva cultural, elementos além do histórico e arquitetônico, como o geográfico, ambiental, artístico, estilístico, dentre outros, passaram a compor a perspectiva da educação patrimonial e com isso, além da História, disciplinas como Arte, Geografia, Língua Portuguesa e Sociologia possibilitam um trabalho com e para o patrimônio. Mas vale ressaltar que a educação patrimonial pode acontecer também por meios informais, além das Escolas, em grupos comunitários, associações, em família, dentre outros.

Como a Educação Patrimonial potencializa a aprendizagem histórica?

Os caminhos da formação humana passam pela construção da identidade e da consciência histórica. Assim, a aprendizagem histórica promove o desenvolvimento da pessoa como sujeito situado no tempo presente, consciente do passado, percebendo permanências e mudanças no contexto do grupo a que pertence. São as experiências do presente que contribuem para a compreensão sobre o passado, que influenciam o resgate das memórias.

Ao fazer uso dos recursos do passado e da memória, por meio do estudo sobre o patrimônio cultural, a educação patrimonial contribui para a construção da consciência histórica dos sujeitos aprendentes. O uso do patrimônio material e imaterial como fontes históricas, no ambiente escolar ou fora dele, possibilitam a construção da aprendizagem sobre o tempo, identidade e preservação da memória.

Como os currículos oficiais (PCN e BNCC) abordam a temática da

Educação Patrimonial?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais referentes ao Primeiro Ciclo introduzem como eixo temático e como perspectiva metodológica a História Local e do Cotidiano para o nível fundamental. Dessa forma, sugere, preferencialmente, que seja dado um enfoque às “diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive, dimensionadas em diferentes tempos.” (PCN, 1997). Assim, a história local é inserida como eixo no primeiro ciclo, isto é, quando a criança inicia os primeiros contatos com diferentes realidades e pessoas, ao ingressar na escola e conviver em novos espaços de socialização. A proposta dos PCNs (1997) é desenvolver nos estudantes a compreensão do geral a partir do local. Nesta perspectiva, envolve a apreensão dos aspectos históricos, sociais e econômicos do meio em que vive, para possibilitar a compreensão da realidade em diferentes contextos e temporalidades.

No texto da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) o processo de ensino-aprendizagem do passado depende do diálogo com o tempo atual e num contínuo de aprendizagens “do Eu, do Outro e do Nós”. Dessa forma, segue a mesma linha de pensamento dos PCNs ao preconizar a construção da consciência histórica a partir dos elementos do presente, identificando permanências e mudanças, tendo o local como meio para compreensão da realidade geral. A proposta da BNCC para o ensino de história local se encontra nas séries iniciais do ensino fundamental, em especial no 3º ano, numa perspectiva de construção da identidade a partir da realidade local, do meio social em que convive e num processo de construção sobre si. Neste sentido, o documento sugere como meio para a construção da autonomia e reconhecimento sobre si e sobre o espaço em que está inserido, a partir da construção da consciência histórica, tendo na história local as bases para as relações com a sociedade.

Preciso abordar educação patrimonial apenas onde possui bens tombados ou registrados?

A educação patrimonial apesar de relacionada ao ensino de História e proposta no currículo das séries iniciais da educação básica, pode ser ampliada para qualquer idade, série ou etapa de ensino, assim como para além do ambiente escolar, podendo ser pauta em reuniões de bairros, associações ou outras

instituições e grupos comunitários. Nesta perspectiva, o trabalho com educação patrimonial não se limita apenas aos lugares que possuem bens tombados.

Nas estratégias em educação patrimonial, os educadores ou mediadores utilizam dos recursos disponíveis no meio. Quando no local ou próximo à Escola possuem museus, sítios arqueológicos, prédios históricos ou até mesmo os conjuntos urbanos tombados, estes se constituem como recursos didáticos importantes. Mas, educação patrimonial se faz também com recursos materiais e imateriais, que sejam de memória individual, comunitária ou recursos como fotografias, objetos, jornais, registros da memória oral, festejos, música, crenças, devoções, dentre outros.

CONCEITOS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Quais conceitos posso trabalhar com a Educação Patrimonial?

Na medida que o conceito de patrimônio sofreu alterações ao longo do tempo, passando da concepção de monumentos materiais para as manifestações culturais, considerando o fato de que a educação patrimonial se constrói em ambientes formais - educacionais e informais - comunitários, assim como, promove diálogos permanentes entre diferentes campos do saber e na vivência cotidiana, sobre essa temática foram incorporados múltiplos saberes, abordagens, métodos de estudos e fazer didático. Assim, educar para o patrimônio possibilita conhecer e desenvolver saberes complexos e a construir diferentes competências.

Alguns Conceitos:

Identidade: Em educação patrimonial se pode trabalhar a identidade na perspectiva histórica, social e cultural. Historicamente na compreensão de si a partir da memória e na relação com seu passado. Socialmente a partir da construção do “eu” relacionado ao meio social em que está inserido. E, culturalmente, a partir das práticas e valores apreendidos nas relações coletivas.

Memória: Nos estudos sobre educação patrimonial a memória pode ser

refletida por meio de documentos, monumentos ou na tradição oral. Compreender a memória na perspectiva histórica como aquilo que foi vivido, lembrando e registrado, individual ou coletivamente, colaborando com a formação da identidade dos sujeitos.

Lugar de memória: Os espaços que possuem sentido de identidade e memória se tornam lugares de memória, sejam eles cidades, museus, bairros, escolas, praças, templos, dentre outros. Para Pierre Nora⁵³ os lugares de memória são instituídos a partir da relação das pessoas com os espaços, seja de forma espontânea, como nas cidades com os bens legados pelas gerações anteriores, ou por meio dos espaços construídos para a memória, como museus ou monumentos. Os sentidos e significados do lugar possibilitam desenvolver o sentimento de pertença e identidade, colaborando para a construção do ideal de patrimônio.

Patrimônio: O termo deriva da junção dos termos “patri” que significa “pai” e “monium” que significa “herança”, formando assim o termo “patrimonium” ou a “herança legada pelo pai”. Assim, o sentido da palavra estava relacionado às heranças do passado, principalmente as que receberam uma relevância histórica. Mas como o conceito decorre de uma construção social, o sentido do termo patrimônio foi ampliado de modo a considerar a cultura como produção social e histórica.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, nos ajuda a compreender o sentido de patrimônio cultural, ao afirmar que são “(...) bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Patrimônio Material e Imaterial: O texto constitucional classifica o patrimônio natural conforme a sua natureza em material e imaterial. Os bens materiais são aqueles imóveis como cidades históricas, paisagens naturais, sítios arqueológicos ou bens individuais. E os móveis como objetos mobiliários, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentos, arquivos, fotografias, dentre

⁵³NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto história**, v. 10, p. 7-28, 1993.

outros. Enquanto os bens imateriais se referem às práticas sociais como modos de fazer, ofícios, saberes, celebrações, expressões cênicas, plásticas, lúdicas, musicais, lugares de culto, dentre outros.

Patrimonialização: Pode ser compreendido como o processo de constituição de um bem como patrimônio cultural. Esta constituição se dá na e pela sociedade, que passa a reconhecer no bem ou bens, os sentidos da identidade e memória coletiva, atribuindo valor de herança do passado e legado para as gerações futuras. Vale observar que a patrimonialização ocorre institucionalmente quando há o reconhecimento oficial dos bens a serem preservados em âmbito municipal, estadual ou federal.

Tombamento, Registro e Inventário: São os instrumentos para reconhecimento do valor cultural dos bens, disciplinar os usos e orientar para as ações de preservação.

O Tombamento é um recurso normativo, que ao definir um bem como patrimônio limita a propriedade e estabelece obrigações aos proprietários ou ao poder público para manter e conservar a integridade dos bens.

O Registro é voltado para salvaguardar os bens imateriais, que expressam a memória e a identidade cultural em seus modos de criar, fazer e viver. O registro visa o reconhecimento do caráter dinâmico dos elementos culturais que formam a identidade nacional.

O Inventário é o levantamento sobre os bens para identificar seu valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural. Por meio do inventário são levantados dados, características e aspectos que ressaltam o valor do bem e justificam a sua preservação.

Preservação: Numa visão institucional, a preservação corresponde aos atos de proteção dos bens reconhecidos como patrimônio cultural. Esta proteção, ocorre a partir do processo de identificação, seleção, tombamento e na gestão do patrimônio. Por preservação também decorrem as normas que estabelecem o uso e orientam para as ações de conservação, recuperação e restauro com o objetivo de

manter a autenticidade (originalidade) e a integridade (características conservadas) dos bens, principalmente os materiais, evitando que as características originais se percam com o tempo e uso.

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM FORMATO DE OFICINAS

As oficinas estão organizadas em blocos considerando a abordagem e não seguem uma sequência, considerando que podem ser utilizadas individual e aleatoriamente. Assim, as oficinas serão apresentadas brevemente por sua temática, objetivo e a problemática para discussão e aprofundamento pelos professores ou demais interessados.

A Oficina *Um milagre pode acontecer* objetiva a compreensão da memória a partir dos lugares e objetos de culto e devoção. Considerando que a cidade tem sua formação raízes da religião cristã católica e das religiões afrodescendentes, a atividade propõe uma reflexão sobre os marcos da memória, estimulando a criatividade dos estudantes em pensar nas personagens e histórias relacionados aos objetos, como expressão da fé e da cultura no lugar.

A Oficina *A Praça em festa: vai passar o cortejo real!* também aborda aspectos da memória e da cultura local, com elementos do sincretismo religioso, num resgate das manifestações e festas. Levando os estudantes a problematizar o processo de escravidão durante o século XIX na cidade de Icó/CE, a contribuição das ordens religiosas para a formação da sociedade neste período e pensar seus reflexos no presente.

A Oficina *Conversas no Mercado Público* busca recriar o espaço do mercado público como praça de atividades comerciais e ponto de encontro entre as diferentes pessoas do lugar. A atividade problematiza a narrativa histórica local, suas personagens e fatos, levando a compreender lembrança e esquecimentos. Propondo aos estudantes uma revisão das histórias a partir de personagens que foram esquecidos pela história oficial, mas que podem recontar a história.

A Oficina *Ofício dos Construtores* busca sensibilizar o estudante para perceber nos bens materiais a memória e história local. A atividade propõe através do estudo de mapas e análise das imagens, perceber a formação histórica e

geográfica do espaço urbano que no presente corresponde ao conjunto urbano tombado. Possibilitando conhecer aspectos da arquitetura como expressão da cultura e desenvolver uma sensibilidade para a preservação do espaço.

A Oficina *Do caminho das boiadas ao traçado das ruas* propõe o estudo e análise de documentos importantes para a formação do espaço urbano e sua preservação. Busca a compreensão do estudante sobre a importância histórica do lugar, como espaço de memória e pelos aspectos materiais. Possibilita pensar a preservação, não como impositiva, mas a partir dos elementos que justificam a relevância como marco da cultura e identidade.

A Oficina *Que os ventos do Aracati nos tragam notícias* apresenta o cotidiano do lugar por meio de relatos de viajantes e das notícias que eram publicadas nos jornais da época. Utilizando da análise dos documentos, a atividade estimula os estudantes a pensarem como era a vida e o cotidiano do lugar. Levando para a discussão, as permanências e mudanças ao longo da história, fazendo o estudante pensar sobre o modo de ser e viver em diferentes temporalidades.

A Oficina *Sarau Artístico e Literário* é um estímulo para que os estudantes conheçam as produções culturais do lugar, recriando um costume de promover encontros entre os moradores onde as atividades artísticas eram comuns. A atividade busca resgatar as personagens que fazem parte da cultura local como poetas, músicos, pintores, dentre outros, que através de sua arte expressam o lugar, a história e possibilitam refletir sobre a valorização e preservação do lugar de memória.

A Oficina *Eu, guia de patrimônio de Icó* é uma proposta para o estudante se colocar na figura de um guia de patrimônio local. A atividade apresentada como um jogo de perguntas e respostas, leva o estudante a refletir sobre como ele percebe o seu lugar, a sua história e o sentido de preservação. Bem como, estimula o estudante a buscar conhecer melhor os bens materiais e imateriais do lugar.

A Oficina *Patrimônio no presente, um diálogo possível(?)* apresenta aos estudantes uma reflexão sobre o sentido de preservar no presente os marcos do passado. A problematização a partir da análise de matéria jornalística revela aos estudantes os conflitos e tensões em torno do patrimônio tombado. Ao passo que leva o estudante a conhecer propostas de preservação de bens históricos que aliam

desenvolvimento econômico e social com a valorização da história e cultura.

Em síntese, retomando as oficinas buscam alcançar o objetivo proposto para este produto, de oferecer um material aos professores que seja viável, objetivo e que subsidie o fazer didático em educação patrimonial.

Oficina: Um milagre pode acontecer.

Nesta atividade pode ser abordada a História e o Patrimônio Cultural local, com o objetivo de desenvolver uma aproximação das pessoas com o lugar e o passado, a partir da re(criação) de histórias pessoais relacionadas à religiosidade e a cultura.

Convide a apresentar ou visualizar imagens de diferentes lugares de cultos, das diversas manifestações religiosas e sugira que identifiquem objetos materiais que representem a devoção ou a materialização dos milagres alcançados, os chamados ex-votos.

Imagem 27: Sala dos milagres do Santuário Sr. do Bonfim –
Icó/CE



Fonte: Acervo do autor

Sugira aos participantes ou grupos que escolham um objeto e a partir dele crie uma personagem, buscando uma narrativa sobre a sua história de vida.

Em relação ao objeto pergunte: O que é e o que representa? De qual

material é feito? Onde foi depositado? Pertence a qual manifestação religiosa? Quem produziu? O que ele representa para minha fé? Qual fato quero deixar materializado neste objeto?

Imagem 28: Barracão de Candomblé



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Templos_afro-brasileiros

Promova uma socialização das experiências e narrativas criadas sobre os objetos. Aproveite para ressaltar a importância da formação da sociedade local a partir da religiosidade, como elemento para reconhecimento dos espaços sagrados, do respeito à memória e da preservação dos locais de culto, guardando a afetividade que as pessoas possuem com estes locais e seus objetos. E, por fim, faça uma sondagem sobre o que os participantes aprenderam.

Diversifique a atividade visitando locais de culto, salas de ex-votos, construindo modelos ou realizando exposições de fotos ou desenhos.

Para aprofundar sobre o assunto:

Oliveira, J. C. A. de, & Prêtre, C. (2019). Entre a vida e a morte: a importância do ex-voto como elemento sógnico. *Revista Brasileira De História Das Religiões*, 12(35). <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i35.47020>

TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de

religiosidade. **Sacrilegens**, v. 10, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-4.pdf>

Oficina: A praça em festa: Vai passar o cortejo real!

Com esta atividade se pode buscar uma compreensão sobre a formação do povo e da cultura local, repensando o papel dos africanos e afrodescendentes escravizados, para perceber a memória e o esquecimento em relação à formação da história e cultura. A atividade possibilita discutir ainda conceitos de memória, identidade e patrimônio.

Para iniciar a discussão sobre a participação dos africanos e afrodescendentes escravizados, sugira aos participantes a leitura de um texto em forma de poema ou letra de música. A letra da música Povo Guerreiro, composta por Ricardo Rabelo e Willian Borges, e interpretada por Criolo, traz elementos importantes e atuais ao debate. A partir da leitura pode provocar uma discussão sobre a participação no processo de construção da sociedade local, seu protagonismo no processo abolicionista e como elemento formador da cultura, buscando perceber a concepção que o grupo tem sobre a história local.

Povo Guerreiro

Criolo

Povo guerreiro, bate tambor

Comemora a liberdade

Mas a igualdade não chegou

Nossos ancestrais

Lutaram pela liberdade

Contra tudo e contra todos

O negro nunca foi covarde

Fugiu da senzala

Refugiou se nos quilombos

Conquistou a liberdade

Mas em busca da igualdade

Ainda sofre alguns tombos

No pós liberdade

O negro foi marginalizado

Teve a alma aprisionada

Com as algemas da desigualdade

Hoje refugiado em favelas

Onde a vida tem suas mazelas

Combate a miséria, o preconceito e a adversidade

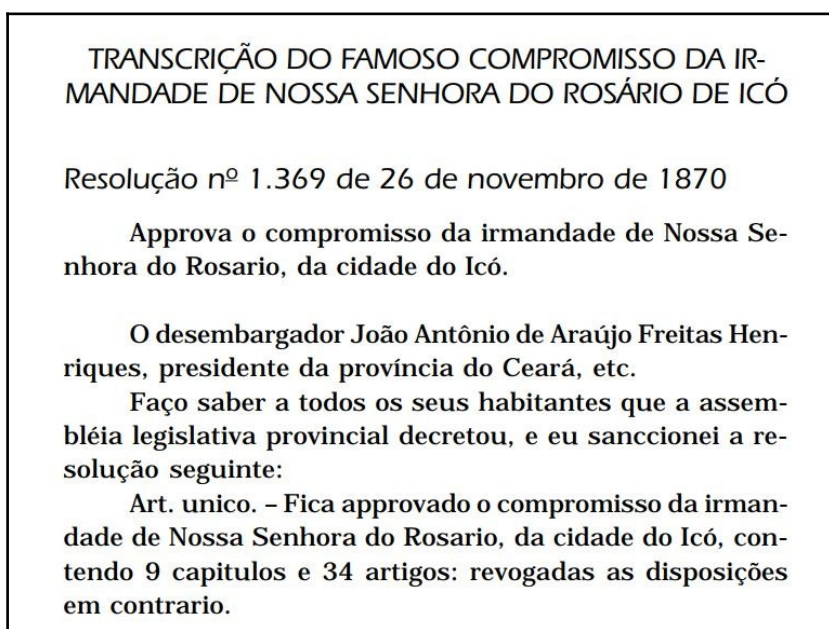
A igualdade e o respeito

Mais do que anseios

Também são necessidades

Enriqueça o debate propondo uma análise de documento histórico que demonstra o protagonismo negro na história local. Como sugestão, organize os participantes em grupos e proponha a leitura da transcrição do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Icó, uma irmandade religiosa formada em sua maioria por pretos livres e alforriados, que professavam a fé católica, mas mantinham a unidade e identidade cultural.

Imagem 29: Página do livro *Irmandades Religiosas no Ceará provincial*



Fonte: http://www.eduardocampos.jor.br/_livros/e10.pdf

A partir do documento promova uma discussão sobre questões como a formação de irmandades negras e o que isso representava para a manutenção da identidade dos povos escravizados, sobre como a irmandade contribuiu para a formação do povo do lugar, sobre a participação da irmandade no processo abolicionista e também buscando compreender que elementos dessa memória foram mantidas ou esquecidas na história oficial.

Por fim, sugira aos participantes conhecerem mais sobre a participação dos africanos e afrodescendentes na história local, levantando informações sobre os processos de escravidão e abolição em que a cidade de Icó/CE teve um

protagonismo na província do Ceará, compreendendo como fruto da resistência negra.

Diversifique a atividade propondo a realização de uma sessão da Irmandade ou a apresentação de um cortejo nas festividades de Nossa Senhora do Rosário. Utilize, se possível, o pátio da igreja e a rua do meio (rua General Piragibe) para estas atividades.

Imagem 30: Fotografia da Igreja do Rosário – Icó/CE



Fonte: Google imagens

Para saber mais:

CAMPOS, Eduardo. As irmandades religiosas do Ceará provincial: (apontamentos para sua história). Secretaria de Cultura e Desporto, 1980. Disponível em: http://www.eduardocampos.jor.br/_livros/e10.pdf

CRIOLO. Povo Guerreiro [2018]. Disponível em: <https://youtu.be/595vpTIEGVk>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 7, n. 12, p. 347-366, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v7e122013347-366>

Oficina: Conversas no Mercado Público

Esta atividade busca um resgate sobre o cotidiano e as narrativas que são construídas no decurso do tempo, utilizando do Mercado Público como um lugar para encontros entre diferentes personagens. O trabalho com narrativas históricas possibilita aos participantes conhecer a história oficial, narrada nos documentos e livros didáticos, mas também abre a possibilidade para uma análise crítica sobre quais as personagens citadas, sob qual ótica as narrativas foram criadas e quem ficou esquecido.

Como sugestão, utilize livros ou textos com narrativas que abordam a história local. A atividade pode ser realizada em pequenos grupos para facilitar a troca de opiniões.

Imagem 31: Página do livro Construindo Icó



Fonte:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_f.pdf

A escolha dos fatos narrados pode ser indicada pelo mediador ou pelos

participantes, conforme o seu interesse. Sugira que seja feita uma análise do fato narrado percebendo o período em que ocorreu, aspectos relevantes do fato, as personagens envolvidas e aquelas que poderiam fazer parte mas não foram citadas.

Em seguida, sugira ao grupo a socialização dos fatos narrados, recriando uma narrativa a partir de personagens que não estão na história oficial, mas que foram testemunhas da história. Com isso, busque estimular uma recriação da narrativa sob outras perspectivas. Para a atividade, busque recriar um ambiente como um mercado público e o encontro das personagens.

Para dinamizar a atividade, realize uma visita ao Mercado Público ou promova a conclusão das atividades no referido espaço. Sugira aos contadores dos fatos uma caracterização das personagens.

Para saber mais:

DE SIMONE, Renan. A narrativa da cidade—o espaço privado e os invisíveis. **Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise. ISSN 2175-7291**, v. 4, n. 2, 2012.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patrícia Pereira. Construindo Icó. 1 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_f.pdf. Acesso em 12/05/2019.

Oficina: O ofício dos construtores

Em atividades com educação patrimonial é importante trabalhar os conceitos sobre patrimônio e preservação. Em um lugar que possui bens tombados ou registrados, possibilita aos participantes conhecer o espaço na ótica do reconhecimento e da valorização dos aspectos que foram relevantes para o processo de patrimonialização, e que justificaram o tombamento. Nesta atividade, os participantes podem buscar compreender o contexto do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó/CE e discutir sobre as ações de gestão do patrimônio e sobre a importância da preservação da memória local.

Inicie a atividade com um poema ou texto que aponte uma relação de identidade do autor com a cidade e o patrimônio. Como sugestão, utilize o poema

Tardes de Icó de autoria de Getúlio Oliveira, extraído do livro Partejar de Versos, numa declaração de amor ao lugar de origem, o poeta ressalta aspectos da geografia, da arquitetura e do cotidiano que estimulam os leitores a buscar compreender a relação de identidade na busca pela preservação da memória individual e coletiva.

Tardes de Icó

Getúlio Oliveira

<i>Tarde de sol arrebol</i>	<i>Sou rapaz que aclama meu interior</i>
<i>Nas tardes quentes sou amante vivente</i>	<i>Onde eu joguei bola</i>
<i>Das terras de Icó</i>	<i>Plantei minha história</i>
<i>Amor distante eu sou</i>	<i>Fiz grandes amigos</i>
<i>Declarado amante</i>	<i>Meu primeiro amor</i>
<i>Caliente, ardente</i>	
<i>Sobrevivente das terras quentes de Icó</i>	<i>Te adoro querida com teus casarões</i>
<i>Belo amor, vida e flor</i>	<i>Que atravessam o tempo como</i>
<i>Que além de amar proclama</i>	<i>guardiões</i>
<i>Reclama a distância</i>	<i>Tuas ruas largas, teus becos estreitos</i>
<i>Da terra querida</i>	<i>Tua história imensa</i>
<i>Preguiça dormida</i>	
<i>Nas tardes de Icó</i>	<i>Ver-te vagarosa dá no peito um nó</i>
	<i>E me comprometo lutar por mais vidas</i>
<i>No final de ano</i>	<i>Nas tardes de Icó</i>
<i>Arrumo minhas malas</i>	
<i>Eu junto minhas tralhas corro pra você</i>	<i>Princesa menina</i>
<i>O meu paraíso</i>	<i>Sou teu escultor</i>
<i>Pros demais perdido</i>	<i>Fiz pacto contigo</i>
<i>Mas nunca esquecido pra quem ama</i>	<i>Num caso de amor</i>
<i>você</i>	<i>No Largo Théberge</i>
<i>Sou menino moleque</i>	<i>Já não sou um só</i>
<i>Sou garoto pivete</i>	<i>Encontro contigo no sol preguiçoso</i>

De dias vividos

Nas tardes de Icó

Cadê teus poetas pra cantar tuas glórias

Cadê teus artistas pra doirar os teus

sonhos

Cadê teus artifices pra moldar o teu

tempo

Cadê teus amantes pra te fazer andante

Mesmo bem distante

Em meu peito arfante

Presente sempre estará

Somos dois cristais

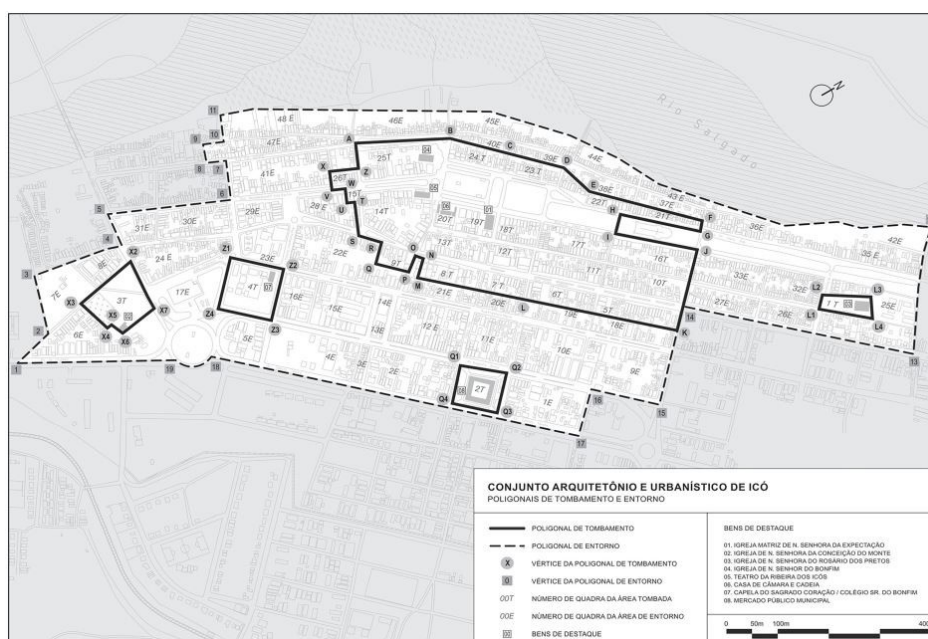
Anjo querubim

Eu amando a ti

Tu amando a mim

Para fazer com que os participantes conheçam e compreendam as áreas da cidade que foram tombadas como patrimônio cultural, trabalhe com mapas (nas cartilhas e documentos do IPHAN é possível identificar mapas da área tombada). Estimule os participantes a fazerem a leitura de mapas, identificando a área tombada e de proteção, os bens que compõem o conjunto urbanístico e arquitetônico, os estilos e datações das construções. Busque identificar também como está o processo de preservação e de conservação dos bens.

Imagem 32: Mapa de setorização do conjunto tombado e do seu entorno – Icó/CE



Fonte: Portaria n. 211/2019/ IPHAN

Utilize imagens dos prédios e informações sobre eles para que os participantes compreendam melhor a importância da proteção aos bens. Como sugestão, utilize o encarte Um Passeio por Icó (Fundação Demócrito Rocha) ou o Guia Cultural (Prefeitura Municipal de Icó/Secretaria da Cultura).

Imagem 33: Página do encarte Um passeio por Icó



Fonte:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_guia.pdf

Por fim, socialize as experiências dos participantes em relação aos aspectos estudados sobre a área da cidade que é tombada e como isso impacta na vida da população.

Dinamize a atividade através de uma visita guiada, utilizando mapas para identificação no local dos prédios. Estimule uma pesquisa sobre estilos arquitetônicos. Promova uma atividade que estimule a compreensão sobre

preservação e gestão de patrimônio como ação coletiva entre instituições e população.

Para saber mais:

ALVES, Laura G.; Kist, Karina. Arquitetura no Brasil. Chapecó/SC: 2010. Disponível em: <https://arqbrasil10.wordpress.com/> . Acesso em: 30 jul. 2020.

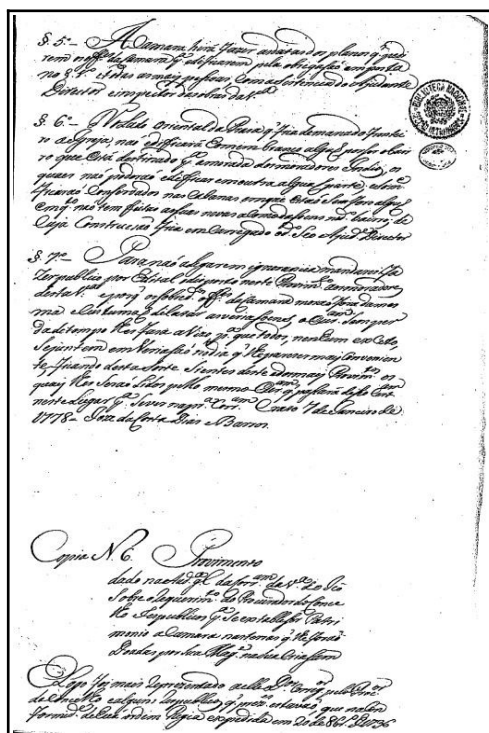
TOGNON, Marcos. O desenho e a história da técnica na arquitetura do Brasil colonial. *Varia hist.*, Belo Horizonte , v. 27, n. 46, p. 547-556, Dec. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 29 July 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000200008>.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. Arte Colonial. História das Artes, 2020. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/nobrasil/arte-no-seculo-16/arte-colonial/>>. Acesso em 30 Jul 2020.

Oficina: Do caminho das boiadas ao traçado das ruas de Icó/CE.

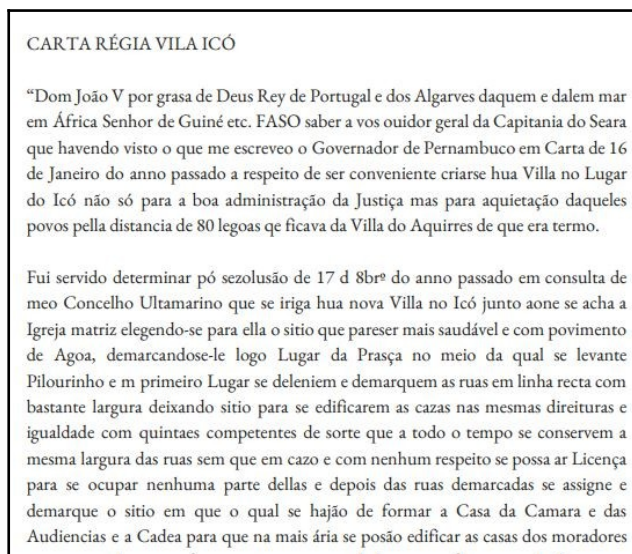
Esta atividade pode ser proposta para desenvolver a compreensão sobre o lugar, a partir dos aspectos físicos, identificando as transformações ocorridas ao longo do tempo, tendo o presente como referência. Assim, se propõe um estudo de imagens e documentos, estimulando os participantes a perceberem os registros históricos sobre o processo de formação do lugar, as permanências e mudanças.

Imagem 35: Carta Régia 1736



Fonte: Arquivo Ultramarino Doc. 564

Imagem 34: Transcrição da Carta Régia 1736



Fonte: <http://icoce.blogspot.com/2013/04/ico-ce-carta-regia-criando-uma-vila-no.html>

Inicie com uma análise da Carta Régia de 1736, documento do século XVIII que cria a vila de Icó. O documento possibilita uma melhor compreensão sobre a ocupação do espaço natural para organização urbanística (importante ressaltar que o documento possui palavras desconhecidas ou grafias diferentes da linguagem atual, mas é possível compreender o contexto). Na análise solicite aos participantes a identificação do aproveitamento do espaço natural, a contribuição do comércio de gado na formação do núcleo urbano, quais os prédios que já existiam quando a vila foi criada, como foi prevista a organização do espaço urbano com os traçados das ruas e a organização administrativa.

Em seguida, para que os participantes compreendam como a preservação dos bens materiais foram fundamentais para a escolha do conjunto urbanístico e arquitetônico da cidade de Icó/CE como patrimônio cultural, proponha um trabalho com imagens em contraste entre o período anterior ao tombamento e atualmente. Para isso, podem ser montados cartões com a sobreposição das imagens (como sugestão utilize imagens da cidade de Icó/CE dos anos de 1940 disponíveis no acervo Catálogo Fotografias IBGE).

Imagem 36: Fotografia dos sobrados de Icó/CE



Fonte: Catálogo Fotografias IBGE

Ao final, solicite aos participantes que analisem nas imagens os aspectos urbanísticos e arquitetônicos que permanecem desde a criação da vila, o que foi alterado e recuperado, percebendo os impactos que o tombamento provoca na preservação da memória local.

Dinamize a atividade realizando uma visita guiada pelas ruas do sítio histórico, seguindo o traçado das ruas como disposto na Carta Régia de criação da Vila de Icó/CE. Sugira aos participantes a criação de um documentário em vídeo sobre as impressões da visita.

Para saber mais:

IBGE. Biblioteca. Catálogo Fotografias Icó-CE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=fotografia&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=I%C3%B3&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 01 ago. 2020.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **Anais do Museu Paulista: História e**

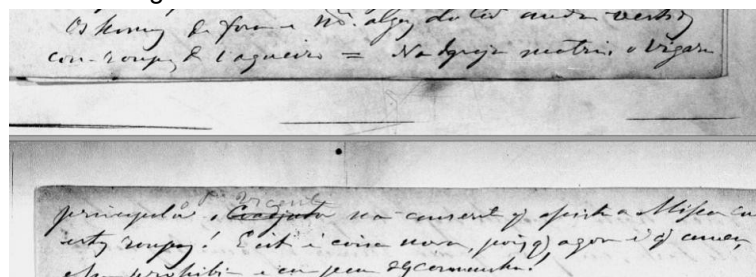
Cultura Material, v. 20, n. 1, p. 133-163, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a06.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

Oficina: Que os ventos do Aracati nos tragam notícias

A proposta da atividade é fazer com que os participantes conheçam as narrativas sobre o modo de viver e os costumes do lugar, percebendo o que se tornou fato histórico e o que foi esquecido com o passar do tempo. Para isso, proponha um trabalho de análise de documentos, registros de viagens e notícias, para estimular os participantes a refletir a partir de diferentes narrativas.

Sugira uma leitura dos manuscritos de Freire Alemão, botânico, membro da Comissão Científica que passou pela cidade de Icó/CE no ano de 1859. Utilize trechos transcritos para facilitar a compreensão pelos participantes, principalmente os que se referem a gente do lugar e aos costumes.

Imagem 37: Manuscritos de Freire Alemão 1859



Os homens de fora e mesmo alguns da cidade andam vestidos com roupas de vaqueiro. Na Igreja matriz, o vigário principal ou o coadjutor não consente que assistam a missa com estas roupas. E isso é coisa nova, pois que agora é que começa essa proibição e com pena de excomunhão!

Fonte:

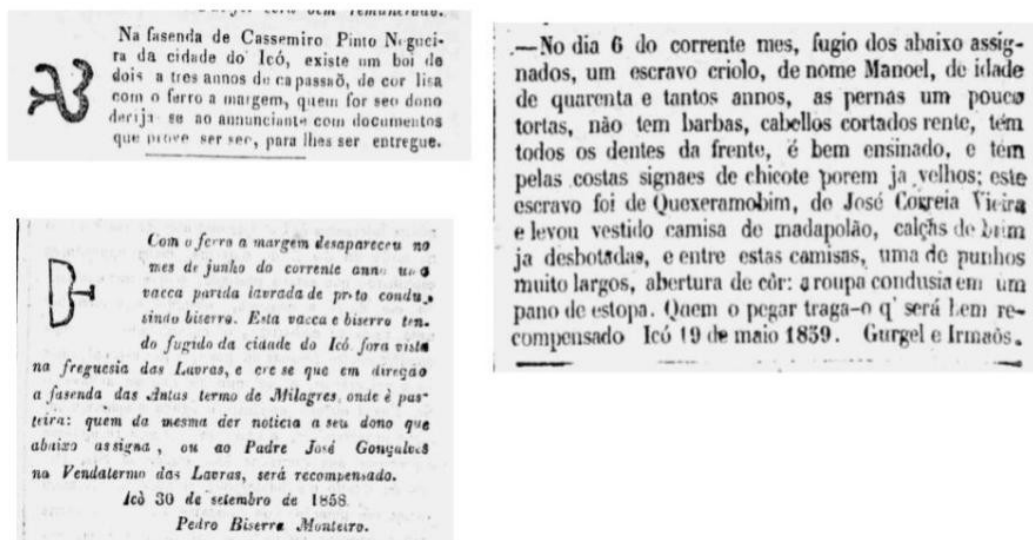
http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1961_00081.pdf

Para que os participantes percebam as narrativas sobre o lugar de diferentes pontos de vista, propicie a leitura de anúncios em jornais de circulação no século XIX. Como sugestão, os anúncios do jornal O Araripe (1855-1864) que traziam à cidade de Icó/CE.

Proponha a realização da leitura dos textos em grupos e oriente para que identifiquem o lugar na perspectiva do estrangeiro, os aspectos do cotidiano que

foram relatados, o modo de ser e viver na época das narrativas e o reflexo no presente dos costumes da época. Por fim, socialize as impressões dos grupos e estimule-os a compreenderem o presente, preservando a identidade local.

Imagem 38: Imagem 38: Anúncios do Jornal O Araripe



Fonte: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/araripe/213306>

Dinamize a atividade sugerindo a busca por notícias em jornais da época (arquivos digitais) para montar murais. Solicite aos participantes produzir notícias sobre o cotidiano no presente e perceber os fatos que serão lembrados como históricos e os que poderão cair no esquecimento.

Para saber mais:

ALEMÃO, Freire. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 81, 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1961_00081.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

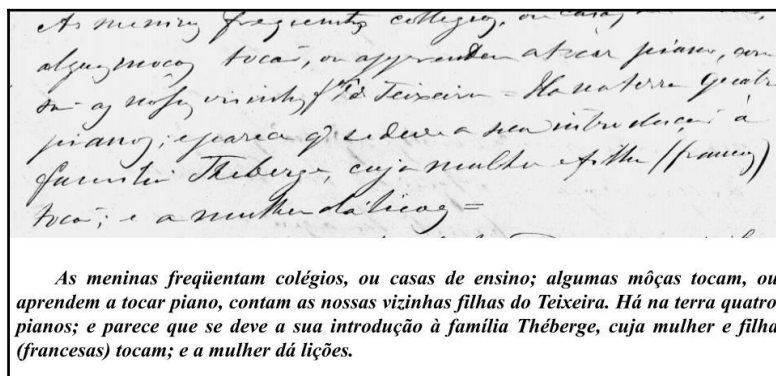
Biblioteca Brasileira Guida e José Mindlin. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1%2C2%2C3/%C3%B3ptimo>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Jornal O Araripe (1855-1864) – Acervo Digital da Biblioteca do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/araripe/213306>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Oficina: Sarau artístico e literário.

A proposta da atividade é usar da arte e literatura produzidas em torno do lugar, como recurso para desenvolver a educação patrimonial, a partir da valorização da cultura local e do reconhecimento dos valores identitários.

Imagem 39: Manuscritos Freire Alemão 1959



Fonte:

http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1961_00081.pdf

Inicie apresentando a percepção sobre a educação e arte no cotidiano local descritas por Freire Alemão em sua passagem pela cidade em 1859. A partir dos escritos estimule os participantes a discutir sobre temas como: a concepção de cultura na época, o acesso à educação, o papel social das mulheres e a divisão social entre ricos e pobres.

Selecione textos produzidos por poetas, cordelistas, compositores, memorialistas que retratam o lugar. Buscando compreender os aspectos que foram destacados, como estes possibilitam compreender a identidade local, expressam o modo de viver no passado e presente, bem como a relação com o patrimônio cultural.

Tamarineiros
Drulucca

*Vento que vem do Aracati
Pelo leite seco do salgado
Leva fumaça cinza daqui
E trás a chuva pra molhar o roçado*

*Que se Deus permitir
Eu colher em agosto
Eu mudo meu rosto de caba emburrado*

*Vou pras bombas do hoje exaltado
Eu me curvo e me queimo nas bombas*

*Ouçó os gritos dos tamarineiros
Guardiões da Botija de Glória
Ou são gritos das rasgas mortalhas
As almas penadas
Que assombram essa noite*

*E quem teme as crendices
Ditas pelo povo
Não brinca com o fogo
Da fé de um cristão*

*E portanto vos digo, meu caro
Eu vos digo, meu caro
Não ouse... oh ohh*

*Quantas vezes
Caminhei no mei desse deserto*

Sem saber que tinha oásis no mei do sertão

*Tantas vezes fui dormir sem pedir
benção ao credo*

*Crendo eu que meu medo
Era meros pretextos do incerto
Da minha superstição*

*Quantas vezes fui dormir com meio olho
aberto*

*Sem saber se eu tinha medo do bicho
papão*

*Ou por vezes que eu ficava na espreita
pro teto*

*Pensando quem outras vidas
Eu pude ter sido um inseto
Quem sabe eu fui o barão*

*Não tire o santo do lugar
Não tire o santo do altar dele
Se essa baleia acordar*

*Esse sertão vai virar mar
E eu quero ver neguim na rede*

*E pra quem não sabe nadar
Também não vai morrer de sede
E quem não bebe de cumbuca*

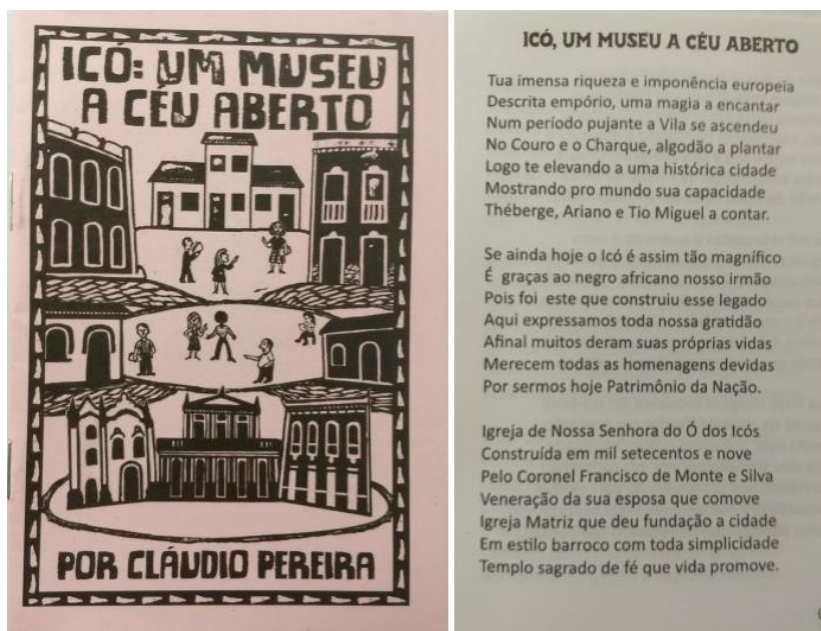
Quem for feita de açúcar

Não me beije

Por fim, promova um sarau com os participantes recitando os textos selecionados e apresentando suas impressões sobre o lugar.

Dinamize a atividade organizando um acerto de obras de autores locais. Realize o sarau no interior de um bem tombado (sobrado ou Teatro). Estimule a realização de outras manifestações artísticas como desenho, pintura, escultura, esquetes teatrais, dentre outras.

Imagem 40: Cordel Icó: um museu a céu aberto



Fonte: Acervo do autor

Para saber mais:

COUTO, Pe. Francisco de Assis. Monografias. 1. ed. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1958. 199 p. v. I.

DRULUCCA, Pedro Lucca. Tamarineiros. [2016]. Disponível em: <https://youtu.be/1RTaduQAUZA>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LIMA, Idelsuite de Sousa; SOUSA, Maria Eleneuda de. Princesa dos Sertões. 1. ed. Fortaleza: Tropical, 1996. 137 p. v. 1. ISBN 85-86332-01-1.

LIMA, Miguel Porfírio de. Icó em Fatos e Memórias. 1. ed. Icó: [s. n.],

1995. 215 p. v. I.

LIMA, Miguel Porfírio de. *Icó em Fatos e Memórias*. 1. ed. *Icó*: [s. n.], 1998. 159 p. v. II.

OLIVEIRA, Getúlio. *Partejar de versus*. *Icó*: Stampa Comunicações & Marketing, 2001.

OLIVEIRA, Clairton. *O eco da pedra*. Crato: Stampa Comunicação, 2000.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patrícia Pereira. *Construindo Icó*. 1 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_f.pdf. Acesso em 12/05/2019.

Oficina: Eu, guia do patrimônio de Icó/CE.

Esta atividade pode ser proposta com o objetivo de despertar nos participantes o interesse pela educação patrimonial, a partir da atividade de guia, tornando-os protagonistas no processo. Ao propor que sejam identificados, selecionados e apresentados os bens culturais do lugar, se pode pensar também em ações para sensibilização para a preservação e também de fomento ao turismo cultural.

Imagem 41: Cartão Eu, guia do patrimônio



Fonte: Acervo do autor

Distribua entre grupos de participantes materiais sobre o patrimônio cultural local (livros, panfletos, cartilhas ou materiais digitais, conforme disponibilidade) e solicite que pensem como guias culturais para criar um roteiro de visitação à cidade e ao conjunto de bens tombados. Sugira a criação do roteiro com 10 (dez) pontos. Ao selecionar os pontos do roteiro, proponha que sejam levantados dados sobre cada ponto a ser visitado, considerando os aspectos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e outros elementos relacionados à gestão e preservação.

O roteiro pode ser apresentado em forma de cartazes (papel), digital (apresentação de *slides* ou em formulário do *Google forms*). Ideal que os roteiros sejam socializados entre os grupos e se possível, vivenciados no conjunto tombado.

Na conclusão da atividade promova uma discussão sobre o aprendizado com a criação do roteiro de visitação, mas busque fomentar outros questionamentos como a visão dos moradores e visitantes em relação aos bens eleitos como culturais no lugar, como se pensa a preservação da memória local e como os participantes podem se engajar em ações em defesa do patrimônio.

Diversifique a atividade solicitando que os grupos criem jogos a partir do roteiro, em formato de trilha, impresso ou digital. Sugira que os grupos busquem informações sobre os bens eleitos entre os moradores do lugar, a impressão sobre o valor cultural e a identificação com sua história pessoal.

Para saber mais:

IBGE. Biblioteca. Catálogo Fotografias Icó-CE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=fotografia&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=lc%C3%B3&digital=false&fraseexata=>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patrícia Pereira. Construindo Icó. 1 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ce_construindo_ico_f.pdf. Acesso em 12/05/2019.

Oficina: Patrimônio e presente, um diálogo possível (?)

Com o objetivo de fomentar a discussão sobre preservação, tombamento

e o diálogo com o presente, proponha uma atividade de análise e pesquisas em relação ao patrimônio cultural local.

Para iniciar a atividade, proponha a leitura de matérias jornalísticas que retratam o processo de tombamento, as atividades preservacionistas e os impactos na vida dos moradores. Como sugestão a matéria do Jornal O Povo intitulada Ameaças após tombamento em Icó, de 27 de abril de 2010.

Imagem 42: Jornal O Povo de 27/04/2010

10 <O POVO> FORTALEZA - CE, TERÇA-FEIRA - 27 DE ABRIL DE 2010

Ceará

Ameaças após tombamento em Icó

< PRÉDIOS HISTÓRICOS > Após o tombamento de uma área de 40 hectares em Icó, duas pessoas estão sendo ameaçadas: um funcionário da Prefeitura e um arquiteto do Iphan. Os conflitos ocorrem entre proprietários de prédios históricos e órgãos de preservação

Plínio Bortolotti
envia@opovo.com.br

Um funcionário da Prefeitura de Icó e ameaçado de morte; um arquiteto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) preso pela mesma situação e é obrigado a entrar na cidade escondido por policiais. Os dois acontecimentos são decorrentes do tombamento pelo Iphan, em 1997, de uma área de cerca de 40 hectares na região central da cidade. A partir disso, vários conflitos ocorreram entre proprietários dos prédios históricos e os órgãos encarregados da preservação do patrimônio.

O caso mais recente - na semana passada - foi com Altair Afonso Medeiros, técnico da Prefeitura e coordenador do sítio histórico de Icó. Ele diz que ao fotografar uma construção irregular foi surpreendido pelo proprietário, que teria entrado em casa dizendo que ia pagar sua arma para matá-lo. Afonso retirou-se e a mulher que invade o seu local de trabalho, sendo impedido por outros funcionários da Prefeitura.

Altair também é pesquisador da história de Icó, e costuma percorrer a cidade acompanhando grupos de visitantes, trabalho que ele faz voluntariamente.

Mas de estar cansado - reclama da falta de apoio da Prefeitura e do Iphan - e com medo "Pouco antes de nossa chegada da reportagem do O POVO foram assassinadas duas pessoas em Icó, um foi baleado e outro foi morto a pedradas enquanto sobre a razão e nem quem foi, fica por nos mesmos", diz, sem medo por sua vida.

O arquiteto Erik Mendes Bolina, chefe do Escritório Técnico do Iphan também é passivo por algum tempo. Sem querer entrar em detalhes, pois prefere manter as pendências "subjacentes", Erik diz que, na sua opinião, tudo teve de entrar na cidade - que visita a cada 10 dias - com esboço político, devendo a ameaça de morte que recebe. Disse que já teve o documento de notificação arremancado das mãos, já foi xingado e ameaçado.

Segundo Erik Mendes Bolina, os maiores problemas advêm com os imóveis irregulares, principalmente vias públicas, que a Prefeitura, proprietária de vários prédios históricos. Para ele, em algumas ocasiões, a Prefeitura age por "questões políticas" em detrimento da preservação do patrimônio histórico.

Informação
O superintendente do Iphan, Cláudio Arruda, considera grave "mas resiste" as ameaças que sofrem os funcionários. Para ele, o que falta é se pessoas se sentem mais bem informadas sobre os benefícios que o tombamento para a cidade. Quando o compreendem e generalizam, ele acha que questões desse tipo serão superadas. "A agressividade vem de uma política econômica. Para a região, com ainda o fechamento para reforma de imóveis particulares e a manutenção de um cinema no Teatro das Ribeiras, que não dá brevemente."

A Altair Afonso o superintendente do Iphan não poupa elogios: "É um privilégio para a cidade ter uma pessoa como ele". O POVO não identifica o autor das ameaças por não haver maior oficial contato dele.

relacionamento dos proprietários de imóveis com os órgãos de preservação do patrimônio, diz ele.

Cláudio diz que o Iphan vem propondo várias ações para reverter a situação e ajudar o desenvolvimento econômico e social do sítio histórico. Cita a reunião com pesquisadores e meios para desenvolver uma política econômica. Para a região, com ainda o fechamento para reforma de imóveis particulares e a manutenção de um cinema no Teatro das Ribeiras, que não dá brevemente."

A Altair Afonso o superintendente do Iphan não poupa elogios: "É um privilégio para a cidade ter uma pessoa como ele". O POVO não identifica o autor das ameaças por não haver maior oficial contato dele.

SAIBA MAIS

- Icó foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1997.
- A área tombada, incluindo o sítio histórico e seu entorno, tem mais de 40 hectares.
- No sítio histórico, com cerca de 250 imóveis, as exigências decorrentes do tombamento são rigorosas. São edificações comerciais, residenciais, igrejas e das instituições públicas, por exemplo, prédios públicos, municípios.
- Nesse local ainda pode ser alterado na fachada externa, mesmo a pintura sem desfigurar um padrão equivalente à original. Inconveniente é possível fazer algumas mudanças, mas restrições particulares. Para os prédios públicos e das igrejas, as restrições são maiores.
- No entanto as restrições dos imóveis residenciais, estabelecidas no regulamento municipal, à Lei do Uso e da Ocupação do Solo.
- Em qualquer dos casos qualquer modificação nos imóveis na área tombada, mesmo no entorno, tem de ser só poder ser feita com autorização prévia do Iphan.
- Segundo o superintendente do Iphan, Cláudio Arruda, foram aplicados R\$ 5 milhões do programa de incentivo para a recuperação do centro histórico, prédios públicos e igrejas.
- O Município tem um programa de preservação de sítios históricos do Iphan, Ministério da Cultura, que funciona com financiamento da Banca Interamericana de Desenvolvimento (I BID) e apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).
- Um projeto para embutir em um edifício a fachada de energia elétrica e hidráulica no Centro Histórico já tem os recursos garantidos pelo governo do Ceará. Dependendo apenas do projeto da Prefeitura, segundo Cláudio Arruda.
- A secretaria da Cultura e Turismo, Aguiar declarou afirma que já foi dada "total apoio" para o projeto preparar o projeto de tombamento da região, que deverá ser baseado com o parecer da Prefeitura.

Em Icó, uma área de 40 hectares no centro da cidade foi tombada pelo Iphan. Há exigências rigorosas em relação à alteração de cerca de 250 imóveis da região

Rigor nas normas de tombamento de prédios históricos em Icó é criticado

O comerciante Marcos Wagner Hancira Andara corre o risco de ter de demolir a terceira andar de uma construção de sua propriedade no entorno do sítio histórico, onde são permitidos prédios até dois pavimentos. O caso está na Justiça Federal, pois a demanda contra ele vem do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Ele não se conforma com a situação, pois diz que quando muda a técnica do Iphan, as exigências também costumam mudar.

A secretaria da Cultura e Turismo de Icó, Aguiar Alcântara, também reclama das diferentes interpretações que fazem os órgãos. Ela diz que o atual chefe do Escritório Técnico do Iphan em Icó, Erik Mendes Bolina, é "totalmente ignorante" na interpretação das normas do tombamento.

Para ele, tanto falta iniciativa à Prefeitura em preservar o sítio histórico, "que está abandonado", como em fazer ações que possam canalizar os interesses dos proprietários e a manutenção do patrimônio.

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Icó, Cassiano Pereira Martins, diz que "apesar" o patrimônio histórico do sítio, mais a falta de pouco perceptível a melhoria do momento na melhoria desde o tombamento.

"Não sei se falta trabalho da Prefeitura para dialogar a cidade". O fato, segundo ele, é que os poucos turistas que aparecem não têm apoio nenhum. "Nem mesmo para tentarem para mostrar-Ihe a cidade". Além disso, ele diz, os prédios públicos e igrejas ficam fechados, quando deveriam ficar abertos para visitação.

Critica aberta ou velada à Prefeitura são comuns na conversa com moradores. Um deles diz que o prédio onde funciona a Secretaria da Cultura e Turismo está precisando de reforma urgente, pois o telhado ameaça desabar, devido à deterioração das estruturas que o sustentam. Os recursos para a manutenção já estão disponíveis no Iphan, mas antes a Prefeitura precisa fazer o "ocorramento" do telhado, serviço que é adiado desde o mês de março do ano passado.

O CIDADAO

EXEMPLO DE PRESERVAÇÃO

Considerado um exemplo de preservação, o Sítio do São Cláudio vem sendo reformado por cas. Contiga Ibeira com recursos próprios. A obra já tem mais de dois anos e Contiga avalia que vai gastar no total cerca de R\$ 50 mil. Ingebeiro Aguilino aposentado do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), ele diz que há 30 anos, foi desobrigado para montar a casa em Icó. "Foi bem acoberto, passei a minha vida inteira, com meus filhos e quero deixar alguma coisa para a cidade". Depois da reforma, ele pretende se mudar com a mulher para a cidade. Quando ele ligar para a cidade - com qual-quer coisa - já recebem os funcionários - parece muito grande para Icó, pessoas, ele relata na hora, dizendo que os filhos e netos vão morar lá, quando os visitantes.

HISTÓRIA

A história de Icó começa por volta de 1500, quando chegaram os primeiros colonizadores. Um filho foi elevado à categoria de cidade. Icó tornou-se uma das cidades mais importantes do Ceará, com grande desenvolvimento econômico e político.

O declínio, do qual a cidade nunca se recuperou completamente, começou em 1872, quando uma epidemia de cólera impactou profundamente sua população.

PROCDIMENTO

Um processo movido a reportagem foi informado por funcionários do prédio de Icó, Marcos Hancira Andara, em Icó. Pouco depois a construção de que ele estava ocupado. A reportagem também não localizou o cidade e o estado de amargor de morte alguns anos depois.

FONTE: Guia Cultural de Icó, texto de Altair Afonso Medeiros

Fonte:

https://www20.opovo.com.br/app/acervo/noticias/historicas/2017/12/06/noticiasnoticias/historicas,3681121/ico-patrimonio-historico-conhecer-e-preserved.shtml

A partir da matéria promova uma reflexão sobre os vários cenários abordados: os impactos na vida dos moradores do conjunto urbanístico e arquitetônico tombado, as ações de intervenção e preservação que foram realizadas, a relação entre os moradores, o poder público municipal e o IPHAN como órgão de preservação.

Imagem 43: Recuperação de imóveis privados em Icó/CE – IPHAN



Fonte:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf

Com base nas discussões, organize os participantes em dois grupos. Sugira a um grupo que realize uma pesquisa sobre as ações de preservação já realizadas no lugar. Buscando compreender os impactos na vida e no cotidiano dos moradores. E ao outro grupo que pesquisem sobre propostas de intervenção para melhorias nos bens tombados como patrimônio cultural (como sugestão os trabalhos de conclusão de curso de arquitetos que tem como objeto de pesquisa o patrimônio cultural local).

Conclua a atividade promovendo uma socialização dos resultados das pesquisas, fomentando a discussão em torno do diálogo entre o tombamento e o presente, buscando compreender os impactos das ações de preservação e a promoção de ações em educação patrimonial que possam ser desenvolvidas com a população local.

Imagem 44: Projeto arquitetônico Cactus - Pedro Lucas Cândido



Fonte: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39715>. Acesso em: 07 ago. 2020

Imagem 45: Projeto arquitetônico Centro de apoio à memória nordestina - Vinícius de Araújo Nunes



Fonte: <https://www.fjn.edu.br/repositorioinstitucional/2019/07/11/restauro-e-requalificacao-do-mercado-publico-de-ico-ce-e-implantacao-do-centro-de-apoio-a-memoria-nordestina/>

Diversifique a atividade propondo que os participantes criem planos de ações para preservação do patrimônio cultural local.

Para saber mais:

BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq3_Intervencoes_Urbanas_na_Recuperacao_de_Centros_Historicos_m.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

BORTOLOTTI, Plínio. Ameaças após tombamento em Icó. **O Povo**, Fortaleza, 27 abr. 2010. Caderno Ceará, p. 10.

CANDIDO, P. L. F. Cactus - Centro de arte, cultura e turismo sertanejo. 2015. 96 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39715>. Acesso em: 07 ago. 2020.

DIOGO, Érica et al. Recuperação de imóveis privados em centros históricos. 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivados_CentrosHistoricos_m.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

NUNES, Vinícius de Araújo. Restauro e requalificação do mercado público de icó-ce e implantação do centro de apoio à memória nordestina. 2018. 135 p. Monografia (Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Juazeiro do Norte, Juazeiro do Norte, 2018. Disponível em: <https://www.fjn.edu.br/repositorioinstitucional/2019/07/11/restauro-e-requalificacao-do-mercado-publico-de-ico-ce-e-implantacao-do-centro-de-apoio-a-memoria-nordestina/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

Para ter acesso aos materiais indicados para realização das oficinas, digite o link a seguir na barra de endereços do seu navegador, ou acesse pelo QR Code.

https://bit.ly/material_edpatrimonial



CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...]
*Te adoro querida com teus casarões
 Que atravessam o tempo como guardiões
 Tuas ruas largas, teus becos estreitos
 Tua história imensa*

*Ver-te vagarosa dá no peito um nó
 E me comprometo lutar por mais vidas
 Nas tardes de Icó*

[...]
 (Tardes de Icó - Getúlio Oliveira)

O poeta Getúlio Oliveira ao cantar o seu amor à cidade de Icó, reconhece suas ruas e prédios como guardiões do passado, como recursos para a evocação da memória pessoal, da história do lugar e da gente. Mas também observa com tristeza o andar vagaroso da cidade ao atravessar o tempo, se mantendo estática, parecendo não acompanhar as transformações da modernidade. O poeta ainda firma um compromisso com o lugar, em manter viva suas histórias e lutar por mais vidas. Assim como o poeta, me questionei sobre qual tem sido o olhar da população para a cidade e seu patrimônio, bem como, sobre o compromisso pessoal, educacional e coletivo com história e a memória do nosso lugar.

As inquietações pessoais foram se revelando em questões que nortearam este estudo, enquanto outras surgiram a cada passo dado nas investigações. Assumi o desafio em conciliar uma pesquisa historiográfica sobre a trajetória da patrimonialização dos bens pertencentes à cidade de Icó/CE, eleito tecnicamente como um lugar de memória e guarda de um patrimônio cultural, com uma pesquisa sobre ensino de História, por meio da temática da educação patrimonial. Considerando a complexidade em torno da temática, por envolver aspectos legais, técnicos, políticos e educacionais. E por envolver um campo de disputas, onde estão o IPHAN, o poder público municipal e a população.

A complexidade em torno da temática não foi causa de receio, pelo contrário, me impulsionou a buscar mais elementos para compor este estudo. Revisitei o passado para melhor compreender o contexto de conflito em torno da preservação do patrimônio cultural, mas, sem assumir defesa ou acusação em

relação aos envolvidos. Na verdade, as investigações revelaram que há interesses que são comuns, como a preservação do patrimônio e a valorização da memória, enquanto que o conflito é gerado por assumirem pontos de vista divergentes, sobre os papéis que foram assumidos e o modo como os agentes se relacionaram ao longo destes anos, onde cada um buscou se impor, sem abrir espaços para o diálogo.

Iniciei o estudo buscando compreender o processo de patrimonialização que resultou no tombamento da cidade de Icó/CE, reconhecendo a cidade como detentora de bens que são documentos de memória. Identificando os motivos e ações que resultaram na eleição e tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico, e, os impactos das ações e iniciativas preservacionistas assumidas após o tombamento. E no desenvolvimento da pesquisa, analisando as fontes, encontrei vestígios que me levaram a perceber como as propostas técnicas faziam parte de um contexto macro de manutenção da integridade do patrimônio, enquanto a população precisava aprender a conviver com uma nova realidade, refletindo na forma de pensar e agir em relação ao uso de um bem individual, que foi revestido de uma finalidade coletiva e de uma função social.

Como o objeto de estudo é a educação patrimonial, busquei identificar nos materiais e nas ações preservacionistas o caráter educativo destinado ao envolvimento da população nestas ações. Bem como, compreender como o patrimônio cultural se tornou recurso didático para aprendizagem histórica. Ao selecionar os diferentes materiais produzidos ao longo de duas décadas, traçei uma leitura sobre os objetivos de sua composição e a relação com a forma como ocorreu o tombamento. Assim, se tornou evidente que o impacto dependia não somente das informações disponíveis, mas de um trabalho didático para alcançar o objetivo.

Com isso, busquei dentro dos diferentes agentes que podem trabalhar com a educação patrimonial, os professores que lecionam História, dada a relação direta da temática com a disciplina. Assim, analisando os materiais produzidos com a finalidade de informar e educar para o patrimônio, foi sendo identificada a necessidade dos professores compreenderem a proposta de educação patrimonial, como parte de uma formação inicial e continuada, bem como da disponibilidade de recursos para subsidiar a prática. O levantamento de dados sobre professores de

História, revelou que um percentual considerável não possui uma formação inicial que contempla a temática, se tornando um desafio. Por outro lado, a proposta de uma formação em História com ênfase na gestão do patrimônio cultural, mas não específica para o trabalho em educação patrimonial, foi suspensa e sinal concreto de continuidade.

A pesquisa apresentou uma lacuna na formação docente, mas ao mesmo tempo, aponta que cabe aos professores e demais agentes da comunidade, reclamar seu espaço neste campo. Para que possam atuar didaticamente, compreendendo a relevância que o reconhecimento dos bens tombados como patrimônio cultural representa para a cidade. Percebendo também as possibilidades de desenvolvimento educacional, econômico, cultural e social por meio da preservação da memória local. Para colaborar neste processo, elaborei uma Cartilha como produto destinado aos professores, especialmente os de História, com estratégias didáticas em formato de oficinas, para subsidiar o conhecimento e prática sobre a temática.

No percurso da pesquisa, os dados levantados responderam às inquietações iniciais e nos ajudaram a compreender o fenômeno, contudo, outras questões surgiram e foram dando dinamicidade à análise do objeto. Neste estudo, apesar de buscar compreender os conflitos em torno do patrimônio e das ações preservacionistas institucionais, outras realidades foram se revelando, mas nem sempre recebendo o devido destaque ou sendo percebidas como ações em educação patrimonial. Faço referência às iniciativas da própria população em relação ao uso, divulgação, valorização, promoção e de convívio com o seu patrimônio cultural. A forma como a população ao longo dos anos trata o patrimônio cultural local, independente das ações institucionalizadas, asseguram a integridade e sustentabilidade da proposta de preservação.

Dentre as iniciativas da população sobre o uso do patrimônio e de ações preservacionistas, destacamos moradores, que são proprietários de bens tombados e que promovem restauros ou reformas conforme os critérios técnicos, garantindo a harmonia do conjunto arquitetônico, mas sem deixar de modernizar o interior do seu imóvel. Alguns destes permitem visitas aos seus imóveis e colaboram com a promoção e divulgação do patrimônio cultural. Apesar dos programas de

financiamentos para reforma dos imóveis privados, parte dos proprietários se mostram conscientes sobre a importância do seu bem e usam dos recursos próprios para manter a integridade do bem tombado.

Uma importante iniciativa foi a criação em 2005 da Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó - APROARTI, uma associação que promove o empreendedorismo social e cultural, por meio de grupos produtivos nas comunidades rurais e periferias da cidade, integrando a população por meio do artesanato tradicional e criando possibilidades para geração de emprego e renda. Do artesanato produzido, se destacam as peças utilitárias em tecido bordado, tapeçarias e em couro, com referências ao patrimônio local ao reportar para as peças os arabescos, representando os elementos decorativos das fachadas dos prédios. Além de colaborar com a construção da identidade local, os produtos são levados para todo o país por meio das feiras de artesanato, divulgando o patrimônio e potencializando o turismo cultural.

Outra iniciativa de relevância é o Festival Icozeiro promovido pela Associação Filhos e Amigos de Icó - AMICÓ. Criado em 2011, o festival é um movimento de arte, cultura e ciência, aberto para diferentes manifestações e atividades, abrangendo temas diversos como patrimônio, meio ambiente, gênero, diversidade, dentre outros. O festival, que já faz parte do calendário cultural da cidade, ocorre no período entre 18 e 30 de dezembro, período que coincide com a festa católica do Senhor do Bonfim. Utilizando equipamentos como o Teatro Municipal, a Casa de Câmara e Cadeia e o Sobrado do Núcleo de Música, além da Praça do Largo do Theberge, o festival leva um grande público, com destaque aos jovens, para vivenciar a arte e cultura nos espaços tombados como patrimônio cultural.

Além das iniciativas já citadas, vale ressaltar que a população promove ações e atividades de valorização da história e do patrimônio cultural local, que repercutem na construção de uma consciência sobre o uso e preservação dos bens tombados. Iniciativas como de escritores, poetas, contistas, memorialistas, cordelistas, compositores, dentre outros que em suas obras retratam a cidade, a gente, a memória e o patrimônio. Como também educadores que promovem atividades em educação patrimonial ou desenvolvem com estudantes pesquisas de

iniciação científica sobre temas relacionados à história local e ao patrimônio local.

Estas e outras iniciativas demonstram como a população cria seus caminhos em relação ao patrimônio cultural tombado, reconhecendo seu valor identitário, as potencialidades para o desenvolvimento local por meio do turismo e cultura, dando o verdadeiro sentido para a preservação, como algo dinâmico e incorporado ao cotidiano das pessoas, fazendo com que o patrimônio cultural na cidade de Icó não esteja apenas restrito ao espaço local, alcançando projeção para além dos seus limites geográficos. Assim, se coloca em prática a perspectiva do fazer sentido e fazer sentir, em que o tombamento e preservação faz sentido para manter o patrimônio íntegro, mas criando possibilidades de convívio harmonioso e de desenvolvimento local, para que a população sinta o interesse em preservar e manter viva a memória no presente. Assim, finalizamos este estudo, mas como a temática é dinâmica e o objeto complexo, certamente novas pesquisas serão realizadas e esperamos que este trabalho possa colaborar com as novas possibilidades de leitura.

REFERÊNCIAS

FONTES

Currículos Graduação em História

INTA – Instituto de Teologia Aplicada. Disponível em: <https://uninta.edu.br/site/graduacao-presencial/historia/>. Acesso em: 09 de jan. 2021.

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/0108-2016-PPC-Campus-I-CEDUC-Historia-ANEXO.pdf>. Acesso em: 09 de jan. 2021.

UFCA – Universidade Federal do Cariri. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/historia/>. Acesso em: 09 de jan. 2021.

UFCCG – Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: http://analytics.lsd.ufcg.edu.br/cursosufcg/#/historia_lic_m_cz/requisitos. Acesso em: 09 de jan. 2021.

URCA - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. Disponível em: <http://prograd.urca.br/docs/pdf/matrizes-curriculares/historia/Matriz%20Curricular%20-%20Hist%C3%B3ria.PDF>. Acesso em: 09 de jan. 2021.

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú/ IDJ – Instituto Dom José. Disponível em: <https://www.idj.com.br/graduacao/31-uncategorised/paginas/cursos/graduacao/licenciatura/45-historia>. Acesso em: 09 de jan. 2021.

FUNPATRI – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Icó

Plano de Trabalho: Implementação de financiamento para recuperação de imóveis privados.

Atas de reuniões do Conselho Curador.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

IPHAN/ 4ª Superintendência Regional/ Ceará

Processo de Tombamento n. 0968-T-78: Conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Icó, Estado do Ceará. Volumes I, II, III e IV. Cópia digitalizada.

Processo de Setorização: subsídios para normas de preservação do sítio histórico de Icó/CE. Cópia digitalizada.

Relatório Manuscrito atribuído a João José Rescala. 1941. Cópia digitalizada.

Cartilha: **Icó, patrimônio de todos. Roteiro para preservação do patrimônio cultural.** Fortaleza: Iphan. 1999.

Bem vindo ao reino do louro e da peixada: Icó, patrimônio nacional. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

Ribeira dos Icó: Icó-Ce. [S. l.: s. n.], 2008. 80 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Ribeira_dos_Icos.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

Jornal Diário do Nordeste

Icó terá seus prédios históricos restaurados. 23 de abril de 2003.

Ameaças após tombamento em Icó. 27 de abril de 2010.

Demolição de imóvel irregular. 25 de maio de 2011.

Iphan decide embargar obra em Icó. 09 de junho de 2011.

Iphan promove audiência. 21 de junho de 2011.

Área turística de Icó precisa de urbanização. 15 de dezembro de 2012.

Verba federal vai recuperar imóveis históricos privados. 11 de julho de 2014.

Teto do antigo mercado de Icó desaba. 29 de outubro de 2014.

Jornal O Povo

Ameaças após tombamento em Icó. 27 de abril de 2010.

Prefeitura Municipal de Icó/ Secretaria da Cultura

Cartões Postais: **Icó, patrimônio nacional.** 2006.

Folheto: **Guia Cultural – Icó, patrimônio nacional.** 2006.

Folheto: **Sítio histórico tombado – guia do morador**. 2009.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patricia Pereira. **Construindo Icó: Ensino Fundamental I**. 1. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011. 160 p. v. 1. ISBN 978-85-7529-507-6.

SANTOS, Lidia Noemia; XAVIER, Patricia Pereira. **Um passeio por Icó**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011

SENAC/CE - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Cartilha: **Educação Patrimonial em Icó: conceitos e diretrizes**. Fortaleza: Editora SENAC-CE, 2009. 48 p. ISBN 978-85-99723-06-7.

Cartilha: **Icó: história, cultura e tradição**. Fortaleza: Editora SENAC-CE, 2009. 36 p. ISBN 978-85-99723-07-4.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. **Sobre uma história do Ceará**. Revista do Instituto histórico do Ceará, 1899.

ALEMÃO, Freire. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 81, 1961.

ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. **Pelas tramas da política: A constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837)**. 2014.

ALEXANDRE, Jucieldo F. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)**. 2010. 245f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ANDRADE JUNIOR, Lourival. **Novos espaços de sensibilidade como fontes de história local**. (in) ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (orgs) **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23433/10>. Acesso em 01 jul. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. Cortez editora, 2008.

BORGES, Célia Maia. A memória e o espaço sagrado: os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. **Locus-Revista de História**, v. 16, n. 2, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dezsite.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 03 de fev. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto Lei 25 (1937)**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf. Acesso em 29 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Portaria n. 211 de 8 de agosto de 2019**. Dispõe sobre diretrizes e critérios para a preservação das áreas contidas na poligonal de tombamento e de entorno do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó, situado no Município de Icó, no Estado do Ceará, bem objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Brasília: Diário Oficial da União. Publicada no D. O. U. de 12 de agosto de 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Ministério da Cultura. **Cartas Patrimoniais**. Cadernos de documentos n. 3. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. 456 p. (Programa Monumenta, v. I) (cadernos técnicos 3).

CAMPOS, Eduardo. **As irmandades religiosas do Ceará provincial: (apontamentos para sua história)**. Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura no Ceará: O século XIX e algumas antecedências. **Instituto do Ceará, Fortaleza**, p. 1-62, 2013.

CEARÁ. **Lei n. 13.465/2004**. Dispõe Sobre a Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/13465.htm>. Acesso em 03 de fev. 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: Entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 11- 24 2012.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147-165, 2012.

CONDURU, Roberto. Artíficos para inventar e destruir arquitetura, história, preservação cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 131-146, 2012.

DUARTE Jr., Romeu. **O Patrimônio Cultural Cearense e os 80 anos do IPHAN**. Anuário do Ceará, 2017. Disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/o-patrimonio-cultural-cearense-e-os-80-anos-do-iphan/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Anais do Encontro Políticas Culturais: teoria e práxis**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2010.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: **Seculfor/IPHAN**, p. 21-30, 2015.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. IPHAN, João Pessoa: **Superintendência do Iphan na Paraíba**, p. 22-29, 2012.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução Albertino Pinheiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, f. 234, 1942. 467 p. (Brasiliana, vol. 227).

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. **Patrimônio cultural e ensino de história: experiências na formação de professores**. OPSIS. Catalão, GO. Vol. 15, n. 1 (2015), f. 28-42., 2015.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. IPHAN, 2007.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: **VARIA HISTÓRIA** 22 (32): p. 261-273, jul./dez. 2006, pp. 261-273.

HARTOG, François. **Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo**. Revista de História, [s.l.], n. 148, p.9-34, 30 jun. 2003. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i148p9-34>.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JUCA NETO, Clovis Ramiro. **Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas**. An. mus. paul., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 133-163, jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100006>.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MARTINS, Ana Luiza. **Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente**. In. PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, p. 281-308, 2009.

MARTINS, Andrade, G. D., THEÓPHILO, Renato, C. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas, 3ª edição**. [Minha Biblioteca]. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/>.

MARTINS, Paulo Henrique Souza. Abolição e Pós - Abolição no Ceará:: sobre silêncios e memórias de uma história laureada (1881 - 1934). **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH- Associação Nacional de História**, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882866_ARQUIVO_ArtigoSNH2011-PauloHenriquedeSouzaMartins.pdf. Acesso em: 9 jun. 2019.

MELO, Cristiane Castro Feitosa; CRUZ, Maria Lucia Brito. **O processo migratório no Ceará: evidências a partir da microrregião do Sertão dos Inhamuns**. Geosul, v. 31, n. 61, p. 201-226, 2016.

MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre. **Os conceitos de campo e habitus em Pierre Bourdieu e sua (possível) aplicação à Política Educacional**. Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 4, p. 1-23, 2019.

NASCIMENTO, José Clewton do. **Uma princesa 'tombada' às margens do rio**

Salgado: Dinâmica Urbana e Ações Preservacionistas na Cidade de Icó, CE. 2002. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

NASCIMENTO, José Clewton do. **(Re) descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional.** 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

NASCIMENTO, José Clewton do. **Um panorama da arquitetura tradicional do Ceará, a partir do relatório de João José Rescala, de 1941.** Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v. 5, n. 1, 2013.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas.** Educar em Revista, v. 31, n. 58, p. 37-53, 2015.

OLIVEIRA, Lucas A. de; QUEIROZ, Priscilla R. C. de; SILVA, Amanda T. da. **Diálogos sobre o patrimônio: práticas extensionistas realizadas pela UFCA em Icó-ce.** Revista Homem, Espaço e Tempo, v. 11, n. 1, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História, memória e centralidade urbana.** Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds, 2007.

PUNTONI, Pedro. **O país dos tapuias. A guerra dos bárbaros. 2002.** Puntoni, Pedro A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720 / Pedro Puntoni. - São Paulo: Hucitcc:Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. - (Estudos Históricos; 44).

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento/Sonia Rabello.** Rio de Janeiro : IPHAN, 2009.

ROLIM, Leonardo Cândido. **“Tempo das carnes” no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802).** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903]. 88 p.

SANTOS, Camila Henrique. **Educação patrimonial: uma ação institucional e educacional.** Patrimônio: práticas e reflexões, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2011.

SCHMITZ, M. E. (2012). **Cidadania e História: as políticas públicas e sua influência no ensino da disciplina escolar histórica.** *Historiæ*, 3(1), 105-120.

SCIFONI, Simone. **Para repensar a educação patrimonial. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais.** Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial. Fortaleza: Seculfor/IPHAN, p. 193-206, 2015.

T.Tupy, Silveira, E.D.M.S.E.I. S. **História & Documento e metodologia de pesquisa.** [Minha Biblioteca]. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582172223/>.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. ISBN 978-85-326-2668-4.

TOLEDO, Maria Rita de A.; COSTA, Wilma P. **Formação docente, História, Memória e Educação Patrimonial: desafios para a produção de novas práticas educativas.** Patrimônio e História. Londrina: Unifil, 2014.

UFCA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Proposta de Reformulação do Projeto Político Pedagógico:** Bacharelado em História com ênfase em Gestão do Patrimônio. Icó/CE, 2016. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/historia/projeto-pedagogico/>. Acesso em: 21 jan. 2021.